



**Fundação Edson Queiroz**  
**Universidade de Fortaleza - UNIFOR**  
**Vice-Reitoria de Pós-Graduação - VRPG**  
**Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGP**

---

**Ana Tercila Campos Oliveira**

**Resiliência Comunitária: Um estudo de caso de uma comunidade de Fortaleza, CE**

**Community resilience: A case study of a community of Fortaleza, CE**

**Fortaleza, CE**  
**Novembro, 2016**

**Fundação Edson Queiroz  
Universidade de Fortaleza - UNIFOR  
Vice-Reitoria de Pós-Graduação - VRPG  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGP**

---

**Ana Tercila Campos Oliveira**

**Resiliência Comunitária: Um estudo de caso de uma comunidade de Fortaleza, CE**

**Community resilience: A case study of a community of Fortaleza, CE**

Dissertação submetida à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências da Saúde da Universidade de Fortaleza – UNIFOR, como exigência parcial para obtenção de título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia, Sociedade e Cultura.

Linha de Pesquisa: Produção e Expressão Sociocultural da Subjetividade.

Orientadora: Profa. Dra. Normanda Araujo de Moraes.

**Fortaleza, CE**

**Novembro, 2016**

Ficha catalográfica da obra elaborada pelo autor através do programa de geração automática da Biblioteca Central da Universidade de Fortaleza

---

Oliveira, Ana Tercila Campos.

Resiliência Comunitária: Um estudo de caso de uma comunidade de Fortaleza, CE / Ana Tercila Campos Oliveira. - 2016  
97 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade de Fortaleza. Programa de Mestrado em Psicologia, Fortaleza, 2016.

Orientação: Normanda Araujo de Moraes.

1. resiliência comunitária. 2. comunidade. 3. inserção ecológica. 4. capital social. I. Moraes, Normanda Araujo de. II. Título.

---



Universidade de Fortaleza – UNIFOR  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia  
Produção e Expressão Sociocultural da Subjetividade

Dissertação intitulada **“Resiliência comunitária: um estudo de caso de uma comunidade de Fortaleza, CE”**, de autoria da mestranda **Ana Tercila Campos Oliveira**, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

*Normanda Araujo de Moraes*  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Normanda Araujo de Moraes – (UNIFOR) – Orientadora

*Sylvia Cavalcante*  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Sylvia Cavalcante – (UNIFOR)

*pp/ Normanda Araujo de Moraes*  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Juliana Prates Santana – (UFBA)

*Maria Angela Mattar Yunes*  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Maria Angela Mattar Yunes – (FURG)

Fortaleza, 02 de dezembro de 2016.

Visto: *Normanda Araujo de Moraes*  
\_\_\_\_\_  
**Profa. Dra. Normanda Araujo de Moraes**  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia  
UNIFOR

## AGRADECIMENTOS

A Deus, Pai de infinita bondade, que me concedeu a oportunidade de buscar evolução profissional e espiritual e proporcionou-me os mais lindos encontros dessa vida para ajudar-me nessa jornada.

Aos meus pais, Eraldo e Natécia, que sempre colocaram minha educação como prioridade absoluta, nunca pouparam esforços para contribuir com meu crescimento profissional, independente dos sacrifícios que isso acarretasse. Além disso, me apoiam incondicionalmente em qualquer decisão que eu venha a tomar e desde sempre depositaram tanta confiança em mim que me ensinaram a também confiar e acreditar no meu potencial. Eles me proporcionaram as melhores oportunidades que eu poderia ter e me encheram de amor e carinho a vida toda. Serei sempre grata!

Ao meu irmão Bruno e sua linda família, pelo apoio que sempre me oferecem e pela torcida pelo meu sucesso. Minha cunhada Luciana acompanhou de perto todo esse processo, sempre com palavras de incentivo e compreensão. Além disso, eles trouxeram ao mundo uma das minhas maiores fontes de alegria e amor, minha sobrinha e afilhada Ana Isis.

À minha querida orientadora, Normanda, por conseguir pôr em prática tudo aquilo que eu penso e acredito sobre a educação. Suas ideias grandiosas nos impulsionam a fazer um trabalho cada vez melhor, ao mesmo tempo, ela consegue lidar de forma cuidadosa e respeitosa com as nossas limitações. O encontro com a Normanda foi um daqueles transformadores e me proporcionou muito aprendizado não apenas sobre psicologia e pesquisa, mas também sobre compromisso ético, político e social. Sem dúvida, a melhor orientadora que eu poderia ter. Quero continuar bebendo dessa fonte por muitos e muitos anos ainda.

Às companheiras de Lesplexos, que sempre estiveram disponíveis para compartilhar comigo seus conhecimentos, me ajudar em qualquer dificuldade e contribuir para a construção e melhoria da minha pesquisa. A coesão do grupo, sem dúvida, foi importante fator de proteção durante o período do mestrado e muito tem contribuído para o meu desenvolvimento.

Às minhas amigas, Isadora e Sarah, que me acolheram da forma mais linda possível e compartilharam comigo os primeiros contatos com o bairro Planalto Ayrton Senna. Elas me ensinam muito sobre comprometimento e amor para com a nossa profissão. Amizade que começou no mestrado e, certamente, se estenderá por toda a vida.

Às minhas amigas, Natália, Chris, Cristina, Giovanna, Carol, Adália, Érika, Lia, Renata, Rochelle, Luciana, Larissa, Manuella, Raquel, Ingrid, Camila, Érica e Karine, que tiveram muita paciência com as angústias, inseguranças, estresses e ausências que envolveram esse processo e celebraram comigo cada pequena e grande conquista. Mesmo sem poder estar tão presente em suas vidas quanto eu gostaria, nunca me senti distante.

Às professoras que compõem a banca avaliadora, Maria Angela Yunes, Juliana Prates Santana e Sylvia Cavalcante, pelas contribuições sugeridas no exame de qualificação que me fizeram refletir sobre algumas questões na tentativa de melhorar a qualidade da pesquisa. Agradeço também pela disponibilidade de estarem presentes nesse momento tão especial e ritualístico, seja presencialmente ou através de parecer.

Aos moradores do bairro Planalto Ayrton Senna, que me acolheram como pesquisadora e facilitaram a inserção no bairro. Agradeço, sobretudo, pelas importantes lições que me passaram sobre amor pela comunidade, orgulho pela sua história, luta por melhorias para o lugar, reconhecimento do que a comunidade tem de melhor para oferecer e esforço para construir uma visão mais positiva e coerente com sua realidade.

À Fundação Cearense de Apoio à Pesquisa - Funcap, por investir em nossa formação, contribuindo para o desenvolvimento dessa pesquisa.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização dessa pesquisa.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1	Caracterização quantitativa dos estudos recuperados (n=34)	33
Tabela 2	Fatores que favorecem resiliência comunitária	41

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Diagrama do processo de seleção dos artigos de acordo com os critérios de inclusão e exclusão	32
Figura 2	Fatores que favorecem resiliência comunitária	42
Figura 3	Mapa das Regionais de Fortaleza	50
Figura 4	Fotografia da rua Quixadá, onde está instalada a feira do PAS, manhã do dia 11 de agosto de 2016	53
Figura 5	Fotografia da Rua Apocalipse, manhã de 06 de agosto de 2016	54
Figura 6	Chegando ao PAS pelo caminho convencional, dia 11 de agosto de 2016	55
Figura 7	Chegando ao PAS por Maracanaú, dia 29 de julho de 2016	55
Figura 8	Passeata da Lamparina, em 1991, na comunidade Pantanal	59
Figura 9	Linha do tempo com conquistas históricas dos moradores do PAS	62



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

RC	Resiliência Comunitária
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
ONG	Organização Não Governamental
Lesplexos	Laboratório de Estudos dos Sistemas Complexos: casais, famílias e comunidades
PAS	Planalto Ayrton Senna
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CIER	<i>Centro de Investigación y Estudios de Resiliencia</i>
CARRI	<i>Community and Regional Resilience Initiative</i>
SER	Secretaria Executiva Regional
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDS	Instituto de Desenvolvimento Social
CUFA	Central Única das Favelas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
CNS	Conselho Nacional de Saúde
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
UMP	União dos Moradores do Pantanal
Coelce	Companhia Energética do Ceará
AMPASE	Associação de Mulheres do Planalto Ayrton Senna
Ceasa	Central de Abastecimento de Produtos

## RESUMO

A Resiliência Comunitária (RC) refere-se aos processos, forças e ações coletivas de enfrentamento e adaptação positiva a situações adversas vividas por uma comunidade. Uma revisão integrativa da literatura (nacional e internacional) sobre esse tema, no período de 2009 a 2015, no Portal de Periódicos Capes, mostra o predomínio de artigos na língua inglesa, sobretudo norte-americanos, publicados em 2013, de método qualitativo e baseado em entrevistas. A RC é descrita como um atributo (capacidade, habilidade) e enquanto processo; e as principais adversidades estudadas são os desastres (e.g. furacões, terremotos e enchentes). Além disso, três fatores estão relacionados à RC: capital social, laços culturais e a infraestrutura. Essa dissertação teve como objetivo descrever processos de resiliência comunitária e fatores a ela relacionados, através de um estudo de caso de uma comunidade de Fortaleza, CE, que teve origem em uma ocupação urbana e que se caracteriza por baixos indicadores sociais. Trata-se de um estudo qualitativo, com delineamento de estudo de caso único e que teve como base a Inserção Ecológica. Realizaram-se observações da comunidade, além de 10 entrevistas com lideranças comunitárias e moradores. Os dados foram analisados com base na Análise de Conteúdo e na triangulação de diferentes instrumentos, como entrevistas, diários de campo e documentos oficiais sobre a história e indicadores da comunidade. As principais adversidades vivenciadas na comunidade estão relacionadas às desigualdades sociais que resultam em violência, estigma de violência associado ao local e dificuldades estruturais (e.g. falta de saneamento básico e espaços de lazer). No entanto, também é possível identificar processos de resiliência comunitária, ilustrados nas lutas comunitárias em prol da garantia de direitos básicos (e.g. luz e transporte). Tal processo está alicerçado nos seguintes fatores: capital social (redes de suporte social, mobilização comunitária), nos laços culturais que envolvem os moradores (identidade cultural, autoestima coletiva) e na infraestrutura que apoia o crescimento da comunidade (escolas, posto de saúde, equipamentos sociais e comércio). Conclui-se sublinhando a importância de um novo olhar acerca das comunidades e suas vulnerabilidades, o qual valorize as suas potencialidades. Ademais, corrobora-se a relevância do conceito de RC para o estudo da pobreza e da violência, adversidades que são historicamente menos enfatizadas nos estudos sobre RC, embora sejam as mais crônicas e frequentes no contexto brasileiro.

Palavras-chave: resiliência comunitária, comunidade, inserção ecológica, capital social

## **ABSTRACT**

Community resilience: A case study of a community of Fortaleza, CE

Community resilience (CR) refers to the processes, strengths and collective actions of facing and having a positive adaptation to adverse situations experienced by a community. An integrative review of the literature (national and international) on the subject during the period from 2009 to 2015, on Portal of Periodicals Capes, showed the predominance of English-language articles, especially American ones. They were published in larger number in 2013, of qualitative method and based on interviews. The CR is described as an attribute (ability, skill) and as a process; and the main adversity studied are the disasters (e.g., hurricanes, earthquakes and floods). Moreover three factors are related to the CR: social capital, cultural ties and the infrastructure. This dissertation aimed to describe processes of community resilience and factors related to it through a case study of a community of Fortaleza, CE, which originated in an urban occupation and it is characterized by low social indicators. This is a qualitative study with design of single case study that was based on the Ecological Insertion. There were comments from the community in addition to 10 interviews with community leaders and residents. The data were analyzed based on content Analysis and triangulation of different instruments such as interviews, diaries and official documents about the history and community indicators. The main adversities experienced in the community are related to social inequalities that result in violence, stigma of violence associated with the site and structural problems (e.g. lack of basic sanitation and recreational spaces). However, it is also possible to identify processes of community resilience illustrated in the historical process of community struggles for ensuring basic rights (e.g. electricity and transportation). This process is based on the following factors: social capital (social support networks, community mobilization), cultural ties involving its residents (cultural identity, collective self-esteem) and the infrastructure that supports the growth of the Community (schools, health care stations, social equipment and business). It is concluded underlining the importance of a new perspective on communities and their vulnerabilities, which can value their potential. Furthermore, it corroborates the relevance of the concept itself of CR to the study of poverty and violence, adversities that are historically less emphasized in studies on CR, although they are the most chronic and frequent in the Brazilian context.

Keywords: community, community resilience, ecological insertion, social capital

## SUMÁRIO

Introdução	11
I – Psicologia Comunitária e o Enfoque Ecológico-contextual	16
1.1. Considerações sobre a Psicologia Comunitária	16
1.2. Enfoque Ecológico-Contextual em Psicologia Comunitária	20
II – Resiliência Comunitária: Um estudo de Revisão Integrativa da Literatura	24
III – Método	42
3.1. Delineamento	42
3.2. Local de Estudo	42
3.3. Participantes	44
3.4. Instrumentos	45
3.5. Procedimentos de Coleta de Dados	45
3.6. Procedimentos de Análise de Dados	46
3.7. Procedimentos Éticos	46
IV – Resultados e Discussão	48
4.1. Sobre Planalto Ayrton Senna	48
4.1.1. Apresentação	48
4.1.2. Histórico	54
4.1.3. Mapeamento da Rede de Apoio Comunitária	62
4.2. Adversidades vivenciadas	64
4.3. Fatores que favorecem resiliência comunitária	70
4.4. Análise dos fatores que favorecem a resiliência comunitária com base na Teoria Bioecológica	74
Considerações Finais	78
Referências	80
Anexo A – Roteiro de Entrevista	86
Anexo B – Parecer de Aprovação do Comitê de Ética	87
Anexo C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	94
Anexo D – Mapa do Planalto Ayrton Senna (PAS)	97

## Introdução

O interesse para o desenvolvimento dessa pesquisa decorreu, inicialmente, dos meus estudos sobre Psicologia Comunitária durante a graduação em Psicologia. Nessa época, interessei-me pela compreensão de como comunidades marcadas pela pobreza e falta de recursos básicos poderiam se desenvolver e servir de suporte para seus moradores.

Após o término da graduação, tive a oportunidade de atuar como técnica de um Centro de Referência da Assistência Social – CRAS na zona rural de um município do estado do Ceará. A experiência foi rica em aprendizado, mas cheia de desafios e acompanhada por certo desânimo diante das dificuldades encontradas. Além da carência de recursos na comunidade, alguns entraves políticos atrapalhavam a tentativa de desenvolver um trabalho de base comunitária que fosse eficaz. No entanto, chamava-me a atenção o otimismo demonstrado em muitos dos moradores e o protagonismo exercido por alguns deles. Era possível perceber que, apesar de todas as dificuldades, os moradores conseguiam encontrar formas saudáveis de desenvolvimento pessoal e comunitário. Como exemplo, pode ser citado um grupo de teatro para jovens da comunidade liderado por um colega funcionário do CRAS, que funcionava independentemente de qualquer apoio de instâncias externas ao grupo.

Uma das atividades por mim realizada enquanto psicóloga do referido CRAS, em parceria com uma Organização Não Governamental - ONG que atuava no local era a coordenação de um projeto de promoção de resiliência, destinado a crianças de 0 a 3 anos da comunidade. Embora o projeto fosse em grande parte executado por membros da comunidade e procurasse envolver as famílias das crianças nas atividades, seu objetivo era voltado para o desenvolvimento da resiliência individual.

O conceito de resiliência foi usado pela primeira vez no campo da Psicologia/Psiquiatria nos anos 40, mas foi apenas no final dos anos 70 que ganhou destaque no meio científico. Os estudos pioneiros sobre esse tema abordaram a capacidade de crianças desenvolverem-se de forma saudável, apesar de grande exposição a fatores de risco para saúde mental (Boon, Cottrell, King, Stevenson, & Millar, 2012; Rooke, 2015). A compreensão inicial acerca dessas crianças foi a de que certos atributos pessoais as tornavam invulneráveis. As pesquisas mais recentes, no entanto, apontam para resiliência enquanto um processo dinâmico, no qual características individuais se relacionam com aspectos ambientais para facilitar a superação de adversidades, bem como fortalecimento e transformação de indivíduos, grupos e comunidades (Juliano & Yunes, 2014).

A visão de resiliência enquanto processo requer uma compreensão dinâmica dos fatores de risco e de proteção encontrados nos ambientes em que os indivíduos estão inseridos. Fatores de risco são eventos de vida vivenciados como experiências estressoras pelo indivíduo que aumentam a probabilidade de apresentação de problemas físicos, psicológicos e sociais. Embora alguns eventos

sejam considerados negativos para o desenvolvimento, como a pobreza e um desastre natural, não devem ser vistos como fatores de risco *a priori*. Um mesmo evento tem um impacto diferente na vida de cada indivíduo, dependendo de diversas questões, tais como mecanismos de ação dos processos de risco, graus de ocorrência, frequência, duração, intensidade e os fatores de proteção que atuam em seu contexto. Os fatores de proteção, por sua vez, são influências que alteram positivamente a resposta do indivíduo aos riscos, podendo desencadear processos de resiliência (Morais & Koller, 2004; Poletto & Koller, 2008).

No que se refere à minha aproximação ao conceito de resiliência comunitária, essa veio a ocorrer apenas alguns anos depois, quando do meu ingresso no Mestrado em Psicologia na Universidade de Fortaleza. Nesse sentido, ao entrar em contato com o construto de resiliência comunitária, pude perceber que muitos dos meus questionamentos teóricos e práticos gerados durante a graduação e a atuação profissional poderiam ser discutidos através dele. Embora existam muitas definições para o termo resiliência comunitária, podemos dizer de um modo geral que ela se refere aos processos, forças e ações coletivas de enfrentamento e adaptação positiva a situações adversas vividas por uma comunidade (Boon et al., 2012; Kirmayer, Sehdev, Whitley, Dandeneau, & Isaac, 2009; Norris, Stevens, Pfefferbaum, Wyche, & Pfefferbaum, 2008; Ojeda, La Jara, & Márquez, 2007).

A possibilidade de aplicação prática do conceito de resiliência comunitária na realidade de comunidades brasileiras concretizou-se para mim em um projeto de extensão que tive a oportunidade de participar como facilitadora. O projeto “Entre o risco e a proteção: Promovendo resiliência familiar e comunitária em um grupo de mulheres usuárias de uma ONG na cidade de Fortaleza, Ceará” foi proposto pelo Laboratório de Estudos dos Sistemas Complexos: casais, famílias e comunidades – Lesplexos, sob coordenação da professora Dra. Normanda Araujo de Moraes, com o objetivo de promover processos de resiliência familiar e comunitária nesse grupo. O projeto foi executado em uma ONG, que busca contribuir para o desenvolvimento infantil, oferecendo diversos serviços para as crianças do bairro, tais como aulas de música e de esporte. As participantes, portanto, eram mães ou avós que tinham crianças envolvidas em atividades da ONG.

A intervenção buscou desenvolver um espaço de escuta grupal; identificar os principais fatores de risco e de proteção; descrever a percepção e a experiência das mulheres diante desses fatores; bem como trabalhar os pilares da Resiliência Familiar e da Resiliência Comunitária. Os procedimentos utilizados no decorrer dos encontros foram: dinâmicas de grupo, apresentação e discussão de vídeos e textos, rodas de conversa e atividades corporais. Os dados foram registrados por meio de fotografias, diário de campo e gravações de áudio. No total, foram realizados oito encontros de duas horas cada, no intervalo de setembro a novembro de 2014.

A etapa da intervenção voltada especificamente para a promoção de resiliência comunitária não chegou a ser concretizada, mas a aproximação com a comunidade Planalto Ayrton Senna (PAS), onde o projeto foi realizado, nos levou a pensar a possibilidade de usá-la como um estudo de caso para levantarmos fatores que favorecem a resiliência comunitária. Durante a intervenção, foi possível coletar dados sobre os fatores de risco e de proteção encontrados na comunidade de acordo com as participantes do grupo. Acrescente-se que a comunidade é marcada por uma história de mobilização social em prol de infraestrutura digna e luta contra o preconceito e estigma sofridos devido ao alto nível de violência ali existente. Essas informações nos levaram a crer que a comunidade vem vivenciando processos de resiliência comunitária ao longo dos anos e motivou a pesquisa mais aprofundada acerca da sua realidade social e histórica.

O conceito de resiliência comunitária apresenta as mesmas preocupações do conceito de resiliência individual, porém é mais complexo devido à diversidade de significados atribuídos ao termo comunidade. Frequentemente, comunidade é descrita como um limite geográfico composto por meio ambiente natural, construído, social e econômico que influenciam uns aos outros de forma complexa (Norris et al., 2008). É formada por um grupo de pessoas unidas por laços sociais e culturais, como etnia, religião, culinária e dança específicas daquele lugar, que formam uma identidade grupal (Ojeda et al., 2007). A forma como essas variáveis se relacionam determinam em grande medida as fortalezas e vulnerabilidades da comunidade, bem como o impacto sofrido por um estressor e a possível capacidade para enfrentamento, recuperação e transformação diante dele (Arciniega, 2013).

A maioria dos estudos sobre resiliência comunitária abordam a aplicação do construto às situações de desastres. Os desastres são descritos como eventos traumáticos vivenciados coletivamente. Podem ser de causa natural, humana ou tecnológica, como por exemplo, terremoto, ataque terrorista e acidente nuclear (Norris et al., 2008). Ojeda (2005) reconhece o dano sofrido pela comunidade causado por um desastre ou catástrofe, mas enfatiza que essa situação dolorosa pode também significar a mobilização de recursos e capacidades solidárias da população para promover uma transformação, tanto física como social na comunidade. As comunidades que apresentam esse tipo de resposta às situações de crise, contam com um “escudo protetor”, que emerge de suas próprias condições de vida e valores, permitindo uma metabolização do evento negativo e a capacidade de construir a partir dele (Ojeda, 2005).

Apesar de resiliência comunitária não ser um construto proveniente da Psicologia Comunitária, é possível perceber semelhanças entre suas propostas e preocupações. A Psicologia Comunitária está interessada em compreender como os sentidos, significados e sentimentos dos moradores influenciam o modo de vida da comunidade e como esse modo de vida muda e se reflete em seus residentes. Cada comunidade possui em seu interior um ‘potencial de transição’, que pode

ser acessado através do desenvolvimento da consciência de seus moradores. Tal potencial pode, ainda, gerar significativas transformações na vida comunitária, incluindo a superação da pobreza, desigualdades e destruição ambiental (Góis, 2008). Uma vez que resiliência comunitária consiste na capacidade grupal de enfrentamento e adaptação aos desafios coletivos, seu estudo poderia trazer grandes contribuições para a Psicologia Comunitária, sobretudo se fosse aplicado às intervenções em situações de adversidades crônicas, como a seca, a desigualdade social, falta de recursos básicos para sobrevivência, violência urbana, entre tantas outras encontradas no contexto brasileiro e latino americano.

Considerando-se que a resiliência comunitária é um processo que pode ser promovido, acredita-se que as diversas instâncias da sociedade se tornam responsáveis por seu desenvolvimento. Muitos dos estudos sobre resiliência comunitária, portanto, discutem o papel do governo na promoção de resiliência, que seria oferecer recursos físicos, econômicos e sociais a fim de tornar as comunidades mais capacitadas para lidar com mudanças e construir uma nova realidade (White, Edwards, Farrar, & Plodinec, 2014).

Por outro lado, alguns estudos focam o papel da própria comunidade no processo de resiliência, nomeando de ‘resiliência inerente’ os processos observados independente das ações do governo, ou seja, práticas que os moradores implantam em casos de perturbações ecossistêmicas e que são mantidas em sua memória coletiva (Colten, Hay, & Giancarlo, 2012). Tal perspectiva está mais voltada para o conhecimento ecológico tradicional, que consiste em um corpo cumulativo de conhecimento, práticas e crenças transmitido culturalmente de geração para geração a respeito da relação dos seres vivos com os outros e com o meio ambiente, estratégias de enfrentamento próprias da comunidade (Gómez-Baggethun, Reyes-García, Olsson, & Montes, 2012) e para experiências de promoção de resiliência em práticas sociais alternativas (Fois & Forino, 2014).

Góis (2008) enfatiza a importância de um desenvolvimento comunitário baseado na “cultura local, no potencial comunitário, na experiência acumulada, na vontade dos moradores, na atividade comunitária, na integração comunitária e na relação de cooperação entre agentes internos e externos (p. 98)”. O autor reconhece, portanto, o papel e a importância de cada interlocutor, mas afirma que a palavra final é da comunidade no que diz respeito ao sentido do desenvolvimento e controle das ações, quando se busca autonomia local e interdependência ao exterior da comunidade. Desse modo, os moradores da comunidade são vistos como corresponsáveis pela sua realidade, o que não isenta o governo de exercer seu papel, pois quanto mais recursos a comunidade possuir, maior é a probabilidade de apresentar processos de resiliência.

Boon et al. (2012) defende o uso do Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano, desenvolvido por Bronfenbrenner, para a análise de resiliência comunitária. De acordo com esse modelo, o desenvolvimento pode ser compreendido através da integração de quatro núcleos:



processo, pessoa, contexto e tempo. Bronfenbrenner descreve cinco contextos sociais que envolvem os indivíduos: microsistema, mesossistema, esossistema, macrosistema e cronossistema (Boon et al., 2012). O interesse maior do presente estudo está voltado para o mesossistema e o macrosistema. O primeiro diz respeito à relação entre os microsistemas que formam a comunidade, tais como as famílias, a ONG, a igreja, unidades de saúde e de assistência social. O macrosistema, por sua vez, é composto por fatores que influenciam o indivíduo em um nível social e comunitário mais amplo, tais como tipo de governo, mídia, bases culturais e religiosas, estrutura econômica do lugar e recursos encontrados na comunidade de um modo geral (Boon et al., 2012).

Compreender a resiliência comunitária é de grande utilidade tanto para a comunidade, que pode identificar e fortalecer seus próprios fatores de proteção, quanto para os agentes externos que estão interessados no desenvolvimento comunitário, como profissionais que realizam intervenções em comunidade e fontes de financiamento que precisam determinar qual a melhor forma de investir recursos limitados (Magis, 2010). Além disso, o resultado de ações resilientes em comunidade pode ser bem mais efetivo do que o de um indivíduo ou família agindo sozinha (Kirmayer et al., 2009).

Apesar do crescente número de pesquisas internacionais abordando resiliência comunitária, ainda são raros os estudos publicados na língua portuguesa e que retratam o contexto brasileiro (e.g. Moraes, Figueiredo, Rodrigues, & Santos, 2015; Zappe, Yunes, & Dell'aglio, 2015), conforme evidenciou a revisão integrativa da literatura sobre o tema da resiliência comunitária que compõe um capítulo desta dissertação. Tal constatação sublinha a grande necessidade de mais estudos nessa área e de uma melhor compreensão de como os processos de resiliência podem ser identificados e estimulados em nossas comunidades. Desse modo, corrobora-se a relevância de estudos que abordem as adversidades crônicas (pobreza e seca, por exemplo) vivenciadas na maioria das comunidades brasileiras e suas formas de enfrentamento.

A presente pesquisa buscou, portanto, compreender processos de resiliência comunitária e fatores a ela associados através de um estudo de caso de uma comunidade da cidade de Fortaleza – Ceará. Em termos de objetivos específicos, buscou-se: 1) caracterizar a comunidade Planalto Ayrton Senna com relação à sua localização, população, história, estrutura atual de saúde, educação, segurança, lazer, equipamentos de assistência social e ONGs; 2) descrever as adversidades vivenciadas no contexto comunitário do Planalto Ayrton Senna; e 3) identificar fatores que favorecem processos de resiliência comunitária no bairro Planalto Ayrton Senna.

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos. O primeiro aborda parte do referencial teórico - Psicologia Comunitária e o Modelo Ecológico-Contextual - que serve de base para a realização desse estudo. O segundo capítulo teórico consiste em uma revisão integrativa de literatura sobre o tema resiliência comunitária. O terceiro apresenta o método utilizado para alcançar os objetivos desta pesquisa. Por fim, o quarto capítulo descreve e discute os principais resultados

decorrentes da análise dos dados no que diz respeito à caracterização da comunidade do PAS, as principais adversidades vivenciadas, bem como os fatores que favorecem a resiliência comunitária. Por fim, apresenta-se uma sistematização desses fatores com base nos núcleos – processo, pessoa, contexto e tempo - do modelo ecológico-contextual.

## **I – Psicologia Comunitária e o Enfoque Ecológico-Contextual**

### **1.1. Considerações sobre a Psicologia Comunitária**

A Psicologia Comunitária surge em meados dos anos 1960 em um contexto de grandes transformações na Saúde Mental e na sociedade de um modo geral. A origem da disciplina remonta tanto à uma psiquiatria social e preventiva como à uma crítica à Psicologia Social tradicional. Embora as primeiras conceituações tenham vindo dos Estados Unidos e Europa, é na América Latina que a Psicologia Comunitária se consolida e ganha contornos característicos (Arendt, 1997; Ornelas, 1997).

O Movimento de Saúde Mental Comunitária nos Estados Unidos, uma das vertentes que influenciou o surgimento da Psicologia Comunitária, ressaltou a importância da comunidade para a saúde mental de seus moradores, enxergando-a como local de prevenção e cura. Tratava-se, portanto, de um movimento de resistência à saúde mental tradicional, a qual se restringia à Psiquiatria e estava demasiado centrada na instituição hospitalar com suas condições degradadas de funcionamento. Desse modo, passou-se a acreditar que muitos dos doentes mentais poderiam ser tratados fora dessas instituições e que seria relevante a criação de serviços na própria comunidade (Góis, 2005; Ornelas, 1997). Além disso, houve um questionamento acerca da influência dos problemas sociais para a saúde mental, visto que pesquisas da época indicaram que as problemáticas emocionais ocorriam em maior frequência em áreas geográficas onde a desorganização social tendia a prevalecer (Ornelas, 1997).

Na América Latina, a expressão Psicologia Comunitária começou a ser utilizada por volta de 1975 visando à construção de uma nova Psicologia Social, pois alguns psicólogos estavam insatisfeitos com os escassos resultados da Psicologia Social tradicional e preocupados com a superação dos graves problemas humanos, sociais e econômicos que atingiam essa região. Além disso, questionava-se a aplicação de teorias e práticas importadas dos Estados Unidos e Europa para uma realidade tão diferente como a latino-americana. A crítica, portanto, à chamada Psicologia Social Tradicional, propunha uma Psicologia que fosse mais contextualizada, crítica e comprometida com mudanças, como a conscientização de indivíduos e redução da desigualdade social (Góis, 2005, 2008).

Outra vertente de importante influência para o surgimento da Psicologia Comunitária foi a dos movimentos sociais. Com as mudanças ocorridas a nível mundial a partir da década de 50, deu-se início a uma luta pela autodeterminação dos povos e a participação popular. Diversos grupos, incluindo população pobre, negros, povos colonizados, trabalhadores e intelectuais, passaram a pressionar as estruturas de poder, exigindo melhores condições de vida e acesso a seus direitos. Eles lutavam contra a pobreza, miséria, discriminação, guerra e a favor da liberdade e de sociedades mais

justas e democráticas. As nações colonizadoras e capitalistas desenvolveram programas assistenciais na tentativa de desviar o foco das lutas. Ainda assim, os movimentos sociais continuaram clamando por mudanças sociais mais profundas. As lutas sociais contribuíram para o desenvolvimento de novos paradigmas acerca do homem e das sociedades, que propunham atividades de desenvolvimento baseadas em um maior compromisso com os excluídos e as minorias (Góis, 2005).

No Brasil, a regulamentação da profissão de psicólogo ocorreu em 1962, pouco tempo antes do golpe militar que condenou o país a mais de vinte anos de ditadura explícita e exerceu forte controle e repressão aos movimentos sociais. A decorrência desses fatos na atuação do psicólogo foi o predomínio de abordagens individualistas e descontextualizadas que se adequavam às necessidades políticas e econômicas do governo militar. As aulas de Psicologia Social nos cursos de graduação, à época, baseavam-se em teorias positivistas e pesquisas experimentais que visavam à adaptação de indivíduos à sociedade. As literaturas que extrapolavam a perspectiva individualista e falavam de práticas emancipatórias, como as obras de Paulo Freire, por exemplo, eram proibidas. Apesar da censura, havia organização de grupos clandestinos para estudar os textos proibidos e inserção de intelectuais em trabalhos comunitários, como os realizados nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), vinculados à Igreja Católica. Com o desgaste da Ditadura Militar no Brasil, foi ocorrendo um avanço da abertura política e de movimentos sociais a ela associados, o que permitiu que teorias e práticas psicológicas fossem pensadas numa perspectiva mais coletiva a partir de um compromisso de transformação social assumido por alguns profissionais da área. (Scarparo & Guareschi, 2007).

Dentre as teorias que fundamentaram a Psicologia Comunitária, estão a Educação Popular de Paulo Freire, a Teoria Histórico-Cultural da Mente de Vygotsky e a Psicologia da Libertação de Martín-Baró. Paulo Freire, por exemplo, defendia que a educação é o grande caminho para a mudança social, porém não se referia aos modelos educacionais hegemônicos, mas sim a uma educação que facilitasse a formação de sujeitos atores e autores de seus processos históricos. Através da conscientização, processo de reinserção do sujeito em seu contexto de modo crítico e propositivo, seria possível gerar transformações individuais e coletivas. A contribuição de Vygotsky diz respeito à sua noção de desenvolvimento humano que parte de uma visão interacionista de homem e mundo. Assim, o desenvolvimento humano seria construído socialmente, através da inscrição dos sujeitos na cultura, que ocorre pela sua relação com outros sujeitos, objetos e símbolos. A Psicologia da Libertação de Martín-Baró, por sua vez, propõe uma práxis transformadora da realidade que luta contra as relações de opressão e miséria econômica imperantes na América Latina. Para tanto, busca facilitar a libertação, processo pelo qual é possível uma autonomização dos sujeitos, o resgate das potencialidades populares e a saída de um posicionamento fatalista para um posicionamento mais ativo e consciente. O fatalismo consiste em uma compreensão da existência humana segundo a qual o

destino dos seres humanos já estaria traçado e não poderia ser modificado, restando-lhes apenas submeter-se à sua sorte (Ximenes & Góis, 2010).

A Psicologia Comunitária está centrada em dois modelos que partem de uma visão positiva da comunidade e das pessoas: o do desenvolvimento humano e o da mudança social. Ambos reconhecem a capacidade do indivíduo e da comunidade de serem atores responsáveis na construção de suas vidas, destacando a necessidade de processos sociais que estimulem a participação social e a conscientização. Existe uma tendência dos estudos/intervenções em Psicologia Comunitária nos Estados Unidos e Europa a voltarem-se mais para um enfoque clínico-comunitário, enquanto que nos países da América Latina tendem a voltar-se mais para um enfoque sócio-comunitário. Este fato é atribuído ao contexto socioeconômico em que cada hemisfério se encontra, visto que os psicólogos latino-americanos têm um histórico de atuar em condições de miséria, opressão e exploração, enquanto os psicólogos do hemisfério norte tendem a atuar em realidades de menor pobreza e vulnerabilidade (Góis, 2005). No entanto, estudos mais recentes no contexto latino-americano apontam para a necessidade de desenvolver uma concepção clínico-comunitária de Psicologia voltada para essa realidade, uma vez que as condições de pobreza e opressão podem acarretar sofrimento psíquico e transtorno mental (Góis, 2012; Montero, 2011).

A concepção de Psicologia Comunitária proposta por Góis (2005, 2008) é a de que se trata de uma área da Psicologia da Libertação, que tem como objetivos: o desenvolvimento dos moradores enquanto sujeitos da comunidade; o desenvolvimento da comunidade como uma instância ativa do crescimento do lugar, município ou região e a construção da Psicologia Comunitária dentro do enquadre teoria-prática-compromisso social. Busca-se, assim, compreender a atividade comunitária enquanto atividade social consciente, bem como os sentimentos e sentidos presentes nessa atividade e nas condições de vida da comunidade.

Em Psicologia Comunitária, a comunidade é compreendida como um espaço de relação. De acordo com essa visão, a comunidade não se limita a sua dimensão organizacional e burocrática, sendo constituída também pela presença de sentimentos, afetos, comunhão e amor (Guareschi, 2010). Trata-se, portanto, das interações sociais de um grupo de indivíduos dentro de um determinado espaço geográfico, no qual compartilham atividades econômicas e sociais, nível econômico, cultura, história, costumes, valores, normas, interesses e necessidades em comum, convivência efetiva e duradoura, identificação entre os moradores e destes para o lugar e sentimento de comunidade. É um lugar de mediação entre a vida familiar e a vida da sociedade. Tem a função de confirmar o indivíduo enquanto membro de uma cultura e com uma determinada identidade de lugar, ao mesmo tempo em que protege sua individualidade ante a natureza e a sociedade. A essência das comunidades é a vida comunitária, sua dinâmica própria, que implica um modo de interagir segundo determinados padrões, incluindo suas contradições, conflitos, antagonismos, convívio, solidariedade

e permanência. A comunidade tem a força e o papel de tornar seus indivíduos mais aptos e protegidos para lidar com a realidade em vivem, de modo que se tornem membros ativos na sociedade (Góis, 2008).

Na busca por alcançar os objetivos da Psicologia Comunitária, torna-se fundamental compreender as necessidades dos moradores de uma comunidade, bem como as condições psicossociais do lugar (internas e externas) que impedem que eles se tornem sujeitos da comunidade e aquelas que facilitam esse processo. A partir da compreensão dessas condições, é possível trabalhar na perspectiva de libertação e autonomia tanto dos moradores quanto do psicólogo comunitário, que também precisa construir-se enquanto sujeito da realidade e compreender o compromisso que tem para com a coletividade que estuda e/ou atua (Góis, 2005, 2008). No caso do morador, sua construção enquanto sujeito da comunidade só pode ocorrer quando ele descobre (compreende e sente) que é corresponsável pela realidade social em que vive, “por sua história e pela história da comunidade e que as constrói mediante sua atividade prática e coletiva no mesmo lugar em que vive e faz história de sofrimento, luta, encontro, esperança e realização” (Góis, 2008, p. 84).

Para facilitar a construção do sujeito da comunidade, deve haver um esforço interdisciplinar de promover um aprofundamento da consciência (reflexivo-afetiva) dos moradores a respeito de sua própria vida e da vida comunitária. Através do desenvolvimento de sua prática social, o sujeito surge da superação das condições sociais e comunitárias, apropriando-se cada vez mais da sua realidade histórico social. A diferença entre o morador sujeito da sua realidade e o morador submisso, dependente e rebelde é que o primeiro reconhece seu valor pessoal e seu poder pessoal para modificar sua história e desenvolver sua comunidade através de uma prática de cooperação que tenha sentido pessoal e coletivo. O indivíduo submisso e rebelde, por outro lado, possui uma visão parcial da realidade e acaba por entregar-se às relações de exploração, vendo-se como vítima do fatalismo (Góis, 2005).

O desenvolvimento comunitário, portanto, se dá através do processo de conscientização e desenvolvimento dos membros da comunidade. Cada comunidade possui um ‘potencial de transição’, um potencial de mudança social e cuidado ambiental em seu interior. Desse modo, podem apresentar condições para enfrentar a pobreza, as desigualdades e a destruição ambiental. O desenvolvimento comunitário abordado pela Psicologia Comunitária não diz respeito a um desenvolvimento de fora para dentro sem considerar história, cultura e capacidade da própria comunidade para agir. Também não consiste em um desenvolvimento fechado em seu interior no qual a comunidade seria a única responsável pelas mudanças, mas sim em um esforço para integrar ações e relações pedagógicas entre agentes internos e externos, ressaltando a importância do papel de cada interlocutor. Apesar de reconhecer a importância do papel do governo e terceiro setor para esse

desenvolvimento, acredita-se que a palavra final é da comunidade na busca por sua autonomia (Góis, 2008).

A participação dos cidadãos na comunidade é essencial para o desenvolvimento comunitário. Portanto, faz parte do trabalho do psicólogo comunitário facilitar o envolvimento dos indivíduos na identificação e resolução de seus próprios problemas, bem como na implementação dos objetivos de mudança, criando assim as condições para o progresso econômico e social da comunidade. Esse processo pode ser mobilizado através da criação de novos espaços de contato que priorizem os objetivos comuns e favoreçam o crescimento no nível das competências democráticas, tais como grupos de ajuda mútua, conselhos de cidadãos e clubes de bairro. *Empowerment* (traduzido para o português como empoderamento) é o termo utilizado na literatura para definir o fenômeno vivenciado por moradores que ganham voz na comunidade, influenciando decisões importantes e contribuindo para a solução de problemas e produção dos resultados desejados. Esse processo pode ser visto como a capacidade da comunidade de enfrentar de forma eficaz os problemas coletivos. A comunidade é vista, nessa perspectiva, como contexto privilegiado para a promoção do *empowerment* de indivíduos e instituições e deve focar sua atenção no bem-estar coletivo, ambiental e individual (Ornelas, 1997).

## **1.2. Enfoque Ecológico-Contextual em Psicologia Comunitária**

Dentre as teorias que servem como fundamento para a Psicologia Comunitária, destaca-se nesse estudo a Ecologia. Diante da crise paradigmática, na qual pesquisadores de diversas áreas contestaram a visão tradicional ou positivista de homem e mundo, surgem os paradigmas pós-modernos que valorizam aspectos até então deixados de lado, como a complexidade, a experiência, o contexto e a consciência. O Paradigma Ecológico vem contribuir com essa mudança paradigmática na medida em que propõe uma visão mais contextual e holística de homem e mundo. Seu pressuposto principal é o de que o ambiente exerce significativa influência no comportamento humano (Ornelas, 1997; Sarriera, 2010).

Desse modo, uma visão ecológica do ser humano leva em consideração não apenas suas características individuais, mas, principalmente, sua relação com seu entorno. Pensar ecologicamente significa ter um olhar mais cuidadoso para com a natureza, as pessoas e as comunidades que nos circundam, a fim de alcançar melhores condições de vida para todos. Significa, portanto, pensar em rede, na interdependência entre os sistemas que nos rodeiam e na adequada distribuição e aproveitamento dos recursos disponíveis. É a busca por harmonia e equilíbrio entre o homem e seu ambiente de modo que possa ocorrer desenvolvimento de ambas as partes. Diversas teorias dão sustentação a esse paradigma, entre elas estão as teorias sistêmicas e a Bioecologia do Desenvolvimento Humano, desenvolvida por Urie Bronfenbrenner (Sarriera, 2010).

De acordo com Narvaz e Koller (2004), no Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano, especial atenção é dada aos processos e interações que a pessoa vive ao longo do tempo. Assim, o desenvolvimento de uma pessoa num determinado momento é resultado das interações de suas características individuais com o seu ambiente. “O desenvolvimento ocorre, então, através de processos de interação recíproca, progressivamente mais complexa, de um ser humano ativo, biopsicologicamente em evolução com as pessoas, objetos e símbolos presentes no seu ambiente imediato” (Narvaz & Koller, 2004, p. 57). Portanto, o modelo bioecológico propõe que o desenvolvimento seja estudado através da interação de quatro núcleos: o Contexto, o Processo, a Pessoa e o Tempo (Narvaz & Koller, 2004; Poletto & Koller, 2008).

O contexto, primeiro componente do modelo bioecológico, diz respeito à interação dos quatro níveis ambientais: microsistema, mesossistema, exossistema e macrosistema, que estão articulados na forma de estruturas concêntricas inseridas uma na outra. O processo, por sua vez, é considerado o principal mecanismo responsável pelo desenvolvimento, sendo que maior destaque é dado aos processos proximais, que são as formas de interação do ser humano com seu ambiente imediato. A pessoa, terceiro componente do modelo, é analisada através de suas características determinadas biopsicologicamente e aquelas adquiridas pela sua interação com o meio. Tais características são consideradas tanto produtos como produtores de desenvolvimento. Por fim, o tempo refere-se às influências que as mudanças e continuidades exercem no desenvolvimento ao longo do ciclo de vida (Benetti, Vieira, Crepaldi, & Schneider, 2013; Narvaz & Koller, 2004; Poletto & Koller, 2008).

Para o estudo da Psicologia Comunitária fundamentada no Paradigma Ecológico, faz-se necessária uma melhor compreensão do Contexto, ou seja, da estrutura ecológico-sistêmica do meio. O meio ecológico é formado por estruturas físicas, sociais e psicológicas que caracterizam a interação das pessoas com seus contextos.

Microsistemas são os contextos que fazem parte do cotidiano das pessoas, nos quais elas desenvolvem suas vidas, seus papéis e atividades, como a família, o trabalho, a igreja e etc. O mesossistema refere-se ao âmbito comunitário e exige a análise da relação entre os microambientes nos quais a pessoa tem participação ativa. O exossistema é composto por ambientes dos quais a pessoa não participa ativamente, mas influenciam sua conduta, como por exemplo, o ambiente de trabalho dos pais, que pode influenciar nas relações familiares e no desempenho dos filhos. Outro exemplo são as instituições de saúde, educação e etc., que exercem influência na vida comunitária, embora não faça parte do cotidiano de algumas pessoas. O macrosistema engloba e conecta todos esses sistemas, através da cultura, sistemas de crenças e ideologias e sistema político e econômico que imperam naquele determinado lugar (Sarriera, 2010). As pessoas e comunidades passam por mudanças em sua posição no ambiente ecológico devido a mudanças políticas, de atividade ou de recursos do sistema. Para que esse processo de transição ecológica ocorra de forma saudável e com o



mínimo de estresse psicossocial, é importante que ela seja preparada e que sejam desenvolvidos recursos para auxiliar uma rápida resolução. O contínuo desenvolvimento de recursos facilita os processos de evolução e adaptação pelos quais pessoas e comunidades precisam passar. Adaptação nesse caso não diz respeito a um conteúdo funcionalista ou ausência de tensão, mas sim às possibilidades de lidar de forma saudável e criativa com os novos desafios que uma transição ecológica acarreta. O entendimento ecológico-sistêmico enxerga os fenômenos em sua complexidade e busca a construção dos potenciais do sujeito, bem como de uma sociedade melhor (Sarriera, 2010).

Ao propor uma analogia entre a Psicologia Comunitária e a Ecologia, James Kelly identifica alguns princípios que devem orientar uma intervenção comunitária (Ornelas, 1997; Sarriera, 2010). São eles:

*Interdependência* – os componentes de uma unidade social são interdependentes, havendo influência mútua entre eles. A mudança em um componente acarreta mudança nos demais de forma dinâmica ao longo do tempo. Um exemplo dessa interdependência é o processo de desinstitucionalização de doentes mentais, que produz repercussões em outros sistemas, como o judicial e o de suporte social. Este princípio direciona a atenção para a comunidade como unidade de análise e intervenção, contrapondo-se a uma análise reducionista das características internas de um indivíduo.

*Congruência e Adaptação* – Antes de iniciar uma intervenção buscando transformação dos recursos, é preciso conhecer como a comunidade funciona no que diz respeito às oportunidades e dificuldades que vão surgindo. Enfrentamento e adaptação são os processos que intervêm na busca pelo equilíbrio entre a dinâmica de desenvolvimento da pessoa ou comunidade com seu meio ambiente maior.

*Evolução e Sucessão* – perspectiva de longo prazo através da avaliação do contexto histórico da comunidade. Trata-se de pensar mudanças para o futuro no intuito de facilitar o processo de evolução tendo como base a compreensão do passado e o presente.

*Troca e desenvolvimento dos recursos* – identificação dos recursos que já estão disponíveis para comunidade (relações, conhecimento, tecnologia, etc.), bem como em seu desenvolvimento ou transformação visando o fortalecimento comunitário. Além disso, esse princípio direciona atenção ao potencial de recursos ainda não descobertos ou desenvolvidos e que podem vir a contribuir para uma melhor qualidade de vida das pessoas e ambientes em que estão inseridas. Como exemplo, a sensibilização de pessoas e comunidades para uma maior consciência acerca de suas capacidades.

Uma vez que o enfoque ecológico dá ênfase à pessoa imersa no contexto, as pesquisas na área da Psicologia Comunitária com esse enfoque buscam uma inserção do psicólogo em contextos naturais para a coleta de dados. Para o estudo integrado da comunidade, é preciso levar em consideração tanto as características das pessoas, como os aspectos geográficos e os recursos sociais

disponíveis naquela comunidade (unidade de análise). O primeiro passo para o desenvolvimento da pesquisa com enfoque ecológico é a identificação dos problemas encontrados na comunidade e a compreensão acerca de como eles são provocados, incrementados ou mantidos pelos sistemas do contexto. Nesse momento, é importante que o pesquisador considere e respeite os valores e a cultura do contexto para facilitar o fortalecimento de recursos pessoais e comunitários de enfrentamento e resolução (Sarriera, 2010).

Sarriera (2010) propõe que os contextos sejam avaliados em três dimensões: 1) ambientes percebidos (relações, desenvolvimento pessoal, permanências e mudanças no sistema); 2) características objetivas do ambiente (físicas, políticas, etc.); e 3) esquemas transacionais de conduta das pessoas e do contexto. As intervenções então devem ser pensadas de forma colaborativa junto à comunidade, que deve ter grande participação na execução das mesmas.

Percebe-se, portanto, que a Psicologia Comunitária busca identificar e fortalecer as características e forças encontradas na comunidade que contribuem para o enfrentamento das dificuldades vivenciadas. Tal perspectiva assemelha-se à visão da resiliência comunitária acerca da comunidade, embora esse construto não tenha emergido de estudos da Psicologia Comunitária propriamente dita. Acredita-se que as duas áreas de estudo muito têm a contribuir uma a outra, sobretudo se considerada a realidade das adversidades vivenciadas no contexto latino americano e brasileiro. A Psicologia Comunitária emergiu nesse contexto e muito tem a falar em termos de compreensão da realidades e possibilidades de intervenção. A resiliência comunitária, por sua vez, tem focado os estudos em contextos de desastres e nos fatores que favorecem o enfrentamento dessas situações emergenciais, tanto no contexto latino americano quanto no norte americano. Portanto, uma aproximação entre os dois campos de estudo apresenta grande potencial de contribuição para o desenvolvimento de ambas as áreas e das nossas comunidades.

## II - Resiliência Comunitária: Um estudo de Revisão Integrativa da Literatura<sup>1</sup>

Desde o início da história da humanidade, comunidades, sociedades e civilizações precisam lançar mão de capacidades adaptativas para sobreviver às grandes mudanças sociais e ambientais. Na contemporaneidade, os desafios têm se multiplicado. A globalização, mudanças climáticas e o crescimento econômico desenfreado favorecem a ocorrência de situações estressoras para indivíduos e comunidades, tais como desastres de causa natural, tecnológica ou humana, guerras, epidemias e desigualdade social. O termo resiliência tem sido utilizado por muitos especialistas para explicar respostas adaptativas e saudáveis que indivíduos e grupos apresentam a esses desafios, gerando um corpo crescente de pesquisa sobre o assunto (Juliano & Yunes, 2014; Smith, Moore, Anderson, & Siderelis, 2012; Wilson, 2012).

A resiliência psicológica foi investigada, inicialmente, a nível individual. Os primeiros estudos sobre esse tema surgiram na tentativa de compreender como algumas crianças conseguiam desenvolver-se de forma saudável, apesar da exposição a situações adversas graves, como transtorno mental dos pais e pobreza extrema. A princípio, essas crianças foram consideradas invulneráveis, ou seja, capazes de suportar adversidades sem sofrer qualquer impacto. Essa ideia, posteriormente superada com o avanço das pesquisas, compreendia a resiliência como um atributo pessoal inato ou adquirido (Rutter, 1993).

Pesquisas mais recentes revelam que a resiliência não pode ser vista de forma estática, mas sim como um processo dinâmico e subjetivo, no qual características individuais se relacionam com os fatores de risco e proteção encontrados nos contextos em que o sujeito está inserido. Enquanto os fatores de risco são entendidos como eventos estressores que aumentam a probabilidade do indivíduo apresentar problemas psicológicos, sociais e físicos, os fatores de proteção seriam as influências que possibilitam respostas mais adaptativas aos riscos. Dessa forma, mais contemporaneamente, a resiliência tem sido descrita por muitos pesquisadores como o conjunto de processos sociais e psíquicos que facilitam o enfrentamento de situações adversas, resultando em adaptação e transformação positiva (Juliano & Yunes, 2014; Morais & Koller, 2004; Poletto & Koller, 2008).

Um segundo momento no campo de estudos de resiliência, foram os estudos com foco na família, realizados pioneiramente por Froma Walsh, os quais contribuíram para o movimento que propõe uma visão mais saudável do indivíduo e do grupo familiar. De acordo com essa lente, as famílias não devem ser olhadas como defeituosas, mas sim como desafiadas; e o foco deve estar sobre suas potencialidades. Além disso, a definição de uma família como saudável não é feita pela

---

<sup>1</sup> Optou-se por apresentar esse capítulo no formato de um artigo (breve introdução, método, resultados e discussão e considerações finais), a fim de viabilizar o processo de submissão do mesmo a uma Revista de Psicologia para publicação. Até o momento da entrega da versão final da Dissertação, o manuscrito encontrava-se em avaliação.

ausência de problemas, mas pela competência para enfrentar e resolver esses problemas (Juliano & Yunes, 2014; Walsh, 2005).

Paralelo aos estudos da Psicologia e Psiquiatria sobre resiliência, o conceito ganhou visibilidade em outros campos do conhecimento, principalmente 3no da Ecologia. Em 1973, Holling publicou a tese “*Resilience and Stability of Ecological Systems*” sobre resiliência ecológica, na qual o termo foi usado para descrever a habilidade de um ecossistema para absorver a mudança e adaptar-se a ela, mantendo seu estado existente de funcionamento (Boon et al., 2012). A visão ecossistêmica de resiliência percebe o indivíduo incorporado a uma teia de complexos relacionamentos, de modo que o individual, o familiar e o meio ambiente maior estão interconectados e fatores de cada esfera contribuem para o processo de enfrentamento às adversidades (Kirmayer et al., 2009). A partir do surgimento dessa visão, o conceito de resiliência tem sido aplicado não apenas para entender capacidades adaptativas apresentadas por indivíduos, mas também por comunidades humanas e sociedades maiores (Norris et al., 2008).

As pesquisas em resiliência na perspectiva comunitária, portanto, dão ênfase aos processos, forças e ações coletivas (Ojeda, 2005). Isso não significa que a importância da ação individual não é reconhecida. Alguns indivíduos apresentam grande capacidade de aproveitar os recursos que os cercam para se opor ao estresse e seguir o caminho da adaptação e superação. No entanto, um conjunto de processos resilientes individuais não garante resiliência comunitária. Uma comunidade que vivencia processos coletivos de resiliência oferece aos indivíduos e famílias novas oportunidades e recursos para lidar com os desafios. Nesse sentido, afirma-se que o resultado de ações resilientes em comunidade podem ser bem mais efetivas do que as de um indivíduo ou família agindo sozinha (Kirmayer et al., 2009).

A investigação do conceito de resiliência comunitária na literatura evidencia a existência de duas tradições teóricas, uma latino-americana e uma norte-americana. A latino-americana é representada pelo pesquisador Élbio Néstor Suárez Ojeda, que foi diretor do *Centro de Investigación y Estudios de Resiliencia – CIER* da Universidade Nacional de Lanús, na Argentina. Sua concepção de resiliência comunitária tornou-se mais acessível para pesquisadores brasileiros, pois alguns livros contendo capítulos escritos por ele possuem versão publicada em português (e.g. Ojeda, 2005; Ojeda, La Jara, & Márquez, 2007). Os artigos da tradição norte-americana, por sua vez, são comparativamente menos citados na literatura nacional, fato que também pode estar relacionado à menor acessibilidade aos textos de língua inglesa, bem como ao fato de se tratar de um tema de interesse bastante recente no contexto brasileiro. Além disso, merece destaque o fato de que, embora seja possível perceber semelhanças entre o que é proposto pelas correntes teóricas da resiliência comunitária (latino-americana e norte-americana), os estudos de uma não se referem à outra.

Os estudos e projetos de promoção de resiliência realizados na América Latina tendem a focar populações marcadas pela pobreza e discriminação, com intervenções orientadas para um sentido social, uma vez que o continente é propenso a diversos desastres tanto por suas condições geográficas quanto por suas condições sociais (Ojeda, 2005; Ojeda et al., 2007). Nesse sentido, Ojeda (2007) afirma que a contribuição latino-americana para o conceito de resiliência é maior no tocante ao enfoque coletivo por estar mais enraizada na epidemiologia social do que nos processos de saúde-doença estudados classicamente.

Ojeda (2005) reconhece o dano sofrido pela comunidade causado por um desastre ou catástrofe, mas enfatiza que essa situação dolorosa pode também significar a mobilização de recursos e capacidades solidárias da população para promover transformações físicas e sociais na comunidade. Como se as comunidades contassem com um “escudo protetor”, que emerge de suas próprias condições de vida e valores e permite uma metabolização do evento negativo e a capacidade de construir a partir dele. Através da avaliação da resiliência em diversas comunidades que sofreram desastres, o autor observou as condições que aparecem com maior frequência naquelas que se sobrepõem com mais rapidez e sucesso ao risco e identificou os pilares da resiliência comunitária, a saber: solidariedade, honestidade estatal, identidade cultural, autoestima coletiva e humor social (Ojeda et al., 2007).

A *solidariedade* é percebida por meio das atitudes da comunidade e de seus membros que demonstram adesão à causa grupal, com a finalidade de superar as adversidades e conquistar benefícios comuns a todos.

*Honestidade estatal* significa uma administração honesta e transparente da ‘coisa pública’ por parte dos governantes, bem como uma consciência grupal que valoriza essa honestidade e condena a desonestidade. Uma tradição de honestidade gera confiança do indivíduos nas instituições administrativas e facilita a reconstrução após um desastre, pois incentiva os esforços solidários.

*Identidade cultural* diz respeito ao reconhecimento e valorização do que é próprio de uma determinada cultura, incluindo costumes, valores, danças, canções e expressões idiomáticas. Isso proporciona um sentido de pertença aos membros da comunidade, fortalece os laços de solidariedade e potencializa o uso dos recursos disponíveis para enfrentar as adversidades.

O *humor social* é compreendido como a capacidade de alguns povos de “encontrar a comédia na própria tragédia”, expressando os elementos cômicos, hilariantes e incongruentes de uma situação dada. Assim, o humor é visto como uma estratégia que contribui para a aceitação da desgraça comum, favorecendo um distanciamento do problema e possibilitando sua resolução.

*Autoestima coletiva* refere-se à atitude e sentimento de orgulho que o indivíduo tem pelo lugar onde mora. É o amor por sua terra, a consciência de suas belezas naturais e a identificação com determinados costumes e produções humanas significativas.

Além dos pilares, Ojeda et al. (2007) também sugeriu os antipilares da resiliência comunitária, ou seja, características sociais que dificultam a ocorrência de processos de resiliência. São eles: corrupção - atitudes que demonstram a prevalência dos interesses privados em detrimento do interesse público; autoritarismo - realidade social que inibe a participação social e o surgimento de lideranças alternativas e espontâneas; impunidade - a percepção que indivíduos se beneficiaram da desonestidade e podem permanecer livres para desfrutar do acumulado; e malinchismo - que diz respeito à exagerada valorização da cultura e produtos vindos do exterior. A combinação única dos pilares e antipilares da resiliência, a partir da qual cada comunidade se organiza, permite um prognóstico sobre a comunidade e a elaboração de projetos de intervenção.

As produções científicas acerca da resiliência comunitária fora do contexto latino-americano tendem a seguir uma concepção norte-americana, a qual tem como marco conceitual a publicação de um artigo produzido por Fran Norris e colaboradores em 2008. O artigo apresenta uma teoria de resiliência que engloba o entendimento contemporâneo de estresse, adaptação, bem-estar e recursos dinâmicos. De acordo com Norris et al. (2008), resiliência comunitária é o processo que vincula uma rede de capacidades adaptativas (recursos com atributos dinâmicos) da comunidade à uma trajetória positiva de funcionalidade e adaptação após uma perturbação ou adversidade. Vale ressaltar que as capacidades adaptativas aqui descritas dizem respeito às possibilidades de lidar de forma saudável e criativa com a adversidade e não a um simples ajustar-se às situações. Assim, o resultado do processo de resiliência é a adaptação comunitária, manifestada pelo bem estar da população, definido como alto e não díspares níveis de saúde mental e comportamental, funcionamento adequado dos diversos papéis sociais e qualidade de vida (como as pessoas em geral se sentem a respeito de suas vidas como um todo) satisfatórios. Essa definição vincula o conceito de resiliência às preocupações tradicionais do campo da saúde pública e saúde mental.

Os atributos dinâmicos dos recursos encontrados em uma comunidade são: robustez, quando o recurso é forte e apresenta baixa probabilidade de deterioração; redundância, variedade e abundância de recursos, a qual permite que os elementos sejam substituídos, caso haja degradação de algum deles e; rapidez, quão rápido um recurso pode ser acessado e utilizado. Segundo o modelo de resistência e resiliência proposto por Norris et al. (2008), a comunidade pode seguir três caminhos diante da exposição a um evento estressor: resistência, disfunção transitória situacional seguida por um processo de resiliência e disfunção permanente. No caso de uma comunidade ser atingida por um terremoto, por exemplo, é possível que seus recursos dinâmicos sejam tão robustos, abundantes e rapidamente acessados pelos moradores, que ela consiga resistir ao estresse e retornar ao estado anterior de funcionamento sem sofrer disfunção. A resistência é considerada o resultado ideal, porém é raramente alcançado e depende das dimensões que caracterizam os estressores no que diz respeito à severidade, duração e surpresa.

O resultado mais provável que uma comunidade apresenta diante de eventos estressores é a disfunção transitória situacional, caracterizada por um período de angústia e sofrimento temporário, que pode ser seguido por processos de resiliência comunitária ou vulnerabilidade. Resiliência ocorre quando os recursos dinâmicos da comunidade são capazes de neutralizar os efeitos dos estressores, permitindo adaptação ao ambiente alterado e retorno ao funcionamento após o período de disfunção transitória. Caso os recursos não sejam suficientemente robustos, abundantes e rápidos para criar resistência ou resiliência, ocorre vulnerabilidade, resultando em disfunção permanente. Sendo assim, resiliência comunitária emerge de conjuntos de capacidades adaptativas interligadas, que capturam a combinação dos recursos em si com seus atributos dinâmicos – robustez, redundância e rapidez. As capacidades adaptativas primárias são: Desenvolvimento Econômico, Capital Social, Informação e Comunicação, e Competência Comunitária (Norris et al., 2008).

O *desenvolvimento econômico* de uma comunidade fomenta sua resiliência na medida em que oferece volume e diversidade em recursos econômicos e igualdade na distribuição dos mesmos. Comunidades pobres estão mais propensas a apresentar reações psicológicas, sociais e físicas disfuncionais devido à situação de vulnerabilidade que se encontravam antes do desastre (Norris et al., 2008).

O *capital social* diz respeito às relações do indivíduo com as redes sociais em que ele está incorporado. Norris et al. (2008) descreve o capital social em termos de estruturas de rede, suporte social e conexão com a comunidade que favorecem processos de resiliência comunitária.

*Informação e Comunicação* são de fundamental importância em caso de emergência. Informações confiáveis acerca dos riscos que as pessoas correm e as direções a serem tomadas, quando transmitidas de forma adequada, ajudam a elevar a sobrevivência. Sistemas de comunicação são necessários também para coordenar voluntários e informar o público sobre os serviços disponíveis. Além disso, a narrativa de experiências traumáticas compartilhadas em comunidade auxilia na construção de vínculos e fornece sentido para o acontecimento traumático (Norris et al., 2008).

*Competência comunitária* refere-se às capacidades de tomada de decisão, ação coletiva significativa e intencional e empoderamento. Alguns dos elementos essenciais para competência comunitária incluem a habilidade de engajamento construtivo em processos de grupo, resolução de conflitos, resistência a influências opostas e indesejáveis, confiança mútua e disposição para trabalhar pelo bem comum da comunidade (Norris et al., 2008).

No Brasil, a produção científica acerca do tema resiliência comunitária ainda é muito incipiente. Porém, mais recentemente, foram publicados estudos que contribuem para o desenvolvimento do estado da arte sobre a resiliência comunitária no contexto brasileiro. Um deles é um artigo de Juliano e Yunes (2014) que trata rede de apoio social como mecanismo de proteção e

promoção de resiliência. Os outros dois são capítulos de um livro lançado em 2015 sobre resiliência (Coimbra & Morais, 2015). No primeiro capítulo, aborda-se o incêndio da boate Kiss em Santa Maria/RS, a intervenção pós-desastre que foi realizada e os processos de resiliência comunitária observados (Zappe et al., 2015). O segundo capítulo, por sua vez, trata dos processos de resiliência vivenciados por moradores do sertão cearense diante das dificuldades ocasionadas pelo fenômeno natural da seca (Morais et al., 2015).

Diante do cenário aqui exposto, fica evidente a necessidade de desenvolvimento de mais estudos teóricos e empíricos sobre a resiliência comunitária no contexto brasileiro. Esse capítulo, por sua vez, buscou realizar uma revisão integrativa da literatura (nacional e internacional) sobre o tema da resiliência comunitária, no período de 2009 a junho de 2015, com vistas a identificar o estado da arte sobre o tema, sobretudo no que toca a três aspectos: o conceito de resiliência comunitária, as principais adversidades estudadas e os fatores que favorecem resiliência comunitária. Espera-se que a realização dessa revisão integrativa possa lançar uma luz importante sobre o tema e motivar o desenvolvimento de estudos empíricos posteriores que considerem as adversidades e processos de resiliência comunitária específicos ao cenário nacional, tais como enchentes, seca, incêndios e a própria pobreza, por exemplo.

### **Método**

Trata-se de uma Revisão Integrativa da Literatura, a qual tem como objetivo reunir, avaliar criticamente e sintetizar, de maneira sistemática, os resultados de múltiplos estudos sobre um determinado tema, contribuindo para aprofundamento do conhecimento acerca da questão investigada (Mendes, Silveira, & Galvão, 2008). Para nortear e sistematizar a execução da revisão integrativa da literatura percorreu-se oito etapas a seguir: 1) identificação do tema e delimitação da questão norteadora; 2) escolha das bases de dados; 3) definição dos descritores para a busca; 4) busca e armazenamento dos resultados; 5) seleção dos artigos pelo resumo, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão; 6) obtenção dos dados dos artigos selecionados; 7) avaliação dos artigos; e 8) síntese e interpretação dos dados.

#### *Procedimentos:*

Para realizar a busca, elegeu-se o Portal de Periódicos Capes, que oferece acesso aos artigos nacionais e internacionais indexados em diversas bases de dados, incluindo OneFile (GALE) e PUBMED, além da base PsycINFO. Em português foi utilizado o descritor “resiliência comunitária” e em inglês o descritor “*community resilience*”. A busca nas bases estabeleceu o período entre 2009 e junho de 2015, com o intuito de mapear a produção mais recente (últimos sete anos), bem como por serem posteriores ao importante artigo publicado por Norris et al. (2008).



A pesquisa nas bases de dados ocorreu nos meses de maio e junho de 2015 e utilizou os seguintes critérios de inclusão: artigos indexados; publicados em periódicos revisados por pares; redigidos nos idiomas português, inglês, espanhol; artigos teóricos e empíricos; artigos que possuem o termo “resiliência comunitária” no título e/ou palavras chave; disponíveis em sua versão completa; publicados entre os anos de 2009 a junho de 2015; e realizada com seres humanos.

Posteriormente foram analisados os resumos (*abstracts*), considerando-se os seguintes critérios de exclusão: artigos duplicados; “literatura cinza” – capítulos de livro, notícias, documentos técnicos, comentários, editoriais, dissertações e teses; publicados fora do período entre 2009 e junho de 2015; estudos que não tivessem objetivos relacionados aos indicadores de resiliência comunitária.

Após a seleção realizada pelo exame dos resumos, os artigos completos foram recuperados e submetidos à avaliação de três juízes independentes – todas estudantes de pós-graduação e integrantes do grupo de pesquisa do qual as autoras desse artigo também fazem parte. As exclusões foram esclarecidas por elas e as divergências resolvidas em consenso. Por fim, os estudos selecionados foram lidos na íntegra e a extração de dados foi armazenada em planilhas de Excel.

#### *Análise dos dados:*

A fim de obter a síntese e interpretação dos resultados foram realizadas dois tipos de análises. Na primeira, de natureza quantitativa (através do cálculo de frequências), buscou-se traçar o perfil da produção científica, sobretudo no que se refere aos seguintes indicadores: ano de publicação, idioma, nacionalidade das instituições dos primeiros autores, periódicos, natureza do artigo (empírico ou teórico), abordagem (quantitativa, qualitativa ou multimétodos) e instrumentos de coleta de dados. Na segunda análise, de natureza qualitativa, os conteúdos foram organizados e sintetizados, de acordo com os seguintes temas: definições de resiliência comunitária, os contextos de adversidade relatados nos artigos e os fatores que favorecem resiliência comunitária.

### **Resultados e Discussão**

A busca inicial nas bases de dados foi realizada com filtros delimitando o período de publicação (2009-2015) e incluindo apenas publicações em periódicos revisados por pares. Identificou-se um total de 403 estudos. Diante da leitura dos resumos (*abstracts*), aplicaram-se os demais critérios de inclusão e exclusão, chegando-se aos seguintes dados: artigos duplicados (n=114); pesquisas com não humanos (n = 44); publicações que não são artigo (n=24); artigos que não possuem o termo “resiliência comunitária” ou “*community resilience*” no título e/ou palavras-chave (n=135); estudos que não tinham o objetivo relacionado aos indicadores de resiliência comunitária (n=27). Após essa seleção, chegou-se ao número de 59 estudos, dos quais foi possível recuperar o texto completo de 56, que foram lidos na íntegra pela pesquisadora e avaliados pelas

juízas. Diante da avaliação, 22 artigos foram excluídos, pois não traziam em seu conteúdo contribuições que ajudassem a responder às perguntas de partida da pesquisa, restando, portanto, 34 artigos que compuseram o corpo de análise desse estudo. A Figura 1 sintetiza o percurso metodológico realizado na revisão integrativa da literatura para seleção dos artigos.

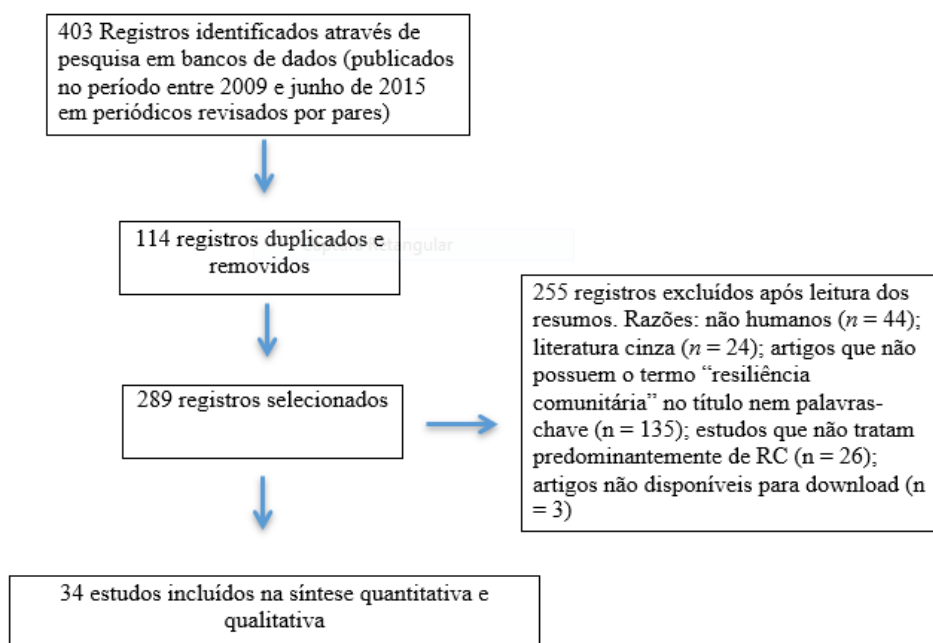


Figura 1. Diagrama do processo de seleção dos artigos de acordo com os critérios de inclusão e exclusão

### Perfil quantitativo das produções científicas

Entre os artigos analisados, a maioria dos estudos foi redigida no idioma inglês ( $n=33$ ), havendo apenas um estudo em espanhol ( $n=1$ ) e, portanto, nenhum em português. Quanto às instituições de origem dos autores dos artigos, a maioria é proveniente dos Estados Unidos ( $n = 17$ ), em seguida Reino Unido ( $n = 7$ ) e Austrália ( $n=3$ ). Não foi encontrado na busca nenhum artigo originado no Brasil e apenas um foi originado na América Latina, o que pode ser atribuído à falta de alcance dos artigos provenientes dessa região às revistas de alto impacto. Observa-se que o número de publicações sobre resiliência comunitária vem crescendo com o passar dos anos, atingindo um número mais elevado em 2013 ( $n=10$ ). Provavelmente, 2015 ( $n=5$ ) também apresentaria um número elevado de publicações, uma vez que a busca foi realizada considerando apenas os seis primeiros meses do ano.

No que diz respeito às questões metodológicas, predominaram os artigos empíricos ( $n=22$ ). Dentre esses estudos, a abordagem qualitativa foi a mais utilizada ( $n=13$ ). Percebe-se grande

diversidade nas estratégias de coletas de dados empíricos para acessar resiliência comunitária, sendo que muitos dos estudos fazem uso de mais de um instrumento. A entrevista foi o instrumento de coleta utilizado com maior frequência nos estudos selecionados (n=13). O acesso a dados públicos para fins de pesquisa, como dados demográficos, arquivos históricos, conteúdo publicado online e dados de pesquisas realizadas anteriormente também foi bastante utilizado (n=11).

Tabela 1

*Caracterização quantitativa dos estudos recuperados (n=34)*

<b>Categorias Quantitativas</b>	<b>Amostra</b>
<b>Idioma</b>	Inglês (n=33)
	Espanhol (n=1)
<b>País de origem do primeiro autor</b>	Estados Unidos (n = 17)
	Reino Unido (n = 7)
	Austrália (n = 3)
	Canadá, Chile, Espanha, Israel, Líbano, Noruega e Sri Lanka (n=1)
<b>Ano de publicação</b>	2009 (n=1)
	2010 (n=3)
	2011 (n=4)
	2012 (n=6)
	2013 (n=10)
	2014 (n=5)
	Junho de 2015 (n=5)
<b>Tipo de estudo</b>	Empírico (n = 22)
	Teórico (n = 12)
<b>Método</b>	Qualitativo (n = 13)
	Multimétodos (n = 5)
	Quantitativo (n = 4)
<b>Instrumento</b>	Entrevista (n=13)
	Dados públicos (n=11)
	Questionários/escalas/índices (n=6)
	Observações em campo (n=6)
	Estratégias grupais (n=4)

*Caracterização qualitativa das produções científicas*

*O conceito de resiliência comunitária*

Os artigos sobre resiliência comunitária selecionados nessa pesquisa são provenientes de diversas áreas de estudo, tais como Ecologia, Ciências Sociais, Gestão de Emergência, Saúde,

Psicologia e Psiquiatria. De um modo geral, buscam compreender que características permitem que algumas comunidades consigam sobreviver, adaptar-se e até mesmo desenvolver-se diante de um estresse ou trauma coletivo.

A análise dos artigos evidenciou que não existe um consenso com relação ao conceito de resiliência comunitária. Diversas são as definições encontradas, sendo que muitos artigos descrevem mais de uma definição ao fazer uma revisão introdutória, no caso dos estudos empíricos, ou uma revisão de literatura mais ampla, no caso dos estudos teóricos. O modelo teórico mais citado nos artigos foi o proposto por Norris et al. (2008), como resultado da vasta revisão de literatura publicada por esses autores, no qual a resiliência comunitária é vista como um processo que emerge de um conjunto de capacidades adaptativas interligadas. Nenhum dos artigos selecionados nessa revisão usou como referência o quadro conceitual proposto por Ojeda (2005, 2007).

Diante dos efeitos devastadores que algumas catástrofes geraram nos últimos anos, como o furacão Katrina em 2005 e os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, ambos nos Estados Unidos, a resiliência comunitária passou a ser do interesse de diversos países, integrando políticas nacionais de segurança e saúde pública em alguns deles, incluindo Estados Unidos (Plough et al., 2013) e Austrália (Boon et al., 2012). Nessa perspectiva, diversos estudos abordam a resiliência comunitária aplicada ao comportamento organizacional eficaz na gestão de desastres/ emergências (e.g. Harte, Childs, & Hastings, 2009; White, Edwards, Farrar, & Plodinec, 2014). Assim, tais estudos associam o conceito de resiliência comunitária às fases empregadas na gestão de emergências, que são resposta, recuperação e preparação. A resposta diz respeito à manutenção de serviços de emergência para lidar com os efeitos imediatos do evento catastrófico. Recuperação é o momento em que setor público e privado trabalham juntos na tentativa de alcançar o retorno à um modo de vida funcional diante das transformações causadas pela adversidade e oferecer segurança à área afetada. Já a preparação implica o desenvolvimento de ações que ajudam a minimizar os efeitos destrutivos desses eventos caso eles ocorram novamente, ou seja, ações que possibilitem futura resiliência comunitária (Rob, 2012).

O programa federal americano *Community and Regional Resilience Initiative* (CARRI) tem conduzido diversos projetos e estudos de caso examinando a natureza e características da resiliência comunitária a fim de identificar processos, ferramentas e recursos que poderiam assistir comunidades no fortalecimento de suas capacidades resilientes. A definição de resiliência comunitária proposta por eles é: “a capacidade de uma comunidade de antecipar os riscos, diminuir os impactos e recuperar-se rapidamente através da sobrevivência, adaptação e crescimento em face de uma mudança turbulenta” (White, Edwards, Farrar, & Plodinec, 2014 [tradução nossa]).

Alguns artigos destacam a importância da parceria entre agências do governo, instituições não governamentais e indivíduos da comunidade para facilitar a mitigação e recuperação de um evento

estressor (Chandra et al., 2013; Plough et al., 2013; Rob, 2012; Stewart, Kolluru, & Smith, 2009). Rob (2012) destaca a importância do papel das comunidades nesse processo e descreve resiliência comunitária como “comunidades e indivíduos aproveitando recursos e conhecimentos locais para ajudar a si mesmos em caso de emergência, de uma forma que complemente a resposta dos serviços de emergência” (Rob, 2012, p. 63 [tradução nossa]).

Em alguns estudos o conceito resiliência comunitária é associado ao de resiliência inerente, que consiste em práticas arquivadas na memória coletiva utilizadas pela comunidade para lidar com rupturas (Colten et al., 2012). Os estudos nessa perspectiva descrevem resiliência comunitária como a habilidade de um sistema humano de absorver o impacto e se reorganizar, mantendo a mesma função, estrutura e identidade enquanto passa por graves mudanças (González-Muzzio, 2013; G. A. Wilson, 2013b). Para tanto, a comunidade precisa contar tanto com condições inerentes ao sistema que lhe permitam enfrentar o evento, como com os processos adaptativos posteriores que facilitam a capacidade do sistema de se reorganizar, mudar e aprender em resposta ao evento. A resiliência inerente de um lugar não garante a recuperação após um desastre, pois isso irá depender da severidade do evento e das respostas iniciais da comunidade (González-Muzzio, 2013). Portanto, a comunidade é competente para enfrentar as adversidades, mas precisa do apoio e encorajamento adequados para conseguir acessar as forças coletivas que permitirão transcender a perda (Agani, Landau, & Agani, 2010).

A resiliência comunitária tem sido compreendida também em termos de recursos ou capitais (social, físico, econômico e humano) que a comunidade possui e que podem ser acessados em um momento de crise. De acordo com Ungar (2011), resiliência comunitária consiste na relação de interdependência entre o capital social, a infraestrutura física e os padrões culturalmente incorporados que dão à comunidade o potencial para recuperar-se de uma mudança dramática, sustentar sua capacidade de adaptação e apoiar um novo crescimento que integra as lições aprendidas com a crise.

Resiliência comunitária depende da ação coletiva, uma vez que envolve inter-relações e esforços conjuntos que fortaleçam a resposta e recuperação da comunidade como um todo (Pfefferbaum & Pfefferbaum, 2013). Dessa forma, não depende apenas do somatório de ações resilientes individuais, mas do apoio de sistemas e estruturas que fortalecem a resiliência, tais como infraestrutura de saúde pública, educação, segurança e lazer (Pfefferbaum & Pfefferbaum, 2013; Ungar, 2011). Assim, recuperação, sustentabilidade e crescimento são possíveis, mas é preciso que existam forças comunitárias nutridas antes do evento estressor, recursos significativos disponíveis para a comunidade oferecidos pelo governo e capacidade comunitária para usá-los em benefício comum (Ungar, 2011).

De acordo com a análise das publicações, a resiliência comunitária é vista, portanto, como atributo (capacidade, habilidade) e enquanto processo. As definições que usam o termo capacidade, em geral, são as que focam o comportamento eficaz em situações de emergência, referindo-se à capacidade da comunidade de resposta, recuperação e preparação. O termo capacidade é usado, ainda, para referir-se à possibilidade de uma comunidade oferecer os recursos necessários ao enfrentamento da adversidade somada à capacidade dos indivíduos de acessá-los. Já o termo habilidade é mais voltado para a ação coletiva que permite absorver a perturbação, se reorganizar e manter essencialmente a mesma função, enquanto passa por uma mudança. Por fim, a definição de resiliência comunitária enquanto processo está relacionado à adaptação positiva da comunidade frente a uma situação de desastre ou crise. Nesse caso, o desfecho ou resultado seria a adaptação (indicada pelo bem-estar comunitário), enquanto a resiliência seria o processo que levou a comunidade a esse desfecho, incluindo a relação de interdependência entre os recursos sociais, culturais e econômicos, que fornece o potencial para a comunidade lidar da forma mais positiva possível com a adversidade.

#### *Contextos Adversos*

Diversos contextos adversos vivenciados por comunidades são descritos nos artigos selecionados. Dos 12 artigos teóricos, seis abordam os desastres de uma forma geral, tanto os de causa natural (furacões, terremotos, enchentes) como os causados pelo homem (ataques terroristas, conflitos armados) enquanto estressores comunitários (e.g. Ungar, 2011). Os desastres são eventos extremos, geralmente repentinos e inesperados, experienciados individual e coletivamente. Eles causam ferimento, morte, destruição de recursos físicos e econômicos, provocam caos, interrompem rotinas e ameaçam gravemente o funcionamento das comunidades (Pfefferbaum & Pfefferbaum, 2013).

Os estudos empíricos também abordam com mais frequência os contextos de desastres, porém a maioria (12 dos 22) trata de algum contexto ou evento específico. Os tipos de eventos abordados são furacão, terremoto, grandes incêndios, enchentes, vazamento de óleo e situações de guerra. Exemplos de eventos específicos descritos pelos artigos são o terremoto do Chile em 2010 (González-Muzzio, 2013), o furacão Sandy em 2012 nos Estados Unidos (Binder, Baker, & Barile, 2015) e a guerra do Líbano em 2006 (Nuwayhid, Zurayk, Yamout, & Cortas, 2011).

Alguns desses estudos com o foco nos desastres problematizam o aumento da população vulnerável a eles, enfatizando as perdas que eles trazem no que diz respeito a vidas e a recursos econômicos. Ademais, sublinham a necessidade de se pensar em formas de reduzir essa vulnerabilidade antes da ocorrência do desastre (González-Muzzio, 2013; Harte et al., 2009).

Cinco estudos dão ênfase aos desastres naturais no contexto da mudança climática. Esses estudos discutem as tendências atuais globais, tais como aumento da temperatura atmosférica, elevação do nível do mar, que tem como consequência uma maior probabilidade de ocorrência dos desastres naturais. Estão interessados, portanto, na complexa relação entre os impactos da mudança climática e as respostas sociais que as comunidades apresentam, mais especificamente a capacidade de adaptar-se com sucesso a essas mudanças (e.g. Gómez-Baggethun, Reyes-García, Olsson, & Montes, 2012; Gunderson, 2010; Smith et al., 2012).

Dois artigos discutem a ameaça de perda da resiliência das comunidades devido à rápida globalização mundial que tem como consequência vulnerabilidade econômica, social e ambiental. A inserção da maioria das comunidades no sistema capitalista global dificulta os processos de resiliência para algumas delas, pois nem sempre é possível encontrar um balanço entre a comunidade e suas interações a nível global. É arriscado para uma comunidade tanto um isolamento que pode levá-la a uma completa dependência de seus recursos locais, quanto uma exagerada globalização que pode resultar em perda de autonomia e identidade (Wilson, 2012; Wilson, 2013a).

Na perspectiva das rápidas mudanças que vem ocorrendo globalmente, dois artigos abordam resiliência comunitária no contexto de comunidades indígenas, uma situada no Alaska, Estados Unidos e a outra no Nordeste da Noruega. Ambos investigam os fatores que dão suporte ao desenvolvimento de jovens e facilitam o enfrentamento das dificuldades encontradas por eles naquele contexto. Os desafios dos jovens indígenas encontra-se no fato de crescerem em um contexto muito diferente de seus pais e avós, devido às rápidas mudanças sociais, econômicas, culturais, políticas e ecológicas, que resultam em graves problemas sociais (Nystad, Spein, & Ingstad, 2014; Wexler, Joule, Garoutte, Mazziotti, & Hopper, 2013) .

Os contextos de pobreza e privação de recursos são discutidos em dois artigos, ambos publicados em revistas da área da saúde. Eles discutem a relação entre bairros desfavorecidos (*deprived neighbourhood*), saúde e resiliência comunitária (Allmark, Bhanbhro, & Chrisp, 2014; Poortinga, 2012). De acordo com esses estudos, a ideia de que resiliência comunitária pode contribuir para saúde pública com relação a ameaças de longo prazo, como a pobreza, faz parte do desenvolvimento de estudos mais recentes sobre o tema. Poortinga (2012) afirma que um bairro com grande privação de recursos representa um dos mais importantes fatores de risco para saúde pública e bem-estar, pois limita o acesso à educação, às oportunidades de emprego, aumenta a experiência de estresse e pode afetar a autoestima e o suporte social. Como consequência, os bairros desfavorecidos podem apresentar menores índices de saúde pública do que os bairros mais ricos. No entanto, as comunidades não são igualmente afetadas pela privação, algumas delas conseguem apresentar resiliência diante de grande adversidade econômica. Esses estudos abordando adversidades crônicas,

assim como muitos outros, apontam o capital social como a chave para o enfrentamento dessas dificuldades.

Desse modo, percebe-se que predominam os estudos discutindo as adversidades relacionadas a desastres e emergências. Menor ênfase é dada às outras questões, como os desafios lançados pela globalização, as dificuldades encontradas por jovens em comunidades indígenas, e a vulnerabilidade causada pela pobreza e privação de recursos. Apesar de poucos artigos focarem tais aspectos, podem apontar para o início dos estudos de resiliência comunitária em outros campos de aplicação do conceito que ainda não foram muito explorados.

### *Fatores que favorecem resiliência comunitária*

Aspectos sociais encontrados na comunidade apareceram com maior frequência nos resultados dos estudos como aqueles fatores que indicam resiliência comunitária ou contribuem para seu desenvolvimento. O capital social tem sido amplamente discutido e há um consenso sobre o importante papel que exerce nos processos de resiliência comunitária. Instituições governamentais dos Estados Unidos e Reino Unido têm realizado alto investimento financeiro em pesquisas e políticas públicas focando a infraestrutura física no processo de gestão de emergências (Aldrich & Meyer, 2015). No entanto, os autores que discutem o capital social concordam que os esforços empreendidos na preparação para desastres devem ser mais focados na infraestrutura social, pois é esta que impulsiona resiliência comunitária (Aldrich & Meyer, 2015; Poortinga, 2012; Rob, 2012).

O Capital Social é formado pelas redes de suporte social que o indivíduo pode acessar, sejam redes informais (amigos, vizinhos e familiares) ou estruturas formais de apoio social, como equipamentos sociais e ONGs (Aldrich & Meyer, 2015; Poortinga, 2012; Ungar, 2011). Este construto é refletido através de confiança social, reciprocidade e participação civil e vem sendo relacionado a altos níveis de saúde subjetiva, melhor saúde mental e redução dos efeitos adversos de viver em bairros desfavorecidos (Poortinga, 2012).

O Capital Social tem sido dividido na literatura em três tipos principais: *bonding*, *bridging* e *linking*. Cada um varia de acordo com a força dos relacionamentos, a composição da rede e os diferentes desfechos para indivíduos e comunidades. *Bonding* diz respeito às conexões existentes entre indivíduos próximos emocionalmente, como amigos, vizinhos e familiares. A forte ligação fornece aos indivíduos coesão social, suporte e assistência pessoal quando eles necessitam, especialmente em situações de crise, como a de um desastre. *Bridging* descreve as relações sociais mais distantes, entre conhecidos ou indivíduos frouxamente conectados, mas que pertencem a mesma raça, classe social ou organizações, incluindo grupos religiosos, associação de pais e professores e instituições civis e políticas. Tal ligação pode contribuir para o avanço de determinado grupo na sociedade, através da solidariedade, respeito e compreensão entre indivíduos heterogêneos. O



terceiro tipo de capital social, *linking*, conecta os cidadãos aos seus governantes. Este tipo de rede incorpora normas de respeito e relações de confiança com autoridades, sejam elas formais ou institucionalizadas em sociedade, que permitem a mobilização de recursos políticos (Aldrich & Meyer, 2015; Poortinga, 2012).

Um estudo realizado na Austrália com o objetivo de examinar a influência do contexto pré-desastre no contexto pós-desastre em casos de enchentes indica que níveis mais altos de capital social são relacionados a níveis mais baixos de problemas comunitários pós desastre (Wickes, Zahnow, Taylor, & Piquero, 2015). O estudo afirma, ainda, que embora o capital social possa reduzir os problemas locais da comunidade em condições normais, pode ter um efeito limitado na redução de problemas da comunidade em um ambiente pós-desastre. Por outro lado, as condições estruturais de um bairro antes da enchente, quando precárias, têm efeitos duradouros e negativos sobre os problemas da comunidade (Wickes et al., 2015).

Alguns aspectos do capital social são discutidos nos artigos, mesmo que eles não se refiram a este termo. O apoio encontrado nas relações familiares, que correspondem a uma parte do capital social *bonding*, é considerado de grande importância para a resiliência comunitária por alguns autores (Agani et al., 2010; Colten et al., 2012; Landau, 2010; Nystad et al., 2014; Somasundaram & Sivayokan, 2013). Segundo Agani et al. (2010), conectividade com a família e cultura de origem está relacionada com redução de comportamento de risco, violência social e estresse pós-traumático. Promover o fortalecimento dos laços familiares e melhorar o acesso dos indivíduos à família estendida, portanto, pode ser protetivo em situações de estresse. No estudo que buscou explorar fatores de resiliência comunitária em adolescentes indígenas do norte da Noruega, a maioria dos jovens reportou receber suporte de membros da família estendida. Além disso, a interconectividade com os demais membros da comunidade e deles para com o meio ambiente foram apontadas como promotoras de resiliência e bem-estar (Nystad et al., 2014).

Outro aspecto do capital social que algumas vezes é descrito sem referir-se a tal conceito é a organização comunitária. Diversos estudos sublinham o papel vital que a organização comunitária local desempenha em processos de resiliência. Essa organização coletiva e endógena consiste em liderança política, coesão social, participação comunitária e solução ativa de problemas. Diz respeito, portanto, ao engajamento construtivo da comunidade, à medida que os membros se sentem responsáveis pelo desenvolvimento de estratégias de enfrentamento (Fois & Forino, 2014; Harte et al., 2009; Poortinga, 2012; Wyche et al., 2011). Reconhecer o potencial de enfrentamento e transformação das comunidades não significa desconsiderar a importância do papel de agentes externos e governamentais. Os atores de nível comunitário não devem ser deixados sozinhos para guiar seus caminhos de resiliência sem interferência do estado. Resiliência não emerge de um vácuo, mas através de processos complexos de política e outras trocas entre comunidades e sociedade mais

ampla (Wilson, 2013a). Uma vez que o capital social pode ser gerado ou degradado (desgastado), os esforços nesse sentido devem se voltar para reforçar a coesão social e aprofundar a confiança nas comunidades, construindo pontes entre grupos dentro da comunidade e destes com aqueles que têm autoridade (Aldrich & Meyer, 2015).

Os laços culturais envolvendo determinado grupo tem se mostrado de grande importância para a resiliência comunitária, embora não tenham sido abordados com a mesma frequência que o capital social nos artigos selecionados. O estudo sobre a guerra do Líbano de 2006 concluiu que o sentido de uma identidade coletiva e a experiência prévia com guerras tem contribuído para a construção de resiliência comunitária ao longo do tempo (Nuwayhid et al., 2011). Outros aspectos como costumes locais, resiliência inerente, orgulho étnico, práticas e rituais tradicionais, crenças e normas culturais parecem contribuir para os processos de resiliência comunitária (Gómez-Baggethun et al., 2012; Nuwayhid et al., 2011; Nystad et al., 2014; Wilson, 2013b).

Apesar de não receber grande atenção nos estudos selecionados nessa revisão, a infraestrutura física de uma comunidade, no que diz respeito ao acesso a transporte público, espaços de lazer, saúde, educação e suporte social de qualidade também são considerados fatores promotores de resiliência. De acordo com Ungar (2011), quando as pessoas que mais necessitam desse tipo de suporte têm acesso a ele, alguns riscos são minimizados. Assim, um transporte público de qualidade pode facilitar que jovens da periferia tenham acesso a oportunidades de emprego e aos serviços de saúde; espaços de lazer podem facilitar a aproximação entre membros da comunidade e fortalecimento do capital social; e o acesso à educação amplia as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos e, conseqüentemente, da comunidade.

A Tabela 2 a seguir sumariza os resultados dos estudos e oferece exemplos de artigos que abordam cada fator que favorece resiliência comunitária.

Tabela 2

*Fatores que favorecem resiliência comunitária*

<b>Fatores</b>	<b>Definição</b>	<b>Exemplos de Referências</b>
<b>Capital Social</b>	Laços entre familiares, vizinhos e amigos; grupos sociais; organização comunitária; relação entre moradores e governantes	(Allmark et al., 2014; Poortinga, 2012)
<b>Laços Culturais</b>	Costumes, crenças, valores compartilhados; conhecimento acumulado de experiências anteriores	(Colten et al., 2012; Nystad et al., 2014)

## **Considerações Finais**

Este capítulo teve como objetivo realizar uma revisão integrativa da literatura (nacional e internacional) sobre o tema da resiliência comunitária, no período de 2009 a junho de 2015, com vistas a identificar o estado da arte acerca do tema, especificamente no que diz respeito ao conceito, principais contextos de adversidade e fatores que favorecem resiliência comunitária.

De acordo com o observado na análise quantitativa, as publicações sobre Resiliência Comunitária cresceram significativamente somente no ano de 2013, o que evidencia quão recente é a discussão sobre esse tema. Apesar de novo, o tema apresenta grande potencial de contribuição para se pensar a superação de adversidades no nível comunitário. Embora seja possível o acesso ao modelo latino-americano de Resiliência Comunitária através de livros, apenas um artigo originado desse continente foi encontrado nesta busca e nenhum originado do Brasil, o que confirma a grande necessidade de publicações de origem latina acerca desse tema que tenham possibilidade de alcançar maior visibilidade por meio de publicação em revistas de alto impacto

As principais adversidades estudadas são os desastres de causa natural ou humana. Em menor número, encontram-se estudos focando os desafios lançados pelas mudanças ambientais e globalização, dificuldades de crescer em uma comunidade indígena e os riscos gerados pela pobreza e privação de recursos.

A caracterização qualitativa dos artigos indica que os fatores que favorecem a manifestação de resiliência em comunidades são: capital social (redes de suporte social em geral e relações de confiança entre os membros da comunidade, as organizações ali existentes e seus governantes), a relação dos membros com o lugar de origem (laços culturais) e, uma infraestrutura que apoie o desenvolvimento dos membros da comunidade (sistemas de saúde, educação, segurança e lazer).

É possível perceber semelhanças entres os fatores encontrados nos artigos analisados nessa revisão, em sua maioria considerando o modelo de Norris et al. (2008) de resiliência comunitária, e os pilares da resiliência comunitária propostos por Ojeda. O capital social abarca os pilares solidariedade (ações coletivas que buscam o bem comum da comunidade) e honestidade estatal (relação de confiança entre moradores e governantes). Já a identidade cultural, humor social e autoestima coletiva dizem respeito à relação dos membros com o lugar de origem, compondo os laços sociais. A tentativa de integração dos resultados dessa revisão com a contribuição latino-americana para o conceito de resiliência é sumarizada na Figura 2.



Figura 2. Fatores que favorecem resiliência comunitária

Uma vez que existe um grande volume de publicações internacionais abordando a Resiliência Comunitária, principalmente de origem norte-americana, percebe-se a relevância de buscar maior acesso a esse conteúdo, bem como a relevância de novos estudos no cenário nacional que investigue empiricamente a aplicabilidade do conceito à nossa realidade e gere novas contribuições teóricas ao campo.

### **III – Método**

#### **3.1. Delineamento**

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa por acreditar-se que esse é o melhor caminho para aproximar-se do objeto de estudo em questão, uma vez que permite uma abordagem complexa, histórica e ecológica do mesmo (Günther, 2006). O delineamento escolhido foi o Estudo de Caso Único, caracterizado pela preocupação com o aspecto unitário do objeto, permitindo uma análise pormenorizada e favorecendo uma profundidade em sua compreensão (Peres & Santos, 2005). O estudo de caso é considerado o delineamento adequado em pesquisas que visam à compreensão de “como” alguns fenômenos contemporâneos ocorrem em determinados contextos com pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados. Geralmente, é utilizada uma combinação de diversas técnicas de coleta de dados em momentos diferentes, como por exemplo, entrevistas, observação, análise documental, fotografias, vídeos, e desenhos (Yin, 2010).

No presente estudo, conforme já mencionado nos objetivos, buscou-se realizar um estudo de caso do bairro Planalto Ayrton Senna (PAS), a fim de compreender processos de resiliência comunitária naquela realidade e os fatores a eles associados. A comunidade do PAS, portanto, foi eleita por conveniência como “o caso único” aqui estudado, uma vez que se acredita que ela vem vivenciando processos de resiliência comunitária ao longo dos anos, sendo um caso emblemático para ilustrar tais processos.

#### **3.2. Local do estudo**

A pesquisa foi realizada no bairro PAS situado na Secretaria Executiva Regional – SER V do município de Fortaleza (a administração executiva da prefeitura de Fortaleza é dividida em sete SERs), na divisa com o município de Maracanaú. O bairro possui aproximadamente 40.000 habitantes e apresenta um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano – IDH da cidade de Fortaleza. PAS é composto por cinco comunidades: Pantanal, Ipaumirim, Arvoredo, Renascer e Cidade Nova (Prefeitura Municipal de Fortaleza).

O bairro PAS resulta da ocupação de uma grande área verde, que se deu a partir de 1990 e formou a comunidade denominada pelos moradores de Pantanal. Desde seu surgimento, o Pantanal e as comunidades que foram se formando em seu entorno sofreram com a falta de recursos econômicos e sociais, o alto índice de violência juvenil, tráfico de drogas, baixa escolaridade populacional e estigma pela pobreza e violência urbana. O PAS é também conhecido pela forte mobilização social em prol de melhores condições de infraestrutura (transporte público, escolas, saneamento básico) e

contra o preconceito sofrido pelo lugar (Braga, 2003). Maiores detalhes acerca do PAS serão descritos na seção dos Resultados.

### 3.3. Participantes

Os participantes da pesquisa foram selecionados por conveniência e a partir da técnica da bola de neve. O ponto de partida para a seleção dos participantes foi a ONG, na qual foi realizado o projeto de extensão, mencionado na introdução dessa Dissertação.

Uma funcionária da ONG se voluntariou a participar da pesquisa e indicou outros possíveis participantes, que foram contatados via telefone para agendamento da entrevista individual. Cada participante foi indicando outro, de modo que foi possível chegar ao número de 10 entrevistas. As entrevistas foram interrompidas quando se avaliou que o critério de saturação foi atingido, ou seja, quando as respostas dos participantes começaram a se repetir.

O critério de inclusão para seleção dos participantes foi morar ou trabalhar no bairro. No total, foram entrevistados cinco participantes do sexo feminino e cinco do sexo masculino, sendo que a faixa etária dos participantes variou entre 21 e 56 anos.

Foi possível chegar às figuras de referência tanto do presente como do passado do PAS, incluindo lideranças comunitárias, funcionários de ONGs locais, profissionais atuando em instituições do bairro, representantes de movimentos sociais, bem como moradores comuns (dois) que não estão envolvidos em nenhum serviço ou movimento social. Os nomes utilizados são fictícios para preservação da identidade dos participantes. Estes serão brevemente descritos a seguir, de acordo com a ordem em que foram sendo indicados e entrevistados.<sup>2</sup>

- *Meire*: 49 anos, coordenadora de uma ONG, mora no PAS há 24 anos e trabalha na ONG há cerca de 20 anos.
- *Joaquim*: 48 anos, fundador de uma ONG que abriga um projeto audiovisual acerca da comunidade. Mora no PAS há 26 anos, desde o início da ocupação do Pantanal.
- *Ana*: 56 anos, tesoureira de uma ONG local e atua como liderança comunitária. Mora no bairro há 33 anos e realiza trabalhos comunitários desde 1992.
- *Ruan*: 35 anos, educador social, liderança comunitária e artista. Mora no bairro desde 1990 e trabalha com arte há cerca de 20 anos.
- *Alberto*: 26 anos, artista e membro de um movimento social, que tem a finalidade de promover cultura, educação, informação e paz na comunidade, onde mora há 16 anos.

---

<sup>2</sup> A descrição dos participantes contém apenas informações essenciais para o que o leitor possa entender quem é a pessoa e o seu lugar na comunidade. As informações mais detalhadas foram omitidas para efeito de sigilo da identidade dos participantes.

- *Jorge*: 35 anos, liderança comunitária, atua na área da juventude. Mora há 26 anos no bairro, desde o início da ocupação do Pantanal.
- *Luíza*: 32 anos, funcionária do CRAS que referencia o território do PAS, onde trabalha há 2 anos.
- *Eduardo*: 21 anos, comerciante. Mora no bairro há 20 anos e trabalha há sete anos na localidade.
- *Joana*: 28 anos, comerciante. Não mora no bairro, mas abriu sua loja lá há 1 ano e 3 meses.
- *Célia*: 72 anos, liderança comunitária. Mora e busca melhorias para o local desde o início da ocupação, em 1990.

### 3.4. Instrumentos

- Entrevistas semiestruturadas. O roteiro (Anexo A) foi elaborado especialmente para esse estudo pela pesquisadora e sua orientadora. O roteiro é composto por nove questões, sendo a primeira delas: “*Se você fosse apresentar o Planalto Ayrton Senna para alguém que não conhece, o que você diria?*”. As demais perguntas trataram sobre a história do lugar, as principais adversidades vivenciadas e as instituições e pessoas que servem de apoio para a comunidade.
- Diário de campo: instrumento que permite a descrição detalhada de pessoas, lugares, situações e reflexões. O diário de campo mostra-se adequado no caso de pesquisas que usam a inserção ecológica enquanto delineamento, pois auxilia no registro das experiências e observações naturalísticas. Para tanto, faz-se importante caracterizar os participantes, descrever o espaço físico, reconstruir os diálogos estabelecidos, relatar acontecimentos relevantes e descrever detalhadamente as atividades (Afonso, Silva, Pontes, & Koller, 2015; Morais et al., 2016).

### 3.5. Procedimentos de Coleta de Dados

Este estudo utiliza a Inserção Ecológica como estratégia de coleta de dados. Trata-se de uma proposta metodológica que Ceconello e Koller (2003) desenvolveram com base no Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner.

A inserção ecológica consiste na coleta de dados de pesquisa por meio de observação naturalística no contexto de desenvolvimento dos participantes, usando lentes bioecológicas, ou seja, buscando compreender o desenvolvimento humano pela integração dos seus quatro núcleos: processo, pessoa, contexto e tempo (Ceconello & Koller, 2003). Um método baseado no modelo bioecológico de Bronfenbrenner é coerente com a presente pesquisa, pois está de acordo com as ideias mais atuais de resiliência ao enxergar o desenvolvimento como a relação entre as

características biopsicológicas da pessoa com o contexto no qual ela está inserida. No caso desta pesquisa, mais ênfase foi dada às características do contexto e do processo, uma vez que seu foco está no desenvolvimento comunitário e não no individual.

A proposta de inserção ecológica defende a ideia de que o pesquisador também vivencia processos proximais de desenvolvimento durante a pesquisa. Para tanto, é necessário um contato contínuo entre pesquisador e participantes de pesquisa ao longo de um determinado período de tempo (Ceconello & Koller, 2003). A aproximação do pesquisador com a realidade em que está realizando a pesquisa e sua vinculação com os participantes garante uma maior qualidade nos dados coletados, uma vez que permite uma compreensão mais ampla acerca das respostas dadas. Além disso, possibilita maior riqueza na análise e discussão de dados (Morais, Koller, & Raffaelli, 2016).

No caso desta pesquisa, a inserção ecológica no bairro PAS começou em agosto de 2014. O início da inserção se deu através do contato com uma ONG, que desempenha um importante papel no desenvolvimento do bairro, antes e durante a execução do projeto de extensão já descrito na introdução. Na ocasião, uma aluna da graduação em Psicologia da Unifor, que era membro do Lesplexos e funcionária da ONG, nos informou sobre a possibilidade de realizar o projeto lá, afirmando que a instituição contava com espaço para isso e havia demanda. Assim, entramos em contato com a coordenação da ONG e negociamos a inserção ecológica que seria seguida do projeto de intervenção.

Após o encerramento do grupo, as visitas ao PAS continuaram. A inserção ecológica esteve presente em todas as fases de coleta de dados. Dessa forma, foram realizadas caminhadas comunitárias, visitas à escola, creche, posto de saúde e locais de maior vulnerabilidade social, a fim de conhecer a atual situação da comunidade. Cada oportunidade de conversas informais com moradores foi aproveitada no intuito de coletar maiores informações sobre o modo de vida local. As visitas foram intensificadas nos meses de julho e agosto de 2016, quando foram realizadas as entrevistas individuais. Nesse período, houve no mínimo uma visita por semana e no máximo três, com duração de 2 a 4 horas cada. Em todas as visitas a pesquisadora foi até a comunidade sozinha, mas algumas vezes foi acompanhada por moradores durante as caminhadas.

Cada visita foi registrada em diário de campo. Assim, aqueles dados que poderiam ser esquecidos posteriormente, como falas em conversas informais e acontecimentos relevantes foram registradas durante as visitas. Quando esses momentos se encerravam, o diário era retomado para registros mais detalhados, incluindo descrição do lugar, das pessoas e as reflexões geradas.

Com relação à situação atual da comunidade, além das visitas, entrevistas e conversas informais com moradores, fez-se necessário a análise de documentos oficiais que forneceram dados técnicos e demográficos, como IDH, atual situação de educação, saúde, segurança, cultura, lazer e equipamentos sociais. Desse modo, serão analisados: 1) documento de desenho de programa



realizado no PAS, realizado por uma ONG do bairro; 2) Documento de Diagnóstico Territorial elaborado pelo CRAS responsável pelo bairro; e 3) Dados populacionais fornecidos pela Prefeitura Municipal de Fortaleza e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

### **3.6. Procedimentos de Análise de Dados**

Os dados registrados em diário de campo e encontrados nos documentos oficiais foram sistematizados e descritos no intuito de alcançar o objetivo de descrição da comunidade no que diz respeito à sua situação atual (Objetivo 1). As entrevistas foram analisadas através de Análise de Conteúdo (Bardin, 1979) para descrever as adversidades encontrados no PAS a nível comunitário (Objetivo 2), bem como para identificação dos fatores que favorecem processos de resiliência comunitária (Objetivo 3). A análise de conteúdo implicou as diferentes etapas: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; e, 3) o tratamento dos resultados e interpretação. A primeira consistiu na organização das temáticas através de leitura flutuante, hipóteses, formulação de hipóteses, objetivos e elaboração de indicadores. Na segunda, os dados foram codificados a partir de unidades de registro em acordo com o significado presente no relato dos participantes. Na terceira foi realizada a categorização das temáticas a partir de classificações dos dados em acordo com suas semelhanças e por diferenciação. Portanto, trabalharam-se as temáticas apresentadas no material do texto, estabelecendo categorias para sua interpretação.

Acrescenta-se que, ao longo do processo de análise, houve a preocupação em integrar os dados dos documentos oficiais, diários de campo e entrevistas, por meio da triangulação dos dados desses diferentes instrumentos de pesquisa. O objetivo era fornecer uma compreensão mais ampla dos resultados. Por fim, os conteúdos das entrevistas foram discutidos à luz da literatura da área (resiliência comunitária, comunidade, modelo ecológico-contextual, etc.).

### **3.7. Procedimentos Éticos**

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade de Fortaleza (Parecer 1.444.545 – Anexo B) e atende às recomendações bioéticas para pesquisas com seres humanos seguindo todas as orientações e critérios elaborados pelas Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS)

Os participantes foram informados sobre os princípios bioéticos, também sobre os objetivos e procedimentos do estudo quando convidados para participar voluntariamente da pesquisa e a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Anexo C).

O risco de participação na pesquisa foi considerado mínimo. Embora as entrevistas pudessem mobilizar memórias de acontecimentos que poderiam trazer à tona algum tipo de emoção por parte

dos participantes, tal risco foi amenizado já que a pesquisadora é psicóloga, com formação clínica e estava devidamente preparada para manejar potenciais situações que ocorressem nesse sentido.

O início da realização da pesquisa ocorreu a partir da assinatura dos TCLE pelos participantes. Antes do início da pesquisa, os participantes foram esclarecidos quanto ao sigilo de suas identidades; que poderiam desistir de participar em qualquer momento da pesquisa; e que, visando ao sigilo da identidade dos participantes, seus nomes foram modificados (tanto na transcrição das entrevistas bem como na transcrição das falas na Dissertação). Além disso, planeja-se a devolução dos principais resultados do estudo após o resultado final da pesquisa para os participantes, bem como para instituições do bairro, a fim de contribuir para a reflexão e o fomento dos fatores que favorecem os processos de resiliência comunitária.

Os benefícios imediatos esperados com esta pesquisa para os participantes dizem respeito à oportunidade de refletir sobre a história de sua comunidade, bem como sua situação atual. Essa reflexão pode facilitar um processo de conscientização dos participantes acerca das dificuldades que a comunidade enfrenta e, principalmente, acerca dos potenciais transformadores que ela possui, o que é considerado o primeiro passo para processos de desenvolvimento comunitário.

## IV – Resultados e Discussão

### 4.1. Sobre o Planalto Ayrton Senna

#### 4.1.1. Apresentação

O Planalto Ayrton Senna (PAS) é um bairro da cidade de Fortaleza, CE, localizado próximo aos bairros José Walter e Mondubim, na divisa com o município de Maracanaú. Está situado no território da SER V (ver Figura 3). Segundo o censo IBGE de 2010, a população do PAS é de 39.446 habitantes. No entanto, seus moradores acreditam que esse número tenha crescido bastante nos últimos anos, aproximando-se dos 50.000.

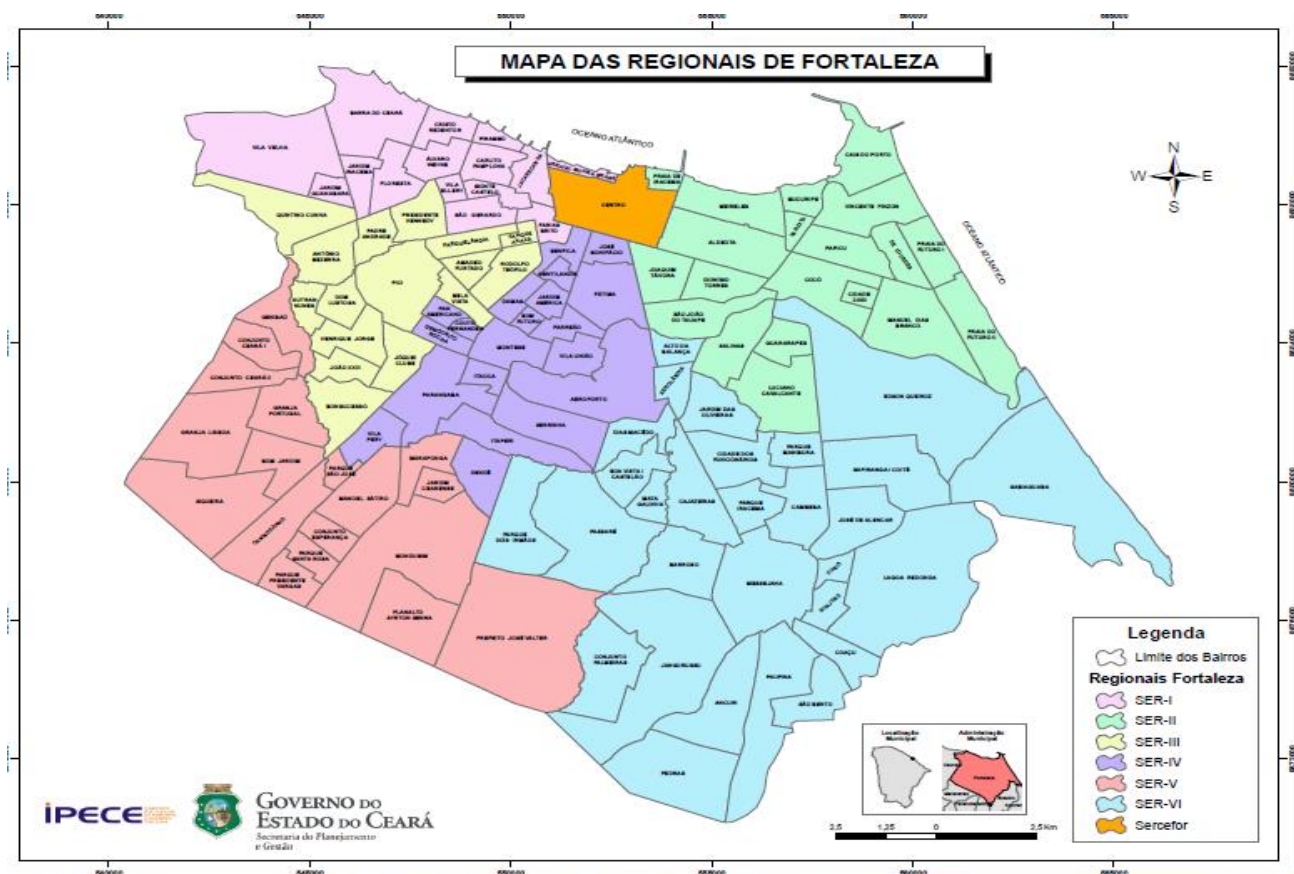


Figura 3. Mapa das Regionais de Fortaleza

De acordo com um estudo realizado pela Prefeitura de Fortaleza (2014) para avaliar o IDH de cada um de seus bairros, o PAS apresenta um dos piores desempenhos, 0,168. O IDH é um índice composto pelas dimensões renda, educação e longevidade e sua medida varia entre 0 e 1. Sendo assim, os bairros com melhor desempenho apresentam um IDH próximo de 1, como o Meireles, localizado na região da beira-mar da capital, por exemplo, que tem um IDH de 0,953. Já os bairros com piores desempenho apresentam um IDH mais próximo de 0, como é o caso do PAS, por

exemplo. Percebe-se, assim, a discrepância entre os níveis de renda, acesso à educação e longevidade dos bairros nobres e dos bairros periféricos da cidade de Fortaleza. A realidade do PAS é compartilhada pelos outros bairros situados na Regional V, de modo que os 10 piores desempenhos no IDH são dessa Regional.

A Inserção Ecológica no PAS, por meio das visitas realizadas ao bairro, conversas informais e entrevistas com moradores corroboram os dados de IDH, uma vez que mostram uma comunidade que vivencia alto índice de violência juvenil, tráfico de drogas, baixa escolaridade populacional e nível elevado de desemprego, além do estigma pela pobreza e violência urbana. No entanto, conforme será discutido na sequência dessa Dissertação, o PAS também se caracteriza por apresentar forte mobilização comunitária na busca por infraestrutura digna para o local e contra o preconceito.

O PAS é composto por cinco comunidades: Pantanal, Ipaumirim, Arvoredo, Cidade Nova e Renascer. A comunidade Pantanal resulta de uma grande ocupação de terra ocorrida em 1990. Posteriormente, a prefeitura reuniu o Pantanal e as quatro comunidades que a circundavam em único bairro e o nomeou de PAS.

Ao serem solicitados a apresentar seu bairro, os participantes afirmaram que o PAS é um bairro como outro qualquer. Um bairro que passa pelas mesmas dificuldades que os demais bairros da periferia de Fortaleza passam, sobretudo no que diz respeito às questões estruturais, mas que também tem muita potencialidade, muita gente buscando o bem da comunidade.

Eu diria que é um bairro como qualquer outro bairro, também tem as suas particularidades. Um bairro de comunidade pobre, por ser também dentro da região periférica de Fortaleza. Um bairro de famílias, de cidadãos e cidadãs, de jovens que procuram também realizar seus sonhos. É o canto que eu nasci e vivo e não quero largar ele tão cedo (Ruan, 35 anos).

Dentre as características positivas do bairro, relatam que seu povo é forte, que luta, acredita na mudança positiva do lugar e se esforça para que isso aconteça. “Mas hoje eu vejo um povo forte, guerreiro mesmo, porque conseguiram melhorar a qualidade de vida e dar visibilidade à comunidade (Meire, 49 anos)”.

Embora os entrevistados tenham uma visão positiva do PAS, eles afirmam que sofrem com o preconceito e o estigma que seu nome carrega. Ao dizerem que são do PAS, antigo Pantanal, as pessoas reagem dizendo ou demonstrando que lá é lugar de bandido e de violência. Essa visão tem sido constantemente reforçada pela mídia ao veicular grande volume de notícias sensacionalistas sobre casos de violência lá ocorridos. Os moradores não negam que exista violência, mas não acreditam que se trata de um lugar mais perigoso que os outros lugares da cidade. Segundo eles, quem conhece o lugar e é conhecido pelos moradores, não se sente ameaçado.

Assim, quando a gente fala em PAS já tem aquele estigma. Tipo assim, o pessoal: PAS? O Pantanal? Tem essas coisas. Só que a gente que trabalha na comunidade, a gente consegue desmistificar um pouco do que as pessoas pensam. Então assim, eu ia tentar dizer, se a reação da pessoa fosse essa, que não é dessa forma, que lá existem famílias, pessoas de bem, trabalhadores. Que a gente tem que deixar de pensar um pouco que a violência está na comunidade, que na verdade, a situação que a gente está vivendo em Fortaleza está em todos os lugares. Então, eu ia apresentar como um bairro de periferia, mas que tem suas potencialidades dentro dele. Lá, inclusive, o comércio, ele é muito forte (Luíza, 32 anos).

O comércio é uma característica marcante do PAS, por ser bastante desenvolvido e diversificado, aspecto levantado pelos entrevistados e confirmado pelas visitas e caminhadas comunitárias. Os participantes afirmam que não precisam sair de lá para ir comprar nada no José Walter (bairro vizinho, maior e mais antigo), nem no centro de Fortaleza. Lá é possível encontrar praticamente tudo de que se necessite.

A gente tem hoje em dia comércio que você precisa sair daqui pra poucas coisas. Talvez para ir em banco, que a gente não tem correspondente bancário. Tem caixa eletrônico, mas uma lotérica, uma coisa assim, não tem. Mas, no mais, a gente compra tudo aqui: móvel, automóvel, imóvel. Então é bem adiantado (Jorge, 35 anos).

O maior destaque é dado à feira, pois é muito conhecida e frequentada por pessoas de diversos lugares da cidade, inclusive do José Walter, o que gera bastante orgulho nos moradores. Além de frutas, verduras e peixes frescos, a feira oferece roupas, CDs e DVDs, utensílios de cozinha, dentre outros itens. A feira funciona diariamente, mas é no final de semana (sábado e domingo) que o movimento se intensifica. Nas redondezas da feira estão as principais ruas voltadas para o comércio. Essa área do bairro é bastante agitada e oferece todo tipo de produto e serviço, como variados tipos de lojas, mercantis, panificadoras, frigoríficos, lanchonetes, oficina de bicicleta e salões de beleza.



*Figura 4.* Fotografia da rua Quixadá, onde está instalada a feira do PAS, manhã do dia 11 de agosto de 2016 (quinta-feira)

No PAS vende tudo que vende no Centro. Eu já ouvi isso de várias pessoas e confirmei hoje que é verdade. Tudo que você encontra no Centro tem lá. Lojas de eletrônico, lojas de plástico, loja de 0,99 centavos, loja de coisa de festa, loja de isopor... Realmente deve ser difícil precisar ir ao centro para comprar alguma coisa (Diário de Campo, 11 de agosto de 2016).

Ao chegar ao PAS, temos a sensação que estamos em um lugar distante de Fortaleza. Não existem prédios altos, embora seja muito comum construções de dois andares, sendo que uma família mora em um andar e outra no andar de cima. As casas são relativamente grandes e bastante ventiladas. A Figura 5 retrata uma rua mais residencial do PAS.



*Figura 5. Fotografia da Rua Apocalipse, manhã de 06 de agosto de 2016*

Enquanto a região central é bastante movimentada, as áreas mais afastadas são mais vazias. É comum encontrar ruas sem asfalto ou calçamento, terrenos baldios, árvores e lixo espalhado, como ilustra a Figura 6. Existem também comunidades menores dentro do bairro, onde as ruas são estreitas, as casas menores, com estrutura física precárias, mais próximas umas das outras. É possível chegar ao bairro tanto por dentro de Fortaleza quanto por Maracanaú, pelo Anel Viário e os dois caminhos proporcionam visões diferentes do bairro.

Hoje eu vim ao PAS por outro caminho, vim por Maracanaú. A impressão que eu tenho é que eu estou em uma parte totalmente diferente do bairro. Eu estou em outro lado do bairro que conhecia menos, mais perto do Maracanaú. O bairro é tão grande que a impressão que eu tenho é que é outra cidade. É como se fosse uma cidade do interior. Porque não é uma comunidade pequena, é um bairro enorme que tem tudo (Diário de Campo, 29 de julho de 2016).

A Figura 6 mostra a aproximação pelo caminho convencional, por dentro de Fortaleza. A Figura 7 mostra a chegada ao PAS pelo município de Maracanaú.



*Figura 6.* Chegando ao PAS pelo caminho convencional, dia 11 de agosto de 2016



*Figura 7.* Chegando ao PAS por Maracanaú, dia 29 de julho de 2016

Não existem espaços voltados para o lazer no bairro. No entanto, e talvez até por isso, encontra-se muita gente nas ruas, como relatado no diário de campo. Jovens e adultos conversando



nas calçadas, muita gente se locomovendo em bicicletas, crianças brincando, correndo e soltando pipa.

É um lugar onde as crianças brincam na rua. Agora eu estou passando aqui às 11h, tem quatro mulheres na calçada com três crianças pequenas. Sempre tem gente na rua. Quando eu cheguei, as crianças estavam soltando pipa. Sempre que venho vejo gente nas calçadas, principalmente final de tarde. Então é um bairro onde as pessoas conseguem, pela impressão que eu tenho, conviver (Diário de Campo, 29 de julho de 2016).

#### **4.1.2. Histórico**

O PAS está organizado em torno da comunidade Pantanal. De forma que, ao perguntarmos sobre a história do bairro, os moradores contam a história do Pantanal especificamente, desde o momento da ocupação até a mudança de nome e junção com outras comunidades para formar um único bairro.

O lugar onde hoje é a comunidade Pantanal era uma grande porção de terras não utilizadas. Em 1990, 2.100 famílias ocuparam esse terreno, lideradas por Célia Rocha. Tudo começou em 1989 com uma família que procurou essa senhora para pedir ajuda porque estava sendo despejada e não teria mais onde morar. Ela então orientou que a família fosse para uma reunião com ela no Centro Comunitário do José Walter (onde morava antes de liderar a ocupação) e levasse outras famílias que estivessem passando por uma situação semelhante. Desde então, reuniões semanais foram realizadas e muitas famílias foram se juntando ao grupo, enquanto Célia investigava sobre o terreno e juntava a documentação necessária para ocupação.

Algumas pessoas se disseram donas do terreno, mas tudo indica que um dos verdadeiros donos era Pinheiro Landim, que já foi deputado federal. No entanto, a propriedade não estava regularizada, pois os donos não pagavam o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, o que possibilitou a negociação entre Célia e a Prefeitura de Fortaleza para que ocorresse a ocupação. Sendo assim, dia 27 de julho de 1990 as famílias se reuniram, ocuparam o terreno e montaram seus barracos. Segundo os entrevistados, essa foi uma das maiores ocupações humanas em área urbana da América Latina. As famílias que participaram da ocupação eram famílias que necessitavam de moradia, vindas de outros bairros da cidade ou mesmo de cidades do interior do estado, com a esperança de ter um pedaço de terra.

E eu entrei aqui dentro dia 27 de julho, às 10h15 da noite, com 2.100 famílias. Aí eu disse o que era que levava, levava panela, levava pau pra poder... levava essas coisas toda. Aí fomo

entrando e fomo derrubando a mata. Aqui tinha nove campos de futebol, derrubando coisa e tinha muita planta e aqui era uma desova de cadáver (Célia, 72 anos).

O terreno tinha em torno de 84 hectares. Já estava loteado para venda e alguns lotes já haviam sido vendidos. Assim, algumas ruas e casas já existiam. Célia, no entanto, fez um segundo loteamento e dividiu o terreno entre as famílias. Algumas estavam alojadas em locais nos quais passariam ruas e, portanto, precisaram se deslocar. Cada família recebeu um terreno do mesmo tamanho e foram construindo ali suas casas. Os moradores nomearam o lugar de Pantanal referindo-se à telenovela “Pantanal” que estava sendo exibida naquele ano, na extinta Rede Manchete. Naquela época era comum que invasões ou ocupações aproveitassem o nome de algo que estivesse fazendo sucesso. Como a novela “Pantanal” tinha altos níveis de audiência e retratava um lugar verde, cheio de árvores e lindas paisagens, os moradores escolheram esse nome para a comunidade.

A ocupação do Pantanal gerou muitos conflitos entre os possíveis donos e os moradores que realizaram a ocupação, especialmente Célia Rocha. Ela sofreu diversos tipos de ameaças e foi presa três vezes, acusada de tráfico de drogas e “vadiagem”, como a própria participante descreveu. Segundo os entrevistados, essas acusações partiram dos possíveis donos que queriam expulsá-la do terreno. Os demais moradores se organizaram e fizeram protestos em frente à delegacia para que Célia fosse liberada. No intuito de tirar os moradores do terreno, alguns barracos foram derrubados com trator e outros foram queimados, mas ninguém se feriu nessas tentativas. As ruas então foram nomeadas de acordo com eventos históricos que marcaram a comunidade, como por exemplo, a data da ocupação (27 de julho) e a data da primeira prisão de Célia Rocha (31 de janeiro).

Como a comunidade Pantanal resultou de uma ocupação, não havia uma estrutura física de bairro, que fosse mais adequada para moradia. Não havia lá recursos básicos, como energia elétrica, água encanada, posto de saúde, escolas, nem transporte público. A comunidade vizinha, Ipaumirim, também resultou de ocupação, mas bem menor que a do Pantanal. Essa comunidade é a mais antiga do PAS, sendo inclusive mais antiga que o José Walter. No entanto, os moradores do Pantanal conseguiram se organizar melhor visando a luta por melhorias comunitárias. A seu favor estava também o contingente populacional, que era muito maior. Então, deu-se início a diversas lutas por recursos para o bairro, que foram conquistados e concentraram-se mais no Pantanal, como o posto de saúde e as escolas de ensino médio.

Em 1991, alguns moradores se reuniram e formaram a associação União dos Moradores do Pantanal – UMP. A organização em associação permitiu que os moradores reivindicassem melhorias para o lugar de maneira mais formal. Isso contribuiu para que conseguissem energia elétrica, água encanada, escolas, calçamento para algumas ruas e asfalto para outras, transporte público que acessasse o lugar, entre outras conquistas.

Dentre as lutas enfrentadas pela comunidade, a busca por energia elétrica foi uma das mais marcantes, sendo a mais citada pelos entrevistados. Como não havia energia elétrica instalada pela Companhia Energética do Ceará – Coelce, os moradores faziam ligações clandestinas para ter acesso aos benefícios proporcionados pela energia.

Então, primeiro que não podia assistir televisão, a televisão só era ligada até determinado momento. Porque, como a gente não tinha energia, a gente puxava energia clandestina que a gente chamava de gambiarra. Nós fazíamos os postes de carnaúba e instalava na comunidade e passava a fiação e aí distribuía os fios. Então isso era ligado 5h da tarde. Quando era no outro dia, a gente ouvia o anúncio que a Coelce fez pra recolher os fios e todo mundo saía correndo e recolhia os fios antes da Coelce chegar. Quando a Coelce dava as costas, instalava de novo os fios porque a gente precisava. Ninguém estava roubando, nós estávamos precisando e a ideia era a seguinte: de fazer com que a Coelce pudesse instalar a energia, porque a gente queria pagar, porque hoje a gente paga energia lá, né? (Joaquim, 48 anos).

Essa luta pela energia culminou na “Passeata da Lamparina”, protesto organizado pelos moradores para reivindicação da instalação da energia elétrica, em 1991. Os moradores foram informando uns aos outros que a passeata ocorreria e que deveriam levar lamparinas. A concentração ocorreu no extinto “Campo do Barcelona” e reuniu em torno de 2.000 pessoas. Os moradores foram caminhando pela comunidade com as lamparinas na mão e iam convidando outras pessoas a se juntar levando suas lamparinas ou algo que representasse a luz, como velas. O evento chamou a atenção da mídia e das autoridades e resultou na instalação oficial de energia elétrica na comunidade, em 1992. Durante a instalação da energia, o poder público percebeu a necessidade de levar calçamento para as ruas da comunidade, o que gerou mais essa conquista.



*Figura 8.* Passeata da Lamparina, em 1991, na comunidade Pantanal. (Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=rgKEIRuYpCk&t=156s>.)

A falta de transporte público era outra grande dificuldade encontrada pela população no início da comunidade. As empresas de ônibus não tinham interesse em criar uma linha para lá em virtude da fama de se tratar de um lugar violento e do receio de que os ônibus fossem assaltados. Então, a comunidade contratou ônibus de uma empresa particular e criou sua própria linha, que chamavam de ônibus “pirata”. Dessa forma, os moradores, que antes precisavam caminhar por cerca de três quilômetros para pegar um ônibus, passaram a ter ônibus na porta de casa. Essa situação gerou um impacto negativo nas linhas oficiais de ônibus e, em 1994, a empresa que atuava na região resolveu criar uma linha que contemplassem o PAS e aproveitou o mesmo percurso que a comunidade havia traçado. De início houve uma resistência da comunidade em aceitar os ônibus oficiais, pois os moradores não queriam que a linha de ônibus pirata parasse de funcionar. Como forma de resistência, nenhum morador usou os ônibus oficiais em sua primeira semana de funcionamento. Após esse período, no entanto, passaram a usufruir da linha de transporte público oferecida.

Além das lutas maiores, diversas outras lutas menores foram se desenvolvendo ao longo da história do PAS, como a busca e conquista de cursos profissionalizantes, em 1997, e a luta por telefones públicos, em 1996.

Que aparentemente pra nós hoje é muito simples você ter uma linha de telefone, mas se a gente se volta lá pra 1995, as pessoas não tinham celular. E a grande luta da comunidade era ter o quê? Um telefone público. Então tu imagina, conseguimos para o bairro quatro telefones

públicos. Instalamos em pontos estratégicos. Então isso foi uma coisa esplendorosa para os moradores naquela época (Joaquim, 48 anos).

Uma conquista importante para o PAS foi o investimento da Organização Não Governamental (ONG) internacional Visão Mundial em seu desenvolvimento local. Mesmo antes da ocupação do Pantanal, um grupo de sete mulheres começaram a se reunir embaixo de um cajueiro para debater as dificuldades do local, como a falta de escolas, por exemplo. O grupo, apoiado inicialmente pela Igreja Betesda, recebeu em seguida o financiamento da Visão Mundial para o Programa de Desenvolvimento de Área (PDA) no bairro. Para gerir o PDA, o grupo precisava se formalizar em uma associação. Assim, em 1998, fundou-se o Conselho de Integração Social – Integrasol, associação sem fins lucrativos e não assistencialista, com os objetivos de contribuir para o bem estar de crianças e adolescentes da comunidade e facilitar o acesso aos seus direitos.

E quando a associação juntou-se foi sete mulheres. Elas se juntaram embaixo de um pé de cajueiro e viram que não tinha escola, que não tinha nada na comunidade. Que precisava se juntar e ir atrás dos políticos, ir atrás de alguém pra fazer algo pela comunidade. Aí o que aconteceu? Essas sete mulheres se juntaram à igreja Betesda. (...) Aí quando a Visão Mundial vem apoiar, que queria se juntar, aí sai a igreja e entra a Visão Mundial (Meire, 49 anos).

Outra luta que os moradores do PAS vêm travando desde o início da comunidade Pantanal é a de tentar desconstruir a imagem tão negativa que as pessoas de outros lugares têm do bairro. “Perigoso, violento, lugar de bandido e favela” são algumas expressões comumente utilizadas por quem não conhece o PAS para descrevê-lo, conforme se pôde identificar no discurso dos entrevistados. De fato, os participantes afirmam que no início da ocupação havia muitos casos de violência no lugar. Eles associam esse fenômeno à própria constituição da comunidade, uma vez que pessoas e famílias de diferentes lugares passaram a conviver e precisavam se organizar de alguma forma. Não houve no início nenhum tipo de apoio do poder público nessa organização. Assim, eram comuns assaltos, brigas e mortes na região. Um dos eventos que mais marcou negativamente a história da comunidade foi o assassinato de três jovens, que ocorreu em 1993 e ficou popularmente conhecido como a “Chacina do Pantanal”. O evento foi amplamente divulgado na mídia, bem como outras situações de violência que ocorreram desde então, o que contribuiu para o estigma de lugar perigoso e violento. Essa situação estimulou alguns moradores a se esforçarem para mostrar o outro lado do PAS, sua potência e tudo de bom que o bairro tem a oferecer.

Então essa questão que se criou do estigma da comunidade, ela também surgiu como fator para que a comunidade criasse as suas estratégias de lutar contra isso. Por exemplo, a própria, digamos assim, formação da Integrasol e de outras instituições, ela nasceu dessa petulância de querer criar algo na comunidade que quisesse mostrar algo de positivo na comunidade pra se sobrepor (Joaquim, 48).

Nessa perspectiva de mostrar o que o PAS tem de bom a oferecer, o Instituto de Desenvolvimento Social - IDS desenvolveu o projeto TV Janela, uma TV comunitária que funcionou de 2003 a 2014, com o objetivo de mudar a imagem do bairro. Tudo começou com uma oficina de fotografia, na qual os jovens tinham a missão de mostrar o lado bom da comunidade através de fotos. Esses jovens foram capacitados por profissionais de outros lugares da cidade e aprenderam não apenas sobre fotografia, mas também sobre outras atividades da área de audiovisual, como a produção de vídeos. Os jovens que participaram das primeiras oficinas passaram a facilitar outras oficinas para outros jovens, tornando-se multiplicadores do conhecimento adquirido. Durante os anos de funcionamento, a TV Janela realizou diversas produções resgatando a história da comunidade, mostrando a luta dos moradores por melhores condições de vida e divulgando boas notícias, como os eventos culturais realizados na comunidade. O projeto, que recebeu apoio financeiro da Prefeitura de Fortaleza e do Governo Federal, capacitou diversos jovens na comunidade, contribuindo para sua posterior inserção no mercado de trabalho na área de audiovisual. As atividades do projeto foram temporariamente interrompidas por falta de financiamento desde dezembro de 2014 até os dias atuais. “Ou seja, essa transformação que foi acontecendo também foi fruto da luta desses moradores até de resistirem. De continuar morando lá, de dizer: ‘Lá é meu bairro, mesmo com as dificuldades, eu me identifico, eu criei esse bairro’” (Joaquim, 48 anos).

A mudança de nome do Pantanal e união com outras comunidades para formar o PAS gerou opiniões divergentes entre os moradores. Para alguns, faz parte da luta contra o estigma da violência, muito associado ao nome Pantanal, e busca pela transformação da comunidade. Porém, outros moradores acreditam que as transformações do bairro dependem muito mais do trabalho social realizado na comunidade do que do seu nome. Além disso, acreditam que mudar o nome fragiliza a identidade local, principalmente porque consideram que a mudança ocorreu de forma abrupta. Os moradores que discordavam da mudança de nome chegaram a fazer protestos contra a mudança e pedindo que houvesse mais tempo para a comunidade pensar e se organizar.

E é a mesma coisa da onde você vai, por isso que teve a grande luta da mudança de nome. Porque quando a gente chegava em outros bairros que a gente morava no Pantanal, o pessoal

já ficava com aquele olhar, né? Ficava com aquele estigma de bairro violento, de bandido (Ruan, 35 anos).

E muita gente foi contra na época. Aí eu sei que o Joaquim inventou até uma passeata com um caixão dentro do Pantanal. E nós não acompanhamos, não? Acompanhamos na época porque a gente não queria, né, a mudança do nome. E a gente andou as ruas tudinho com caixão, andamos e terminamos lá no Campo do Barcelona (Ana, 56 anos).

Apesar dos esforços contra a mudança de nome, em 2003 a Câmara Municipal de Fortaleza aprovou o projeto de lei que sugeria a mudança, de modo que o Pantanal e as comunidades vizinhas passaram a formar o bairro PAS.

A Figura 9 ilustra as principais conquistas do bairro ao longo do tempo. Conforme se pode verificar, as principais conquistas por direitos básicos (energia elétrica, posto de saúde, escola, telefonia, água, etc.) ocorreram na primeira década após a ocupação.

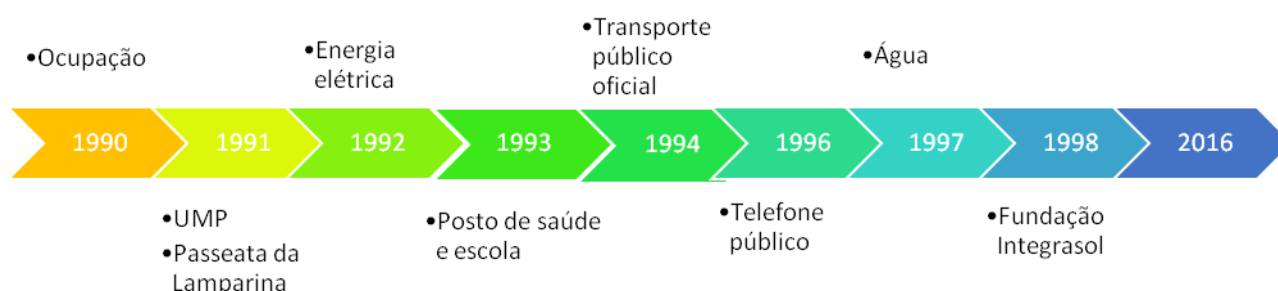


Figura 9. Linha do tempo com conquistas históricas dos moradores do PAS

Os participantes relatam que as lutas por melhorias para a comunidade ocorre de forma menos intensa nos dias atuais. Eles atribuem esse fator a uma acomodação por parte dos moradores, uma vez que as necessidades do bairro não são mais tão urgentes quanto eram no início da ocupação.

Os grandes momentos da comunidade de lutas, acho que a comunidade se fez presente. Passeata da Lamparina foi a maior referência, né? E as pessoas também vão pela sua necessidade, lógico. E vão mudando as necessidades. (...) Houve um processo e um resultado positivo e aí as pessoas se acomodaram mais (Joaquim, 48 anos).

Com relação à participação político partidária, alguns moradores acreditam que poderia haver uma maior organização a fim de eleger um vereador que representasse o PAS na Câmara Municipal, considerando o número de habitantes do bairro. É possível perceber, por outro lado, que alguns entrevistados preferem não fazer parcerias com políticos e acreditam que a organização da comunidade deveria ocorrer de forma independente, o que demonstra certa descrença na participação político partidária.

Porque é um bairro, como você acabou de ver, é um bairro grande que poderia eleger até dois ou três vereadores. (...) Não sei se é por não acreditar na política, no homem que tá lá na frente, né? Eu não sei, por causa de isso aí, mas eu acho assim, é uma participação boa que poderia ser melhor. Pela quantidade que temos, se fosse ótima mesmo, se conseguiria muita coisa para a comunidade. Porque você vê que eles visam muito a questão do voto (Meire, 49 anos).

O bairro conta com uma liderança política que tem se candidatado a vereadora repetidamente, Cássia Andrade, porém nunca alcançou êxito nas eleições. As opiniões com relação à sua participação na comunidade são divergentes. Alguns moradores afirmaram que ela exerce um importante papel de liderança, enquanto outros acreditam que seu interesse é muito mais particular do que comunitário e que ela não oferecido suporte efetivo à comunidade. Cássia está à frente da Associação de Mulheres do Planalto Ayrton Senna (AMPASE), mas, de acordo com o coletado na pesquisa, a associação não tem realizado muitas atividades no bairro.

As principais lutas que o PAS abraça atualmente são a busca pelo sistema de saneamento básico e a promoção do protagonismo juvenil, sendo essa última mais intensa. Observa-se um movimento ativo da juventude no bairro. Os jovens estão presentes em grupos religiosos, organização de eventos para divulgação dos talentos da comunidade e cursos profissionalizantes oferecidos no bairro. Ademais, a Visão Mundial criou uma ferramenta de mobilização social utilizada por jovens de todo o país, inclusive por jovens do PAS, o Monitoramento Jovem de Políticas Públicas – MJPOP. Esse movimento estimula a reflexão sobre a atuação do poder público, a implementação de políticas públicas e a possibilidade de construção coletiva de um plano de ação que exija das autoridades o compromisso com uma melhor qualidade de vida para sua comunidade.

Temos que plantar a semente boa para ver se sai alguns frutos bom, né? Mas já tem, já tem esse movimento com os jovens. Temos jovens bons. Já viajam pra fora. Teve um encontro em Brasília, que foi representando todos os programas da Visão Mundial, e foram dois nossos.



Muito bom, entram num debate mesmo, cara, defende mesmo. Tem a sua ideologia, vem ali e defende. Defende não é sem saber falar não, o cara fala, o cara é bom (Meire, 49 anos).

Os participantes desse movimento no PAS fazem um trabalho de conscientização política nas escolas, discutindo sobre os direitos, incentivando o surgimento de lideranças e o engajamento de outros jovens.

#### **4.1.3. Mapeamento da Rede de Apoio Comunitária<sup>3</sup>**

Listam-se a seguir as instituições formais, os grupos informais e as pessoas que servem de apoio para a comunidade, de acordo com as entrevistas, visitas e análises de documentos. O Anexo D consiste em um mapa do PAS no qual é possível identificar as principais instituições.

Instituições formais:

- Instituições públicas de educação: foram mapeadas no PAS 1 creche, 3 escolas municipais de ensino infantil, 3 escolas municipais de ensino fundamental, 1 escola integral de ensino fundamental e 2 escolas estaduais de ensino médio. Algumas escolas cedem o espaço para realização de outras atividades da comunidade, como atividades esportivas da ONG Integrasol e oficinas oferecidas pelo CRAS;
- Posto de Saúde Zélia Correia: foi reformado recentemente e tem uma boa estrutura física. É bem organizado com relação ao acompanhamento do Bolsa Família, apresentando bons índices. Apesar disso, os moradores reclamam da falta de remédios e da dificuldade de marcar exames. Acreditam que não precisaria de um novo posto para a comunidade, mas de melhorar a qualidade dos serviços e potencializar sua eficácia;
- Instituições religiosas: existem diversas igrejas no bairro, mas as que oferecem apoio à comunidade de forma mais organizada, segundo os entrevistados, são a Comunidade Católica Rainha da Paz (movimento católico de jovens) e a Igreja do Evangelho Quadrangular (trabalho com crianças e adolescentes);
- Centro de Referência da Assistência Social – CRAS: o CRAS Aracapé é o responsável pelo território que engloba o PAS, mas não está localizado dentro do bairro. Situa-se à Rua N, nº 515, Parque Montenegro II. Desde 2015, realiza oficinas de família no PAS (atualmente em uma igreja da Portelinha) com o objetivo de desenvolver estratégias de superação das vulnerabilidades enfrentadas pelas famílias atendidas;
- ONG Integrasol: Atua no bairro há mais de 20 anos buscando contribuir para o desenvolvimento da comunidade, através de atividades voltadas para crianças, adolescentes e

---

<sup>3</sup> Optou-se por manter a identificação das instituições no histórico e no mapeamento por tratar-se de uma história bastante veiculada e que é motivo de muito orgulho para a comunidade, além de ser essencial para a compreensão da rede.

jovens. As atividades incluem aula de informática, brinquedoteca, música (flauta, percussão, violão, coral e banda), dança (ballet), esportes (escolinha de futsal que ocorre no Liceu). A Visão Mundial, principal fonte de financiamento da ONG reduziu o orçamento no ano de 2016, o que resultou em uma redução da carga horária de atividades da Integrasol. Diante de tal situação, algumas atividades foram direcionadas para as escolas do bairro;

- Agência de Trabalho e Orientação Solidária - ATOS Aprendiz: É um projeto da ONG Integrasol, que ministra cursos profissionalizantes na área de Administração e encaminha os jovens para o mercado de trabalho. Acredita-se que o trabalho realizado pela ATOS previne o trabalho infantil, a entrada de jovens na criminalidade e o uso abusivo de drogas.

Estamos vendo muitos jovens aí hoje que faz faculdade, que não tinham o sonho nem de terminar o primeiro grau. E com o objetivo de arranjar o primeiro emprego, de entrar na ATOS, de fazer o curso da ATOS, eles viram que tinha que estudar (Meire, 49 anos);

- Coletivo Coca-Cola: é um programa do Instituto Coca-Cola Brasil de empoderamento e geração de renda que conecta jovens com oportunidades de trabalho, através da realização cursos de qualificação profissional e encaminhamento para o mercado de trabalho;
- Instituto de Desenvolvimento Social - IDS: Instituição que abriga o TV Janela, projeto que surgiu em 2003 com o objetivo de mostrar o lado bom da comunidade e contribuir para o desenvolvimento de jovens.

Isso através de vídeo em que os próprios jovens, digamos assim, eles são os protagonistas desse projeto. Eles fazem a pauta, eles fazem assim, a organização das gravações com o acompanhamento dos profissionais, né? E exhibe depois na rua do próprio bairro mostrando as belezas do lugar, né? (Joaquim, 48 anos)

- União dos Moradores do Pantanal – UMP: Associação fundada em 1991, possui espaço próprio e tem parceria com outras instituições para as quais cede o seu espaço, como a Associação de Mulheres do Planalto Ayrton Senna (AMAPASE) e o grupo É nois, Pantanal. Oferece aula de capoeira;
- Associação de Mulheres do Planalto Ayrton Senna – AMPASE: Liderada por Cássia Andrade, realiza ações voltadas para as mulheres, como dia de corte de cabelo e maquiagem.

Grupos Informais:

- É nois Pantanal: Ações mensais que fecham uma rua do bairro e proporcionam momentos de diversão para os moradores, através de apresentações de talentos da comunidade (música, dança, etc.) e de brinquedos e atividades voltados para crianças. “A gente faz intervenções, né? No meio da rua aí e mostra o lado bom da comunidade. Várias crianças se apresentam, do cara que sabe pintar até o cara que dá um mortal a gente tá lançando aí pra galera ver (Alberto, 26 anos)”;
- Casa de Cultura Popular Fala Favela: O projeto atua em diversas comunidades de Fortaleza, com o objetivo de promoção e difusão da cultura local. Tem uma proposta semelhante à da TV Janela, no sentido de relatar as ações de determinada rua e exibir para a comunidade, dialogando sobre o assunto. Tem parceria com a União dos Moradores do Pantanal (UMP) e, portanto, utiliza seu espaço;
- Comerciantes do bairro que contribuem financeiramente para o desenvolvimento das ações do É nois Pantanal e outros eventos artísticos e culturais, segundo os entrevistados.

#### Lideranças Comunitárias:

Estas são as lideranças que foram mencionadas com maior frequência pelos entrevistados.

Certamente, o bairro conta com diversas outras lideranças comunitárias.

- Ruan: artista e educador social, realiza um trabalho junto aos jovens da comunidade.
- Jorge: liderança comunitária envolvida em projetos voltados para a juventude;
- Alberto: jovem que busca afastar outros jovens do tráfico de drogas, com o apoio de uma igreja do bairro;
- Ana: liderança comunitária, vinculada à história de luta por melhorias para a comunidade;
- Cássia Andrade: liderança comunitária responsável por uma associação do bairro;
- Célia Rocha: importante participação no processo de ocupação do Pantanal.

#### 4.2. Adversidades vivenciadas

As adversidades enfrentadas no PAS relatadas pelos participantes podem ser facilmente relacionadas ao processo histórico de urbanização das metrópoles no mundo inteiro. A desigualdade social alimentada pelo capitalismo é refletida nas cidades pela segregação socioespacial, de modo que a parte rica concentra as melhores oportunidades de emprego, educação, transporte público e espaços de lazer, enquanto a periferia concentra alta densidade populacional vivendo em condições precárias de habitação. Tal situação é agravada pela ausência de ação do Estado nas periferias, o que contribui para a geração de uma estrutura urbana precária, com insuficientes equipamentos sociais (ou ineficácia em seu funcionamento) e limitado acesso da população a serviços básicos e ao mercado de trabalho. As periferias recebem um tratamento diferente do que é dado à cidade formal,

são responsabilizadas pela violência urbana, excluídas e marginalizadas. A cidade formal assume uma postura de defesa e proteção com relação à “selvageria” periférica. Assim, o caminho da segregação socioespacial contribui para o aprofundamento das diferenças sociais sobre o solo urbano, dificultando o convívio, a mobilidade e a integração das classes populares nas grandes cidades (Hughes, 2004).

As ocupações urbanas no Brasil resultam, sobretudo, da migração de população rural para as capitais, motivadas pela busca por melhores condições de vida e acesso a serviços públicos, diante da ausência de políticas que retenham as populações no meio rural ou cidades pequenas. O êxodo rural é intensificado também pela falta de oportunidades de empregos no interior e pelo fenômeno da seca que tem atingido o Nordeste repetidamente ao longo dos anos. Como consequência, o crescimento populacional nas capitais e regiões metropolitanas nordestinas, bem como na maioria das metrópoles do Brasil e do mundo, tem ocorrido de forma desordenada e desacompanhada. No caso do estado do Ceará, mais de 60% da população encontra-se na região metropolitana de Fortaleza. A renda per capita e o IDH dos bairros de Fortaleza variam de forma discrepante entre os bairros considerados nobres e os bairros periféricos. As oportunidades de emprego em Fortaleza se concentram em alguns poucos bairros da zona central e leste, que possuem a maior renda per capita do município, enquanto as comunidades periféricas são normalmente esvaziadas dessas oportunidades. Essa realidade faz com que Fortaleza configure como a quinta cidade mais desigual do mundo (Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2015).

Assim como muitos outros bairros periféricos, o PAS foi se constituindo e elevando a densidade populacional sem uma infraestrutura adequada para bairro. No seu caso específico, a situação se torna ainda mais complexa por resultar de uma ocupação muito grande (2100 famílias) em um local onde, praticamente, só havia mata. Além dos conflitos entre moradores e possíveis donos da terra, as famílias enfrentaram muitos conflitos entre si durante os primeiros anos de ocupação, o que resultou em constantes situações de violência.

Hoje não tem, poucas ruas têm condições de ter saneamento básico por causa que não tem a metragem ideal, aí como foi uma invasão, ela não ficou com estrutura para bairro, né? Então é uma grande comunidade que essa estrutura física deixa a desejar, entendeu? Então o povo se reuniram e invadiram esse terreno e, como todos nós sabemos, quando há invasão, os corajosos são mais aquele povo mesmo que vem, vem de todo canto, né? Então tinha um alto índice de violência. Não vou dizer que hoje não tem, hoje ainda temos muita morte de jovens por causa de droga, mas antes tinha um índice de violência e morria também muitos pais de família por causa de brigas (Meire, 49 anos).

A fala da participante sintetiza o processo de urbanização desordenado que o PAS vivenciou, a situação precária de infraestrutura na qual ele foi se constituindo e situações de violência decorrentes do processo de exclusão social. Os demais participantes compartilham da visão de que a violência ainda é muito presente no bairro, mas acreditam que tenha diminuído nos últimos anos e que é semelhante a de outros bairros de Fortaleza, não havendo, portanto, justificativa para o estigma de violência que o bairro carrega. É interessante observar que, ao serem questionados sobre as adversidades vivenciadas no PAS, os participantes demonstram incômodo muito maior com relação ao estigma de violência e, conseqüentemente, o preconceito e a discriminação, do que com a violência em si.

O preconceito é caracterizado por sentimento e atitude hostil direcionada a um indivíduo simplesmente por pertencer a um grupo desvalorizado socialmente, minoritário na estrutura de poder. A consequência comportamental do preconceito é a discriminação, ações que valorizam um grupo em detrimento de outro considerado inferior, sempre de modo a excluir, marginalizar e desqualificar os que são discriminados (Lima, 2013). O estigma é a rotulação de pessoas ou grupos que possuam características desvalorizadas em determinado contexto social. O preconceito, a discriminação e o estigma são processos interligados que alimentam um ao outro (Rodrigues, 2014) e, conforme se pode perceber, são possíveis de serem identificados no PAS.

É comum que as pessoas (sobretudo aquelas que nunca estiveram no PAS) tenham uma reação negativa ao saber que alguém é do bairro. Algumas pessoas se recusam a trabalhar no PAS ou a receber como funcionário alguém que more lá, conforme alguns participantes relataram. Se um morador fizer uma seleção para alguma empresa, suas chances podem diminuir quando ele disser que vem do PAS, por ser um lugar associado a bandidos e violência. Outra situação que expressa a barreira existente entre o PAS e demais bairros da cidade de Fortaleza é o caso de professores serem selecionados para ensinar no Liceu e recusarem a oferta por sentir medo de trabalhar no bairro. Aparentemente, essa discriminação tem diminuído com o passar do tempo e diante das ações realizadas na tentativa de combatê-la, porém ainda encontra-se presente. “Então acho que hoje em dia é mais brincadeira, apesar que seja uma brincadeira de mau gosto, mas antigamente com o Pantanal era ofensivo mesmo, né? Você não conseguia emprego... (Jorge, 35 anos).

Como foi discutido na apresentação do bairro, os moradores responsabilizam a mídia por essa imagem tão negativa que foi criada do lugar. É interessante observar que todos os entrevistados fizeram algum comentário sobre a diferença entre o que a mídia mostra e o que o PAS é na realidade.

Teve essa visão criada, né? Porque a gente que mora aqui, a gente não percebe essa violência que é mostrada, nem o pessoal tem medo. (...) o bom daqui é que é pulsante a vida. O que eu gosto daqui é que você desce 10 horas, 11, 9 da noite, em qualquer lugar tem gente na rua. Se

você for daqui, melhor ainda porque são pessoas conhecidas suas, né? Diferente de outros lugares que de manhã até... 24 horas aquele deserto, nem os próprios vizinhos se veem ou se falam. Aqui não, aqui é menino no meio da rua, mulher, gente na calçada. Ainda tem muito disso que é bom, né? (Jorge, 35 anos).

Assim, quem nunca veio aqui pode ter assim uma concepção. Por passar no jornal: matou fulano, aconteceu isso. Mas pelo pouco tempo que eu estou aqui, não sei se é porque eu sou muito no meu canto, acho normal, tranquilo (Joana, 28 anos).

Os meios de comunicação possuem grande alcance na população e têm o potencial de influenciar ideias e comportamentos com relação a determinados “lugares perigosos” e com alto nível de criminalidade, geralmente situados nas periferias dos centros urbanos. A contribuição da mídia para formação de estigmas territoriais pode resultar em diversas consequências negativas, dentre elas o sentimento de indignidade pessoal dos moradores e a degradação simbólica dos bairros percebidos como violentos. Uma vez que as pessoas que residem nesses bairros são associadas à marginalidade, as oportunidades de trabalho e inclusão em determinados grupos sociais são ameaçadas (Melo, 2000). Ao mesmo tempo em que multiplica notícias acerca da violência urbana, da pobreza e da falta de expectativas dos jovens moradores da periferia para o ingresso no mercado de trabalho, a mídia exerce forte apelo ao consumo moderno de massa, aprofundando a ruptura urbana pela impossibilidade de convivência e participação em condições de igualdade nos espaços públicos compartilhados (Ivo, 2010).

Embora os entrevistados não concordem com a visão da mídia acerca do PAS, suas falas afirmam que há sim muitos casos de violência no bairro, em sua maioria relacionados à morte de jovens envolvidos com o uso e tráfico de drogas. Percebe-se que esse é um grande fator de risco para a comunidade, sobretudo para os jovens. No entanto, as pessoas que não têm nenhum envolvimento com o tráfico, não se sentem ameaçadas. Algumas jovens em conversas informais afirmaram que o bairro não é perigoso se você não entrar nos lugares ocupados pelos traficantes. Quando um morador se aproxima de regiões dominadas por eles, como a Portelinha e o Barracal, eles olham de forma ameaçadora e buscam saber o motivo da pessoa estar se aproximando daquele local. De acordo com os relatos, alguns moradores acreditam que a melhor forma de se proteger da violência é manter uma relação distante, mas cordial com os traficantes. Trata-se, portanto, de uma visão naturalizada da violência. Os moradores percebem que a violência e a insegurança estão presentes no PAS, mas aprendem a conviver e adaptar-se a essa realidade.

Então assim, a gente assim, é violento, mas a gente não tem tanto medo, não é nem que não tenha medo. O pessoal diz que a gente se acostuma com o perigo. Não. Você não se acostuma com o perigo, você convive e você não se mete e aí você vive bem, né? Se a pessoas deixa a vida deles lá, que eles não mexem com ninguém de jeito nenhum. Não, eles respeitam todo mundo, sabe? (Ana, 56 anos).

A violência é um fenômeno complexo e multifacetado, expressa por meio de ações intencionais de indivíduos e grupos dirigidas ao outro que resulte em danos físicos (incluindo óbito), psicológicos e ou sociais (Macedo, Paim, Silva, & Costa, 2001). Esse fenômeno, que não se restringe à criminalidade, foi dividido didaticamente por Minayo (1994) em três tipos: *estrutural* - se aplica aos sistemas familiares, econômicos, culturais e políticos oriundos de uma estrutura social desigual e injusta que nega a alguns grupos o acesso ao mercado de trabalho e ao consumo de bens essenciais à vida; *resistência* - violência produzida em resposta à violência estrutural e; *delinquência* - agressões e crimes contra a pessoa e o patrimônio. Desse modo, a delinquência precisa ser analisada considerando a violência estrutural, da qual todos são autores e vítimas ao mesmo tempo. As pesquisas evidenciam que o grupo mais atingido pela violência é o de jovens do sexo masculino, negros, com baixa escolaridade e baixa renda, residentes em áreas pobres e periféricas das grandes metrópoles (Minayo & Souza, 1999).

A associação entre pobreza e violência permeia o imaginário da nossa sociedade e isso não ocorre por acaso. De fato, as pesquisas apontam para uma relação entre menores índices de desenvolvimento e maiores índices de criminalidade nos bairros, o que fortalece a ideia de que os bairros de baixa renda são também os mais violentos. No entanto, é de fundamental importância salientar que esses dados não revelam uma predisposição ou tendência dos pobres à violência, o que corresponderia a uma dupla penalização das populações periféricas (Hughes, 2010). As altas taxas de criminalidade envolvendo jovens da periferia são resultados do complexo processo da violência, o qual é influenciado por diversos fatores, tais como desigualdades socioeconômicas, ausência de políticas públicas que supram as necessidades de educação, saúde, moradia e segurança da população, intenso apelo ao consumo e a falta de investimento no desenvolvimento social (Minayo, 1994; Minayo & Souza, 1999).

Outra dificuldade relacionada à segurança do PAS é que a polícia não é vista como protetiva pelos moradores. Eles relatam casos de maus-tratos a pessoas inocentes, parcerias com traficantes e apreensão de drogas para venda em benefício próprio.

Quando a polícia descobre, eles vem, leva de 4 mil, de 8 mil, certo? Aí não prende, às vezes até prende, mas quando chega no caminho eles soltam, certo? Eles nunca chegam na

delegacia. (...) Eles param, e aí o que que acontece, eles vende a droga, aí eles não tem mais o dinheiro pra pagar a pessoa que passou a droga pra eles e eles começa a se endividar, né? E aí vai ficando dívida em cima de dívida e assim já aconteceu com, acho que uns quatro aqui já aconteceu assim e depois o dono da droga vai e manda matar a pessoa por dívida, né? (Ana, 56 anos).

Assim como a sociedade de um modo geral, a polícia também tem oferecido historicamente um tratamento excludente e repressor aos moradores da periferia, contribuindo para a criminalização da pobreza. As famílias pobres são expostas a diversos constrangimentos em uma realidade social que desqualifica o trabalho como meio de obtenção de recursos e atribui prestígio às manifestações de força mediante arma de fogo e à posse de bens tidos como privativos dos ricos (Hughes, 2010).

A falta de espaço para lazer no bairro é outra dificuldade mencionada pelos moradores, sobretudo os jovens, realidade que é vista como potencializadora do risco de envolvimento com drogas e com a criminalidade. Na atualidade, não existe nenhum espaço voltado para o lazer, como praças ou quadras, exceto em algumas escolas. E, somente agora (ano de 2016), está sendo construída uma Areninha, que será o primeiro espaço de esporte e lazer do PAS. As Areninhas são campos de futebol instalados pela Prefeitura Municipal de Fortaleza em bairros com alto índice de vulnerabilidade social e baixo IDH, para o uso de toda a população. Embora já tenham existido campos de futebol na localidade, os participantes narram que estes se tornaram perigosos e as pessoas deixaram de frequentar. Jorge, por exemplo, comenta o caso de um jovem que conseguiu sair da criminalidade, tentou ajudar um amigo que continuava envolvido e acabou levando um tiro que o deixou paraplégico, situação que relaciona, entre outras questões, com a falta de oportunidades e espaços de lazer para os jovens.

E é isso que a juventude sempre sofre, esse dano, esse efeito colateral, né? Quando não é dessa forma, é essa outra, que como não tem saída, não tem espaço, não tem alternativa, sem uma formação boa dentro de casa, sem uma formação boa na escola, e acaba sendo seduzido pelo mundo do crime que vem de “N” fatores: música atual, estilo de se vestir, a própria moda periférica, porque é uma coisa paralela, né? (...) E aí o garotão tá lá, quer tá lá daquele jeito, a menina quer tá lá daquele jeito, mas aí precisa da grana, ou então vai pra perto de quem tá naquele estilo porque você se sente bem naquele estilo e fica copiando e aí se acaba chegando perto, né? (Jorge, 35 anos).

As demais dificuldades encontradas no PAS dizem respeito às deficiências estruturais. Embora o bairro mostre uma melhora considerável em sua infraestrutura, as políticas públicas não



conseguem acompanhar o rápido crescimento populacional. O acesso aos serviços de saúde é prejudicado pela falta de medicamentos no posto e pela demora para conseguir realizar consultas e exames. Além disso, o bairro, assim como muitos outros em Fortaleza, ainda não conta com o sistema de saneamento básico. Na educação, faltam creches que atenda à demanda da população. Poucas crianças conseguem a matrícula e as outras ficam por anos na fila de espera, o que impossibilita as mães de ingressarem no mercado de trabalho. O transporte público é insuficiente, pois conta com poucas linhas para suprir a necessidade do bairro. Assim, os ônibus demoram a passar e estão sempre lotados. De modo que as pessoas passam muito tempo para ir e vir do trabalho, sobrando pouco tempo livre. A falta de transporte público de qualidade dificulta o acesso dos moradores não apenas às oportunidades de emprego, mas também às instituições de saúde (hospitais) e educação (universidades) situadas em bairros mais distantes do PAS.

E aí o jovem que tem que trabalhar, ele acaba não tendo tempo pra, sei lá, viver a própria juventude. Gasta tempo com estudo, com locomoção, com trabalho. Aí já não tem o que fazer e onde fazer, aí chega a ser, como eu disse, uma coisa que vai lhe empurrando pra baixo sempre (Jorge, 35 anos).

Embora o bairro tenha se desenvolvido bastante no decorrer da sua história e alcançado diversas conquistas, os moradores sentem-se abandonados pelo poder público, realidade compartilhada pela maioria dos bairros periféricos do nosso país.

Um pouco de não olhar, né, do poder público em relação à comunidade, é mais isso. A principal dificuldade é essa. O restante, como eu te falei, pelos moradores em si, tá todo mundo feliz, mas a questão da visão do poder público, tem muitas necessidades que deve ser atendida ainda. É um povo feliz como eu te falei, né? Trabalhador e tudo, mas a dificuldade é que poderia tá melhor ainda, se tivesse mais um pouco de estrutura (Ruan, 35 anos).

Percebe-se que as adversidades enfrentadas pelo PAS são típicas da realidade brasileira, nordestina e cearense de injustiça social, que resulta em falta de estrutura física que acompanhe o crescimento populacional e de uma cultura que condena a pobreza e defende a meritocracia. Assim, as adversidades não são pontuais ou catastróficas (terremotos, enchentes, tsunamis, etc.), como as abordadas pela literatura sobre resiliência comunitária em sua maioria. Ao contrário, são adversidades contínuas e crônicas cotidianamente vivenciadas por uma população excluída e abandonada.

### 4.3. Fatores que favorecem resiliência comunitária

A revisão integrativa da literatura que compõe essa dissertação descreveu os seguintes fatores que favorecem processos de resiliência comunitária: capital social (suporte formal e informal, grupos sociais, organização comunitária e relação entre moradores e governantes), laços culturais (identidade cultural, conhecimento acumulado, autoestima coletiva e humor social) e infraestrutura física de qualidade (saúde, educação, segurança, lazer e transporte público). Dentre esses, alguns podem ser identificados na história e contexto atual do bairro PAS.

#### Capital Social

Capital social diz respeito às relações do indivíduo com as redes sociais em que está inserido, quando existe uma coesão dentro do grupo que contribua para o aprimoramento da cidadania e democracia. O conceito tem sido amplamente discutido na literatura, sendo por vezes mal interpretado. Um dos mitos que rodeiam o fenômeno é de que ele seria a solução para todas as comunidades pobres e que, uma vez havendo capital social, a comunidade sairia automaticamente da condição de pobreza (Prates, 2009). Outro equívoco é imaginar que associações reunidas para praticar crimes (gângues, máfias) configuram um tipo de capital social. O capital social está necessariamente ligado à participação cívica que busque benefícios coletivos (Zaluar & Ribeiro, 2009). Essa dissertação considera capital social as relações com alto nível de conexão afetiva entre amigos, familiares e vizinhos (*bonding*), os laços mais sociais frouxamente conectados que envolvem grupos sociais e associações (*bridging*) e a relação de confiança entre moradores e governantes (*linking*) (Aldrich & Meyer, 2015; Poortinga, 2012).

O capital social disponível na comunidade do PAS pode ser percebido desde o início da ocupação até os dias atuais. A própria constituição do bairro evidencia grande organização comunitária na medida em que famílias vivenciando dificuldades semelhantes se reuniram e encontraram a solução da situação na ocupação do terreno. A relação entre essas famílias corresponde ao tipo de capital social *bridging*, uma vez que se trata de pessoas que pertencem a mesma classe social e compartilhavam uma realidade de privação de condições dignas de moradia. Tal ligação tem o potencial de contribuir para o avanço de determinado grupo na sociedade, na medida em que haja solidariedade e respeito entre os membros. Embora a relação entre as famílias tenha sido permeada por conflitos, sobretudo no início da ocupação, esse grupo conseguiu conquistar o objetivo coletivo de encontrar um lugar para morar.

Além disso, a importância do papel de lideranças comunitárias e da solidariedade é ilustrada através da coragem de Célia Rocha de enfrentar um grande conflito pessoal com os possíveis donos da terra ocupada em busca de uma conquista coletiva. Logo após a ocupação, os moradores começaram a se organizar em associações que reivindicariam uma infraestrutura mais digna para a

comunidade. As diversas manifestações, passeatas, ações clandestinas que permitiam o acesso a recursos como energia elétrica e transporte público, bem como as reportagens do TV Janela expressam tanto a coesão social e participação comunitária, correspondente ao capital social *bridging*, como a relação entre moradores e governantes, correspondente ao capital social *linking*. Este possibilita a mobilização de recursos políticos e é expresso pela competência da comunidade em lutar por seus direitos.

Segundo Célia Rocha, sua relação com o prefeito de Fortaleza e o governador do estado do Ceará na época da ocupação foi fundamental nas negociações da terra, na implantação de equipamentos de saúde e educação, construção de poços profundos e até mesmo nas dificuldades que enfrentou devido às falsas acusações que a levaram à prisão. “Se não fosse o Ciro Gomes, o Juraci, eu estaria lá no Auri Moura Costa”, referindo-se ao presídio. No entanto, a relação de confiança entre moradores e governantes está bastante fragilizada no PAS, bem como em todo o país, situação agravada pela crise política e econômica que enfrentamos.

Atualmente, a rede formal de suporte social do PAS é composta pelo CRAS Aracapé e pelas ONGs que atuam no bairro, Integrasol e IDS. O CRAS não está situado no PAS, o que dificulta o acesso dos moradores ao equipamento. O CRAS não foi mencionado pelos entrevistados ao serem questionados sobre as instituições que oferecem suporte social ao bairro, exceto pela coordenadora do equipamento. Essa situação pode ser atribuída tanto à distância quanto a uma possível falha na divulgação dos serviços do CRAS. Ainda assim, as famílias em vulnerabilidade social do bairro que procurarem a instituição, são acompanhadas e podem participar da oficina de família executada pelo CRAS em uma igreja do bairro. A ONG Integrasol desenvolve atividades voltadas para crianças no bairro há mais de 20 anos. O acompanhamento da ONG contribui para o desenvolvimento dessas crianças à medida que possibilita a descoberta e aprimoramento de seus talentos. Além disso, conta com o projeto ATOS que conecta os jovens ao mercado de trabalho, o que pode minimizar os riscos de exclusão social e envolvimento com drogas e criminalidade a que os jovens estão expostos. Na mesma perspectiva, o IDS contribuiu bastante para o desenvolvimento dos jovens do bairro ao capacitá-los em atividades audiovisuais que possibilitou futuras oportunidades de emprego.

O engajamento da juventude no monitoramento de políticas públicas, em grupos religiosos, em grupos que objetivam mostrar à comunidade suas qualidades e seus próprios talentos evidencia a participação comunitária nos dias atuais. Tal participação é fortalecida pelas lideranças comunitárias que estão preocupadas com o desenvolvimento desses jovens e da comunidade.

Só que tem pessoas que não se acostuma com pouco, né? Quer mais e mais para a comunidade, que somos nós que tamo aí na luta todo dia por melhorias. Se não tem ajuda dos cara, nós faz mesmo, sai pedindo ajuda às pessoas de mercantil, né, essas coisas. Cada um dá

dez, vinte reais pra nós fazer o bagulho rolar. Exatamente o contrário de políticas públicas, né? A gente faz mesmo acontecer e pronto (Alberto, 26 anos).

Após o encerramento da inserção ecológica, Alberto entrou em contato com a pesquisadora para informar que estava organizando uma ONG para auxiliar os jovens e outros moradores do bairro que estivessem precisando de ajuda de forma mais urgente. O jovem de 26 anos já foi envolvido com ações ilícitas, mas ao entrar em contato com o grafite e com a igreja evangélica, teve a oportunidade de redirecionar sua trajetória para um caminho mais saudável de desenvolvimento.

### **Laços Culturais**

Os laços culturais dizem respeito à relação de determinado grupo com o lugar onde vivem e são apontados na literatura como importante fator de favorecimento da resiliência comunitária (Nuwayhid et al., 2011; Nystad et al., 2014; G. A. Wilson, 2013b). O PAS apresenta uma forte expressão artística e cultural que, certamente, funciona como fator de proteção para os jovens da comunidade que se engajam nos grupos que incentivam e promovem essa expressão. Os grupos informais “Fala Favela” e “É nois Pantanal” exercem importante papel de fomento à cultura, pois proporcionam aos jovens novas oportunidades de contato com a expressão cultural e com um pensamento crítico. Além disso, o IDS parece ter contribuído significativamente para a construção de uma relação positiva entre moradores e seu entorno, uma vez que realizou e divulgou o resgate da história do lugar e daquilo que ele tem de bom a oferecer.

A gente tem uma cena cultural muito forte. A gente tem hip hop, tem funk, tem rap, reggae, rock. A gente tem vários artistas plásticos, pintores, escultores e grafiteiros. Dançarinos, a gente tem um dos maiores dançarinos, dois dos melhores dançarinos de break do Ceará moram aqui (Jorge, 35 anos).

O fortalecimento de laços culturais em uma comunidade é expresso, principalmente, pela autoestima coletiva, orgulho e amor pelo lugar onde vivem (Ojeda et al., 2007). Os moradores do PAS demonstraram elevado nível de autoestima coletiva através da forma afetuosa e orgulhosa que falam do PAS. Como discutido na apresentação do bairro, eles sentem orgulho do histórico de lutas, do crescimento econômico e do modo de vida do lugar. “Moro aqui na comunidade e, se eu tivesse que nascer de novo, queria ter nascido nessa mesma comunidade (Ruan, 35 anos)”.

### **Infraestrutura**

A infraestrutura de uma comunidade ou bairro e seu ambiente construído formam o que é chamado de capital físico. Uma infraestrutura que contribui para processos de resiliência oferece aos moradores de uma comunidade acesso à saúde, educação, equipamentos sociais, lazer, segurança e transporte público de qualidade. Por outro lado, uma comunidade que não conta com esses recursos tende a apresentar maior vulnerabilidade e mais escassas possibilidades de desenvolvimento (Ungar, 2011). Os entrevistados consideram a estrutura física do PAS precária e insuficiente para contemplar a quantidade crescente de moradores. No entanto, ao considerarmos a evolução do bairro nesse aspecto, é possível perceber grande crescimento em um curto espaço de tempo. Dez anos após a ocupação de um terreno sem estrutura alguma para convivência urbana, os moradores já haviam conquistado escolas, posto de saúde, ONGs, associações, energia elétrica, água encanada, pavimentação de algumas ruas, uma linha oficial de transporte público e ruas voltadas exclusivamente para o comércio. Sem dúvida, a comunidade ainda pode melhorar bastante em termos de infraestrutura, sobretudo no que diz respeito à criação de espaços de lazer e à implantação do sistema de saneamento básico no bairro. Porém, é evidente que a luta por uma infraestrutura que permitisse uma melhor qualidade de vida no PAS resultou em grandes conquistas, que contribuíram e contribuem para processos de resiliência comunitária.

O desenvolvimento econômico não recebeu atenção nos artigos selecionados para revisão integrativa sobre resiliência comunitária que compõe essa dissertação, mas é uma das capacidades adaptativas descritas por Norris et al. (2008) e um fator claramente presente no processo de resiliência comunitária vivenciado pelo PAS. Nos primeiros anos de ocupação, muitos moradores conseguiram o sustento de suas famílias trabalhando na Central de Abastecimento de Produtos da Hortifruticultura do Ceará – Ceasa. Conforme descreve a participante Célia (72 anos): “Aí veio a evolução, aí foi, veio ali o menino do mercantil, veio vender galinha aqui na esquina, de vender galinha ele transformou no mercantilzim, do mercantilzim virou mercantil grande e assim o desenvolvimento tá chegando”. Posteriormente, a feira do bairro e o crescimento do número de comércios proporcionaram outras oportunidades de trabalho no local. Alguns comerciantes relataram que a crise econômica nacional afetou as vendas no PAS, porém o comércio do bairro ainda é bastante movimentado. Os comerciantes melhor sucedidos ajudam financeiramente os projetos voltados para a juventude, como o “É nois, Pantanal”. O crescimento econômico do PAS também é fonte de orgulho para seus moradores, contribuindo para o fortalecimento da auto - estima coletiva.

Diante dessa análise, é possível afirmar que o PAS é um caso ilustrativo de resiliência comunitária, uma vez que apresenta diversos fatores através dos quais o fenômeno se expressa: capital social (organização comunitária, participação comunitária, coesão social, liderança), laços culturais (identidade coletiva, auto estima coletiva) e infraestrutura (escolas, posto de saúde, equipamentos sociais e comércio).

#### **4.4. Análise dos fatores que favorecem a resiliência comunitária com base na Teoria Bioecológica**

A inserção ecológica foi o procedimento de coleta de dados adotado nessa pesquisa. Assim, desde o início da inserção da pesquisadora no bairro PAS, passando por todo período de coleta de dados e chegando até a análise dos mesmos, buscou-se olhar para a realidade do bairro com lentes bioecológicas. A Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner propõe que o desenvolvimento humano ocorre a partir da relação entre quatro aspectos: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo. O uso dessa teoria é defendida por alguns autores como adequada para análise de comunidades (Sarriera, 2010) e de resiliência comunitária (Boon et al., 2012).

O processo proximal é descrito como o principal mecanismo responsável pelo desenvolvimento e diz respeito às interações gradativas, em termo de complexidade, entre o sujeito e seu ambiente imediato (Benetti et al., 2013). Os processos vivenciados pelo PAS ao longo de sua história e que estão vinculados à resiliência comunitária são o processo de ocupação do bairro, de crescimento econômico e de lutas por condições de infraestrutura mais digna. Conforme se pôde ver ao longo da apresentação e discussão dos resultados dessa dissertação, apenas é possível compreender o processo de desenvolvimento comunitário e de resiliência comunitária do PAS se entendermos a sua origem (resultado de uma ocupação urbana) e todo o processo de organização e luta da comunidade por melhorias, seja a energia elétrica, transporte, escolas e unidades de saúde, por exemplo. Tais lutas implicaram o desenvolvimento de processos proximais entre moradores, dos moradores com entidades públicas e governantes, e das organizações do bairro entre si e com seus moradores.

Outra dimensão de análise diz respeito aos processos proximais que pude desenvolver, como pesquisadora, com a comunidade do PAS, durante todo o processo de pesquisa. A inserção na comunidade, proporcionada pela Inserção Ecológica, permitiu a minha maior aproximação dos moradores, ONGs e demais instituições do bairro, aspecto que foi imprescindível para viabilizar a realização da pesquisa e garantir a validade ecológica dos resultados que aqui são apresentados. Vale ressaltar que os processos proximais começaram a ser desenvolvidos desde a minha inserção no Projeto de Extensão realizado na ONG Integrasol, através do contato que tive com as mulheres moradoras do bairro e que nos despertaram o interesse por investigar o tema da resiliência comunitária. Em seguida, foram intensificados pela minha inserção específica para viabilizar a coleta de dados da pesquisa. Considero que a aproximação da comunidade do PAS (comunidade periférica de um grande centro urbano) proporcionou uma visão mais ampla e, portanto, menos reducionista e estigmatizadora acerca daquele contexto. Destaco, em especial, as seguintes características: o conhecimento do processo histórico de lutas que constitui o PAS; a constatação do quanto o processo de transformação da realidade passa pela organização das pessoas em prol do bem comum; a

importância de uma relação positiva com o lugar onde vivemos; e por fim, o reconhecimento das potencialidades daquela comunidade. Tais características certamente influenciaram e influenciarão o meu modo de enxergar e trabalhar com comunidades daqui em diante.

A pessoa refere-se às características individuais biológicas e genéticas que o sujeito leva para as relações sociais. Os atributos pessoais são divididos em três tipos principais: Demandas, Recursos, Disposições/ Força. As demandas falam daquilo que impulsiona o sujeito em direção ao outro, por exemplo, curiosidade, capacidade de reposta ou até mesmo timidez. Os recursos são as características que facilitam o engajamento do sujeito em processos proximais ativos, habilidades, experiências, inteligência. Por fim, as características de disposição dizem respeito às diferenças de temperamento, motivação, persistência e etc., que permitem que o sujeito se envolva em atividades de longa duração com complexidade progressiva (Benetti et al., 2013). Embora não tenha sido objetivo do estudo realizar uma análise mais específica sobre as características das pessoas, uma vez que o foco do estudo era a comunidade do PAS, compreende-se que os participantes entrevistados expressaram uma série de características pessoais que favorecem os processos de resiliência comunitária vivenciados. Por exemplo, trata-se de pessoas com forte sentimento de coletividade, capacidade de liderança, mobilização e organização comunitária. Sem tais características pessoais, certamente os processos proximais de ocupação urbana e de mobilização comunitária, não teriam sido possíveis. Nesse sentido, tais características tornam-se produto e produtoras do meio, uma vez que eliciam comportamentos, mas também são retroalimentadas e, assim, fortalecidas. Outras características pessoais que merecem destaque são as habilidades artísticas e culturais, sobretudo de alguns jovens da comunidade, que estão mais estreitamente vinculados aos projetos sociais, seja de Hip Hop, Grafite e Mídias diversas, como a da TV Janela, por exemplo.

O contexto contempla tudo aquilo que está fora dos organismos, sejam eventos ou condições, que influenciam e são influenciados pela pessoa em desenvolvimento. O estudo de comunidades a partir da perspectiva bioecológica de desenvolvimento demanda uma análise detalhada do contexto, ou seja, da estrutura ecológico-sistêmica do meio (Sarriera, 2010). No caso da presente pesquisa, fez-se necessário uma análise de todos os níveis contextuais que envolvem o bairro PAS.

Os *microssistemas* observados no PAS, contextos que fazem parte do cotidiano das pessoas nos quais elas desenvolvem suas vidas, são as famílias, as escolas, as ONGs Integrasol e IDS, o posto de saúde, as associações, as igrejas, as ruas e o centro comercial. O *mesossistema*, relação entre os microssistemas, ocorre de forma harmoniosa no PAS, uma vez que existe um apoio mútuo entre eles. Isso fica evidente quando uma associação cede o espaço físico para o funcionamento de outra associação, as escolas cedem espaço para as atividades esportivas da ONG Integrasol, os comerciantes apoiam atividades culturais promovidas pelos jovens do bairro, uma igreja cede um espaço para o funcionamento de um projeto do CRAS. Percebe-se uma boa conexão entre a rede de

proteção do bairro, embora ainda seja necessária uma maior divulgação das atividades que ocorrem. O *exossistema* é composto por ambientes que o indivíduo não frequenta, mas exerce influência no seu desenvolvimento. Os locais de trabalho que tratam os moradores do PAS com preconceito e a dificuldade encontrada por eles para acessar tais locais podem gerar um desgaste no trabalhador, que acarretarão em impacto negativo nas suas relações familiares e sociais. O *macrossistema* engloba e conecta todos esses sistemas por meio da cultura, crenças, ideologias, sistema político e econômico. Ao longo dos resultados foi possível perceber o forte estigma com que a comunidade é percebida, resultado de uma concepção que vigora na sociedade e que vincula pobreza à violência. Mais ainda, foi possível perceber o quanto esses valores/representações macrossistêmicas incomodam os moradores que, mesmo reconhecendo a violência no bairro, não o reduzem a essa característica. Além disso, no nível do macrossistema, os moradores fizeram menção às consequências que o momento político e econômico vivido no Brasil tem gerado no bairro, a saber: a queda de vendas no comércio e o corte de investimentos em ONGs, que levou a Integrasol a reduzir sua carga horária e a TV Janela a suspender suas atividades.

Por fim, a dimensão do tempo refere-se às influências que as mudanças, transições ambientais e continuidades exercem no desenvolvimento. Essas mudanças podem ser impostas aos indivíduos ou podem ser resultado de suas escolhas e ações. No caso do PAS, os moradores planejaram e executaram a ocupação na década de 1990. Durante os dez primeiros anos, viveram um processo intenso de lutas para conquistar uma infraestrutura mais adequada para o bairro. A partir do momento em que as necessidades prioritárias foram atendidas, o bairro passou a viver uma realidade mais estável, embora em desenvolvimento contínuo. Os dias atuais são marcados pelo enfraquecimento dessas lutas maiores, mas pelo protagonismo de movimentos juvenis.



## Considerações Finais

Esta pesquisa buscou compreender processos de resiliência comunitária e os fatores a ela associados através de um estudo de caso de uma comunidade da cidade de Fortaleza – Ceará. O bairro PAS vivencia dificuldades típicas de comunidades periféricas excluídas socialmente e apresenta um histórico de luta por melhorias estruturais e contra o estigma de violência que o lugar carrega. É possível identificar no bairro os três principais fatores que favorecem resiliência comunitária descritos pela literatura: capital social, laços culturais e infraestrutura.

O capital social tem se manifestado através da organização comunitária, surgimento e atuação de lideranças e reivindicações direcionadas às autoridades responsáveis que resultaram em diversas conquistas para o local. A força dos laços culturais envolvendo os moradores e o lugar onde vivem é percebida no orgulho que sentem ao falar do seu histórico de lutas, no incômodo pela visão reducionista que algumas pessoas têm a respeito do bairro, no orgulho pelo crescimento econômico, na satisfação por morarem lá e no interesse constante de torná-lo um lugar cada vez melhor para se viver. O PAS apresenta também um rápido crescimento em sua infraestrutura em um curto período de tempo. Em 26 anos de história transformou-se em referência comercial na sua região e conquistou instituições de educação, saúde, suporte social, água, energia elétrica, pavimentação e transporte público. A associação de todos esses fatores ilustra processos de resiliência comunitária vivenciados pelo PAS ao longo de sua história e nos dias atuais.

Este estudo soma-se aos escassos estudos que investigam resiliência comunitária em contextos de adversidades crônicas relacionadas à pobreza e desigualdade social. Além disso, retrata um contexto nacional, enfocando adversidades comuns a outras comunidades brasileiras. No que diz respeito à literatura acerca do tema, buscou-se integrar os modelos de resiliência comunitária latino-americanos e norte-americanos, por acreditar-se que ambos oferecem importantes contribuições para o estudo desse fenômeno, embora abordem adversidades pontuais e catastróficas em seus estudos.

O conceito de resiliência comunitária tem grande potencial de contribuição para os estudos das comunidades, bem como para a Psicologia Comunitária. Trata-se de um novo modo de olhar para as comunidades, que devem ser vistas não apenas a partir das suas dificuldades, limitações e necessidades, mas a partir das suas potencialidades, da sua capacidade de se mobilizar e vivenciar processos de resiliência comunitária. Embora o bairro PAS seja um dos bairros com menor IDH da cidade de Fortaleza, o lugar é repleto de vida pulsante, feliz e criativa. Isso demonstra o quanto uma visão baseada apenas nos dados oficiais e nas notícias veiculadas pela mídia seria limitada. Não se trata aqui de negligenciar os riscos a que seus moradores estão expostos, mas de reconhecer que a realidade é extremamente mais complexa do que essa visão limitada às características negativas.

A ênfase aos fatores que promovem a resiliência comunitária, assim como um olhar sobre a história da comunidade do PAS, permite uma leitura da resiliência comunitária como “processo” e não simplesmente como desfecho. Norris et al. (2008) sugere que o desfecho em processos de resiliência comunitária é o bem estar populacional expressado pela satisfação com a vida, o que foi repetidamente percebido na fala dos entrevistados. A visão processual leva a entender que processos específicos aquela comunidade reuniu para se constituir como tal. Fatores internos e externos a ela que favoreceram conquistas e que estão intrinsicamente relacionados. O sentimento de pertença à comunidade, a autoestima coletiva, as mobilizações sociais que permitiram a conquista de alguns direitos sociais, que por sua vez, alimentou novas lutas, alimentou a autoestima e sentimento de pertença. Enfim, um sistema que se retroalimenta.

A limitação desse estudo se refere ao perfil dos participantes entrevistados. Embora morar ou trabalhar no PAS tenham sido os únicos critérios de inclusão para seleção dos mesmos, a maioria dos selecionados exerciam algum tipo de liderança no bairro. Os resultados podem ter sido influenciados por esse fator, uma vez que se trata de pessoas com uma forte relação afetiva com o lugar e pensamento crítico/político desenvolvido. A pesquisa, portanto, não alcançou amplamente os moradores mais comuns, sem envolvimento com a busca de melhorias para o PAS.

Percebe-se a grande importância das conquistas sociais do PAS ao longo da sua história. Hoje não se vê a mesma mobilização ocorrida nos primeiros anos de ocupação, porém é possível observar o protagonismo dos grupos (coletivos) de jovens. Estudos futuros poderiam realizar uma inserção maior em equipamentos sociais da comunidade, por mais tempo, sobretudo nesses grupos de jovens que têm sido indicados hoje como maior protagonismo nas lutas sociais. Acredita-se também na grande contribuição que estudos acompanhando intervenções de promoção de resiliência comunitária no contexto brasileiro trariam para essa área de estudo e para fortalecimento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social e comunitário.

## Referências

- Afonso, T., Silva, S., Pontes, F., & Koller, S. H. (2015). O uso do diário de campo na inserção ecológica em uma família de uma comunidade ribeirinha amazônica. *Psicologia & Sociedade*, 27(1), 131–141.
- Agani, F., Landau, J., & Agani, N. (2010). Community-building before, during, and after times of trauma: The application of the linc model of community resilience in kosovo. *American Journal of Orthopsychiatry*, 80(1), 143–149. <http://doi.org/10.1111/j.1939-0025.2010.01017>
- Aldrich, D., & Meyer, M. (2015). Social Capital and Community Resilience. *American Behavioral Scientist*, 59(2), 254–269. <http://doi.org/10.1177/0002764214550299>
- Allmark, P., Bhanbhro, S., & Chrisp, T. (2014). An argument against the focus on community resilience in public health. *BMC Public Health*, 14, 62. <http://doi.org/10.1186/1471-2458-14-62>
- Arendt, R. J. J. (1997). Psicologia Comunitária: teoria e metodologia. *Psicologia: Reflexão E Crítica*, 10, 7–16. <http://doi.org/10.1590/S0102-79721997000100003>
- Benetti, I. C., Vieira, M. L., Crepaldi, M. A., & Schneider, D. R. (2013). Fundamentos da teoria bioecológica de Urie Brofenbrenner. *Pensando Psicologia*, 9 (16), 89–99.
- Binder, S. B., Baker, C. K., & Barile, J. P. (2015). Rebuild or Relocate? Resilience and Postdisaster Decision-Making After Hurricane Sandy. *American Journal of Community Psychology*. <http://doi.org/10.1007/s10464-015-9727-x>
- Boon, H. J., Cottrell, A., King, D., Stevenson, R. B., & Millar, J. (2012). Bronfenbrenner's bioecological theory for modelling community resilience to natural disasters. *Natural Hazards*, 60(2), 381–408. <http://doi.org/10.1007/s11069-011-0021-4>
- Braga, S. (2003). Identidades : o bairro Pantanal ou Planalto Ayrton Senna pela perspectiva do vídeo popular da TV Janela 1 (pp. 1–10). Recuperado em 02 Março, 2016, de [http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/7/70/GT3-\\_IC-\\_04-\\_Identidades\\_o\\_bairro-\\_Robson.pdf](http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/7/70/GT3-_IC-_04-_Identidades_o_bairro-_Robson.pdf)
- Benetti, I. C., Vieira, M. L., Crepaldi, M. A., & Schneider, D. R. (2013). Fundamentos da teoria bioecológica de Urie Brofenbrenner. *Pensando Psicologia*, 9 (16), 89–99.
- Cecconello, A. M., & Koller, S. H. (2003). Inserção Ecológica na Comunidade: Uma Proposta Metodológica para o Estudo de Famílias em Situação de Risco. *Psicologia: Reflexão E Crítica*, 16(3), 515–524. <http://doi.org/10.1590/S0102-79722003000300010>
- Chandra, A., Williams, M., Plough, A., Stayton, A., Wells, K. B., Horta, M., & Tang, J. (2013). Getting Actionable About Community Resilience: The Los Angeles County Community Disaster Resilience Project. *American Journal of Public Health*, 103(7), 1181–1189.

<http://doi.org/10.2105/AJPH.2013.301270>

- Coimbra, R., & Morais, N. (2015). *A resiliência em questão: perspectivas teóricas, pesquisa e intervenção*. Porto Alegre: Artmed.
- Colten, C. E., Hay, J., & Giancarlo, A. (2012). Community resilience and oil spills in coastal Louisiana. *Ecology and Society*, *17*(3). <http://doi.org/10.5751/ES-05047-170305>
- Fois, F., & Forino, G. (2014). The self-built ecovillage in L' Aquila, Italy: community resilience as a grassroots response to environmental shock. *Disasters*, *38*(4), 719–739.
- Góis, C. W. de L. (2005). *Psicologia Comunitária: atividade e consciência*. Fortaleza: Instituto Paulo Freire de estudos psicossociais.
- Góis, C. W. de L. (2008). *Saúde comunitária: pensar e fazer*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores.
- Góis, C. W. de L. (2012). *Concepção Clínico-Comunitária em Psicologia*. (C. W. de L. Góis, Ed.) *Psicologia Clínico-Comunitária*. Fortaleza: Banco do Nordeste.
- Gómez-Baggethun, E., Reyes-García, V., Olsson, P., & Montes, C. (2012). Traditional ecological knowledge and community resilience to environmental extremes: A case study in Doñana, SW Spain. *Global Environmental Change*, *22*(3), 640–650. <http://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2012.02.005>
- González-Muzzio, C. (2013). El rol del lugar y el capital social en la resiliencia comunitaria posdesastre. Aproximaciones mediante un estudio de caso después del terremoto del 27/F. *Eure*, *39*(117), 25–48. <http://doi.org/10.4067/S0250-71612013000200002>
- Guaresch, P. A. (2010). Introdução: O mistério da comunidade. In J. C. Sarriera & E. T. Saforcada (Eds.), *Introdução à Psicologia Comunitária: Bases teóricas e metodológicas* (pp. 13–21). Porto Alegre: Sulina.
- Gunderson, L. (2010). Ecological and Human Community Resilience to Natural Disasters, *15*(2). <http://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Günther, H. (2006). Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, *22*(2), 201–209. <http://doi.org/10.1590/S0102-37722006000200010>
- Harte, E. W., Childs, I. R. W., & Hastings, P. A. (2009). Imizamo Yethu: A case study of community resilience to fire hazard in an informal settlement Cape Town, South Africa. *Geographical Research*, *47*(2), 142–154. <http://doi.org/10.1111/j.1745-5871.2008.00561>
- Hughes, P. J. A. (2004). Segregação Socioespacial e violência na cidade de São Paulo: referências para a formulação de políticas públicas. *São Paulo Em Perspectiva*, *18*(4), 93–102.
- Ivo, A. B. L. (2010). Questão social e questão urbana: laços imperfeitos. *Caderno CRH*, *23*(58), 17–33.
- Juliano, M. C., & Yunes, M. A. (2014). Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. *Ambiente & Sociedade*, *17*(3), 135–154.
- Kirmayer, L. J., Sehdev, M., Whitley, R., Dandeneau, S. F., & Isaac, C. (2009). Community

- Resilience: Models, Metaphors and Measures. *International Journal of Indigenous Health*, 5(1), 62–117. <http://doi.org/10.1073/pnas.0803780105>
- Landau, J. (2010). Communities that care for families: The LINC model for enhancing individual, family, and community resilience. *American Journal of Orthopsychiatry*, 80(4), 516–524. <http://doi.org/10.1111/j.1939-0025.2010.01054>
- Lima, M. E. O. (2013). *Preconceito*. In L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, & M. E. Pereira (Eds.). *Psicologia social: Temas e teorias* (2ª edição) (pp. 589-640). Brasília: TechnoPolitk.
- Macedo, A. C., Paim, J. S., Silva, L. M. V. Da, & Costa, M. D. C. N. (2001). Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 35(6), 515–522. <http://doi.org/10.1590/S0034-89102001000600004>
- Melo, Z. M. (200) Estigmas: espaço para a exclusão social. *Revista Symposium*. UCPE. Ano 4, número especial. Recuperado 08 setembro, 2016, de <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/2457/2457.PDF>
- Mendes, K. D. S., Silveira, R. C. D. C. P., & Galvão, C. M. (2008). Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 17(4), 758–764. <http://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>
- Minayo, M. C. (1994). A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública Social Violence from a Public Health Perspective. *Article*, 10, 07–18. <http://doi.org/10.1590/S0102-311X1994000500002>
- Minayo, M. C. D. S., & Souza, E. R. De. (1999). É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. *Ciência E Saúde Coletiva*, 4(1), 7–23. <http://doi.org/10.1590/S1413-81231999000100002>
- Montero, M. (2011). Uma psicologia clínica-comunitária construída a partir da comunidade: práxis latino-americana. In J. C. Sarriera (Ed.), *Saúde Comunitária: Conhecimentos e experiências na América Latina* (pp. 53–92). Porto Alegre: Sulina.
- Morais, N. A., & Koller, S. H. (2011). Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano, Psicologia Positiva e Ciência: Ênfase na Saúde. In *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Morais, N. A., Koller, S. H., & Raffaelli, M. (2016). Inserção ecológica na pesquisa sobre trajetórias de vida de adolescentes em situação de vulnerabilidade social: identificando fatores de risco e proteção. In S. H. Koller, N. A. Moraes, & S. dos S. Paludo (Eds.), *Inserção Ecológica: Um método de estudo do desenvolvimento humano* (pp. 65–91). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Morais, N., Figueiredo, D., Rodrigues, T., & Santos, R. (2015). “Mandacaru quando fulora na seca”: um estudo sobre processos de resiliência vividos por moradores do sertão cearense. In R. Coimbra & N. Moraes (Eds.), *A resiliência em questão: perspectivas teóricas, pesquisa e*

*intervenção*. Porto Alegre: Artmed.

- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2004). O Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano. In S. H. Koller (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil*. Porto Alegre.
- Norris, F. H., Stevens, S. P., Pfefferbaum, B., Wyche, K. F., & Pfefferbaum, R. L. (2008). Community resilience as a metaphor, theory, set of capacities, and strategy for disaster readiness. *American Journal of Community Psychology*, 41(1–2), 127–150. <http://doi.org/10.1007/s10464-007-9156-6>
- Nuwayhid, I., Zurayk, H., Yamout, R., & Cortas, C. S. (2011). Summer 2006 war on Lebanon: A lesson in community resilience. *Global Public Health*, 6(March), 505–519. <http://doi.org/10.1080/17441692.2011.557666>
- Nystad, K., Spein, A. R., & Ingstad, B. (2014). Community resilience factors among indigenous Sámi adolescents: a qualitative study in Northern Norway. *Transcultural Psychiatry*, 51(5), 651–72. <http://doi.org/10.1177/1363461514532511>
- Ojeda, E. (2005). Uma concepção latino-americana: a resiliência comunitária. In A. Melillo & E. Ojeda (Eds.), *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas* (pp. 47–57). Porto Alegre: Artmed.
- Ojeda, E., La Jara, A., & Márquez, C. (2007). Resiliência Comunitária. In L. Hoch & S. Rocca (Eds.), *Sofrimento, resiliência e fé: implicações para as relações de cuidado* (pp. 33–56). São Leopoldo: Sinodal.
- Ornelas, J. (1997). Psicologia comunitária: Origens, fundamentos e áreas de intervenção. *Análise Psicológica*, 3, 375–388.
- Peres, R. S., & Santos, M. A. (2005). Considerações gerais e orientações práticas acerca do emprego de estudos de caso na pesquisa científica em Psicologia. *Interações*, 10(20), 109–126.
- Pfefferbaum, R. L., & Pfefferbaum, B. (2013). Community resilience to disasters for mental health professionals. *Directions in Psychiatry*, 33(2), 135–145.
- Plough, A., Fielding, J. E., Chandra, A., Williams, M., Eisenman, D., Wells, K. B., ... Magaña, A. (2013). Building Community Disaster Resilience: Perspectives From a Large Urban County Department of Public Health. *American Journal of Public Health*, 103(7), 1190–1197. <http://doi.org/10.2105/AJPH.2013.301268>
- Poletto, M., & Koller, S. H. (2008). Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 25(3), 405–416. <http://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000300009>
- Poortinga, W. (2012). Community resilience and health: The role of bonding, bridging, and linking aspects of social capital. *Health and Place*, 18(2), 286–295.

<http://doi.org/10.1016/j.healthplace.2011.09.017>

- Prates, A. A. P. (2009). Redes sociais em comunidades de baixa renda: os efeitos diferenciais dos laços fracos e dos laços fortes. *Revista de Administração Pública*, 43(5), 1117–1146. <http://doi.org/10.1590/S0034-76122009000500007>
- Prefeitura Municipal de Fortaleza. (2014). Desenvolvimento Humano, por bairro, em Fortaleza. Recuperado em 12 agosto, 2016, de <http://www.fortaleza.ce.gov.br/>
- Prefeitura Municipal de Fortaleza. (2015). Fortaleza 2040. Recuperado em 15 setembro, 2016, de <http://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br>
- Rob, A. (2012). Building Community Resilience. *Proceedings of the Institution of Civil Engineers*, 165(CE6), 59–64.
- Rodrigues, A. L., Gava, L. L., Sarriera, J. C., & Dell’Aglío, D. D. (2014). Percepção de preconceito e autoestima entre adolescentes em contexto familiar e em situação de acolhimento institucional. *Estudos E Pesquisas Em Psicologia (Rio de Janeiro/RJ)*, 14(2), 389–407.
- Rooke, M. I. (2015). Aspectos conceituais e metodológicos da resiliência psicológica: uma análise da produção científica brasileira. *Estudos E Pesquisas Em Psicologia*, 15(2), 671–687.
- Rutter, M. (1993). Resilience : Some Conceptual Considerations. *Journal of Adolescent Health*, 14(8), 626–631.
- Sarriera, J. C. (2010). O Paradigma Ecológico na Psicologia Comunitária: Do contexto à complexidade. In J. C. Sarriera & E. T. Saforcada (Eds.), *Introdução à Psicologia Comunitária: Bases teóricas e metodológicas*. Porto Alegre.
- Scarparo, H. B. K., & Guareschi, N. M. de F. (2007). Psicologia Social Comunitária e Formação Profissional. *Psicologia & Sociedade*, 15(Edição Especial 2), 100–108. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe2/a2519ns2.pdf>
- Smith, J. W., Moore, R. L., Anderson, D. H., & Siderelis, C. (2012). Community Resilience in Southern Appalachia: A Theoretical Framework and Three Case Studies. *Human Ecology*, 40(3), 341–353. <http://doi.org/10.1007/s10745-012-9470-y>
- Somasundaram, D., & Sivayokan, S. (2013). Rebuilding community resilience in a post-war context: developing insight and recommendations - a qualitative study in Northern Sri Lanka. *International Journal of Mental Health Systems*, 7(1), 3. <http://doi.org/10.1186/1752-4458-7-3>
- Stewart, G. T., Kolluru, R., & Smith, M. (2009). Leveraging public-private partnerships to improve community resilience in times of disaster. *International Journal of Physical Distribution & Logistics Management*, 39(5), 343–364. <http://doi.org/10.1108/09600030910973724>
- Ungar, M. (2011). Community resilience for youth and families: Facilitative physical and social capital in contexts of adversity. *Children and Youth Services Review*, 33(9), 1742–1748. <http://doi.org/10.1016/j.childyouth.2011.04.027>
- Walsh, F. (2005). *Fortalecendo a resiliência familiar*. São Paulo: Roca.

- Wexler, L., Joule, L., Garoutte, J., Mazziotti, J., & Hopper, K. (2013). “Being responsible, respectful, trying to keep the tradition alive:” Cultural resilience and growing up in an Alaska Native community. *Transcultural Psychiatry*, 51(5), 693–712. <http://doi.org/10.1177/1363461513495085>
- White, R. K., Edwards, W. C., Farrar, a., & Plodinec, M. J. (2014). A Practical Approach to Building Resilience in America’s Communities. *American Behavioral Scientist*, 59(2), 200–219. <http://doi.org/10.1177/0002764214550296>
- Wickes, R., Zahnow, R., Taylor, M., & Piquero, A. R. (2015). Neighborhood Structure, Social Capital, and Community Resilience: Longitudinal Evidence from the 2011 Brisbane Flood Disaster\*. *Social Science Quarterly*, 96(2), 330–353. <http://doi.org/10.1111/ssqu.12144>
- Wilson, G. a. (2012). Community resilience, globalization, and transitional pathways of decision-making. *Geoforum*, 43(6), 1218–1231. <http://doi.org/10.1016/j.geoforum.2012.03.008>
- Wilson, G. A. (2013a). Community resilience, policy corridors and the policy challenge. *Land Use Policy*, 31, 298–310. <http://doi.org/10.1016/j.landusepol.2012.07.011>
- Wilson, G. A. (2013b). Community resilience, social memory and the post-2010 Christchurch (New Zealand) earthquakes. *Area*, 45(2), 207–215. <http://doi.org/10.1111/area.12012>
- Wyche, K. F., Pfefferbaum, R. L., Pfefferbaum, B., Norris, F. H., Wisnieski, D., & Younger, H. (2011). Exploring community resilience in workforce communities of first responders serving katrina survivors. *American Journal of Orthopsychiatry*, 81(1), 18–30. <http://doi.org/10.1111/j.1939-0025.2010.01068.x>
- Ximenes, V. M., & Góis, C. W. de L. (2010). Psicologia Comunitária: Uma práxis libertadora latino-americana. In F. Lacerda Júnior & R. de S. L. Guzzo (Eds.), *Psicologia e Sociedade: Interfaces no debate sobre a questão social* (pp. 45–64). Campinas: Alínea.
- Yin, R. K. (2010). *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.
- Zaluar, A., & Ribeiro, A. P. A. (2009). Teoria da eficácia coletiva e violência: O paradoxo do subúrbio carioca. *Novos Estudos - CEBRAP*, 84, 174–197. <http://doi.org/10.1590/S0101-33002009000200010>
- Zappe, J., Yunes, M. A., & Dell’aglio, D. (2015). Psicologia dos desastres e resiliência comunitária: reflexões sobre o incêndio da boate Kiss em Santa Maria/RS. In R. M. Coimbra & N. A. Moraes (Eds.), *A resiliência em questão: perspectivas teóricas, pesquisa e intervenção*. Porto Alegre: Artmed.

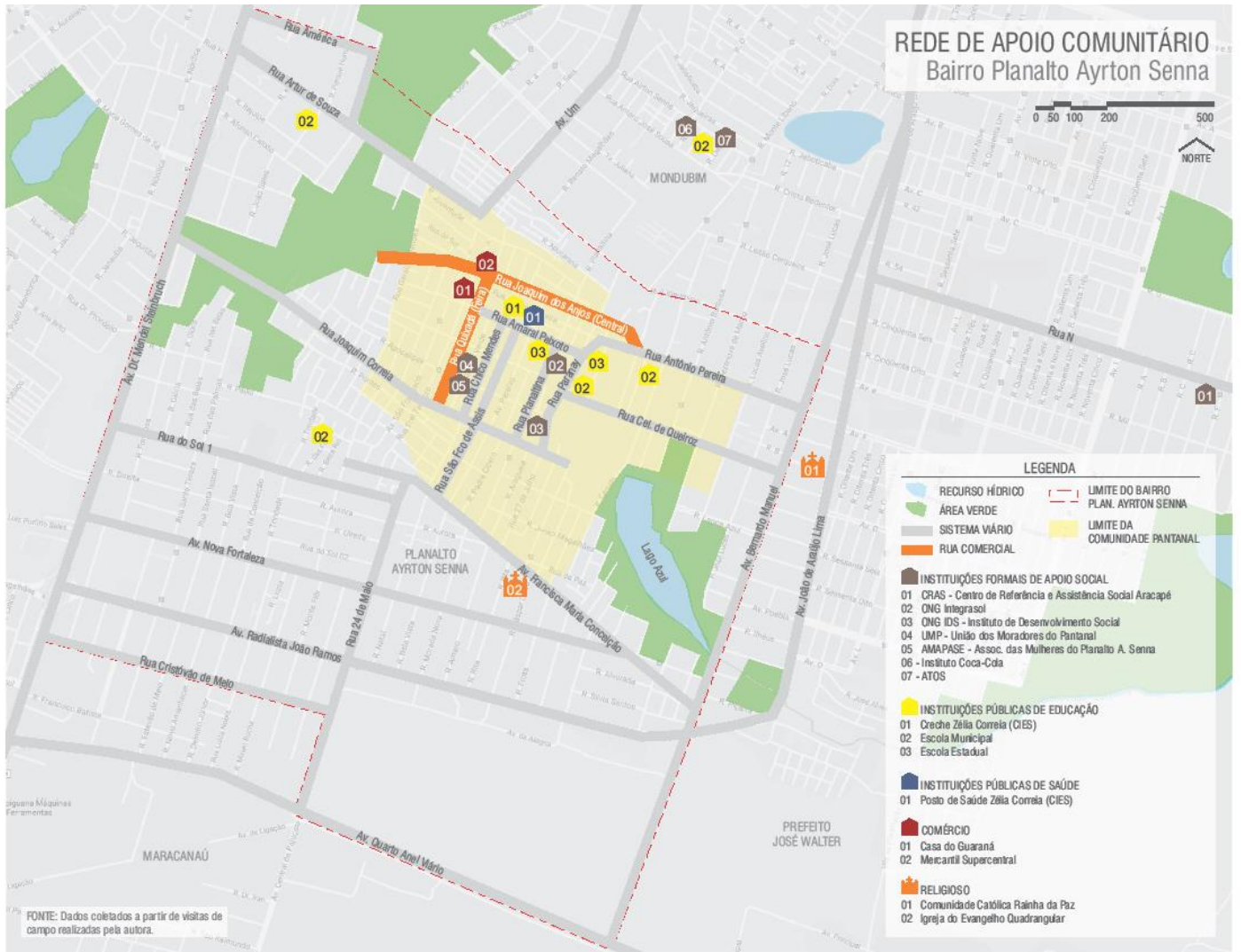


## **ANEXO A**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

1. Se você fosse apresentar o Planalto Ayrton Senna para alguém que não conhece, o que você diria?
2. Que serviço você faz parte?
3. Há quanto tempo você mora e/ou trabalha aqui?
4. Que instituições podemos encontrar no Planalto Ayrton Senna?
5. Que avaliação você faz das mesmas?
6. Quais as principais dificuldades vivenciadas na comunidade?
7. Me conte o que você sabe sobre a história do Planalto Ayrton Senna, sobre como a comunidade foi se constituindo.
8. Quais instituições e/ou pessoas servem de apoio para essa comunidade?
9. Como você avalia a participação da comunidade na luta pelas melhorias?

# REDE DE APOIO COMUNITÁRIO Bairro Planalto Ayrton Senna



### LEGENDA

- RECURSO HÍDRICO
- ÁREA VERDE
- SISTEMA VIÁRIO
- RUA COMERCIAL
- LIMITE DO BAIRRO PLAN. AYRTON SENNA
- LIMITE DA COMUNIDADE PANTANAL
- INSTITUIÇÕES FORMAIS DE APOIO SOCIAL**
- 01 CRAS - Centro de Referência e Assistência Social Aracapé
- 02 ONG Inígrafos
- 03 ONG IDS - Instituto de Desenvolvimento Social
- 04 UIMP - União dos Moradores do Pantanal
- 05 AMAPASE - Assoc. das Mulheres do Planalto A. Senna
- 06 - Instituto Coca-Cóla
- 07 - ATOS
- INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO**
- 01 Creche Zélia Correia (CIES)
- 02 Escola Municipal
- 03 Escola Estadual
- INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE SAÚDE**
- 01 Posto de Saúde Zélia Correia (CIES)
- COMÉRCIO**
- 01 Casa do Guaraná
- 02 Mercantil Supercentral
- RELIGIOSO**
- 01 Comunidade Católica Rainha da Paz
- 02 Igreja do Evangelho Quadrangular

FONTE: Dados coletados a partir de visitas de campo realizadas pela autora.

## ANEXO B



UNIVERSIDADE DE  
FORTALEZA (UNIFOR)/  
FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Resiliência Comunitária: Um estudo de caso de uma comunidade em Fortaleza, Ceará

**Pesquisador:** Ana Tercila Campos Oliveira

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 51627515.4.0000.5052

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE DE FORTALEZA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 1.444.545

#### Apresentação do Projeto:

A maioria dos estudos sobre resiliência comunitária abordam a aplicação do construto às situações de desastres. Os desastres são descritos como eventos traumáticos vivenciados coletivamente. Podem ser de causa natural, humana ou tecnológica, como por exemplo, terremoto, acidente nuclear e ataque terrorista (Norris et al., 2008). Ojeda (2005) reconhece o dano sofrido pela comunidade causado por um desastre ou catástrofe, mas enfatiza que essa situação dolorosa pode também significar a mobilização de recursos e capacidades solidárias da população para promover uma transformação, tanto física como social na comunidade. As comunidades que apresentam esse tipo de resposta às situações de crise, contam com um “escudo protetor”, que emerge de suas próprias condições de vida e valores, permitindo uma metabolização do evento negativo e a capacidade de construir a partir dele (Ojeda, 2005). Apesar de resiliência comunitária não ser um construto proveniente da Psicologia Comunitária, é possível perceber semelhanças entre suas propostas e preocupações. A Psicologia Comunitária está interessada em compreender como os

**Endereço:** Av. Washington Soares 1321 Bloco da Reitoria

**Bairro:** sala da VRPPG - Edson Queiroz

**CEP:** 60.811-905

**UF:** CE

**Município:** FORTALEZA

**Telefone:** (85)3477-3122

**Fax:** (85)3477-3056

**E-mail:** coetica@unifor.br



Continuação do Parecer: 1.444.545

sentidos, significados e sentimentos dos moradores influenciam o modo de vida da comunidade e como esse modo de vida muda e se reflete na mente de seus residentes. Cada comunidade possui em seu interior um 'potencial de transição', que pode ser acessado através do desenvolvimento da consciência de seus moradores e gerar significativas transformações na vida comunitária, incluindo a superação da pobreza, desigualdades e destruição ambiental (Góis, 2008). Uma vez que resiliência comunitária consiste na capacidade grupal de enfrentamento e adaptação aos desafios coletivos, seu estudo poderia trazer grandes contribuições para a Psicologia Comunitária, sobretudo se fosse aplicado às intervenções em situações de adversidades crônicas, como a seca ou a desigualdade social, falta de recursos básicos para sobrevivência, violência urbana, entre tantas outras encontradas no contexto latino e brasileiro. Considerando-se que a resiliência comunitária é um processo que pode ser promovido, acredita-se que as diversas instâncias da sociedade se tornam responsáveis pelo desenvolvimento desse processo. Muitos dos estudos sobre resiliência comunitária, portanto, discutem o papel do governo na promoção de resiliência, que seria oferecer recursos físicos, econômicos e sociais a fim de tornar as comunidades mais capacitadas para lidar com mudanças e construir uma nova realidade (White, Edwards, Farrar, & Plodinec, 2014). Por outro lado, alguns estudos focam no papel da própria comunidade no processo de resiliência, nomeando de 'resiliência inerente' os processos observados independente das ações do governo, ou seja, práticas que os moradores implantam em casos de perturbações ecossistêmicas e que são mantidas em sua memória coletiva (Colten, Hay, & Giancarlo, 2012). Tal perspectiva está mais voltada para o conhecimento ecológico tradicional, sistema de crenças compartilhadas e estratégias de enfrentamento próprias da comunidade (Gómez-Baggethun, Reyes-García, Olsson, & Montes, 2012) e para experiências de promoção de resiliência em práticas sociais alternativas (Fois & Forino, 2014). Góis (2008) enfatiza a importância de um desenvolvimento comunitário baseado na "cultura local, no potencial comunitário, na experiência acumulada, na vontade dos moradores, na atividade comunitária, na integração comunitária e na relação de cooperação entre

**Endereço:** Av. Washington Soares 1321 Bloco da Reitoria  
**Bairro:** sala da VRPPG - Edson Queiroz **CEP:** 60.811-905  
**UF:** CE **Município:** FORTALEZA  
**Telefone:** (85)3477-3122 **Fax:** (85)3477-3056 **E-mail:** coetica@unifor.br



Continuação do Parecer: 1.444.545

agentes internos e externos ( p. 98)”. O autor reconhece, portanto, o papel e a importância de cada interlocutor, mas afirma que a palavra final é da comunidade no que diz respeito ao sentido do desenvolvimento e controle das ações, quando se busca autonomia local e interdependência ao exterior da comunidade. Desse modo, os moradores da comunidade são vistos como corresponsáveis pela sua realidade, o que não isenta o governo de exercer seu papel, pois quanto mais recursos a comunidade possuir, maior é a probabilidade de apresentar processos de resiliência. Boon et al. (2012) defende o uso do modelo bioecológico de Bronfenbrenner de desenvolvimento humano para a análise de resiliência comunitária. De acordo com esse modelo, o desenvolvimento pode ser compreendido através da integração de quatro núcleos: processo, pessoa, contexto e tempo. Bronfenbrenner descreve cinco contextos sociais que envolvem os indivíduos: microsistema, mesossistema, esossistema, macrosistema e cronossistema (Boon et al., 2012). O interesse maior do presente estudo está voltado para o mesossistema e o macrosistema. O primeiro diz respeito à relação entre os microsistemas que formam a comunidade, as famílias, a ONG, a igreja, unidades de saúde e de assistência social. O macrosistema, por sua vez, é composto por fatores que influenciam o indivíduo em um nível social e comunitário, tais como tipo de governo, mídia, bases culturais e religiosa, estrutura econômica do lugar e recursos encontrados na comunidade de um modo geral (Boon et al., 2012).

#### **Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Descrever indicadores de resiliência comunitária através da realização de um estudo de caso de uma comunidade da cidade de Fortaleza – Ceará.

Objetivo Secundário:

1)Caracterizar a comunidade Planalto Ayrton Senna com relação à sua história, população, estrutura atual de saúde, educação, segurança, lazer, equipamentos de assistência social e ONGs;2)Descrever fatores de risco e proteção encontrados no Planalto Ayrton Senna a nível comunitário;3)Identificar indicadores encontrados na comunidade que contribuem para processos de resiliência comunitária.

**Endereço:** Av. Washington Soares 1321Bloco da Reitoria

**Bairro:** sala da VRPPG - Edson Queiroz

**CEP:** 60.811-905

**UF:** CE

**Município:** FORTALEZA

**Telefone:** (85)3477-3122

**Fax:** (85)3477-3056

**E-mail:** coetica@unifor.br



Continuação do Parecer: 1.444.545

### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

#### **Riscos:**

Acerca dos riscos de participação na pesquisa, as entrevistas podem mobilizar memórias de acontecimentos que podem trazer à tona algum tipo de emoção por parte dos participantes. Apesar disso, tal risco pode ser amenizado já que a pesquisadora é psicóloga, com formação clínica e está devidamente preparada para manejar potenciais situações que ocorram nesse sentido. Além disso, será disponibilizada a assistência aos participantes da pesquisa. Caso alguém necessite de acompanhamento psicológico em virtude da realização das entrevistas, será encaminhado ao Serviço de Psicologia Aplicada – SPA da UNIFOR, localizado na rua Rua Desembargador Floriano Benevides, 221, bairro Edson Queiroz. Cep: 60.811-905. Telefone: 3477-3611.

#### **Benefícios:**

Os benefícios imediatos esperados com esta pesquisa para os participantes diz respeito à oportunidade de refletir sobre a história de sua comunidade, bem como sua situação atual. Essa reflexão pode gerar em certa medida um processo de conscientização por parte dos participantes acerca das dificuldades que a comunidade enfrenta e, principalmente, acerca dos potenciais transformadores que ela possui, o que é considerado o primeiro passo para processos de desenvolvimento comunitário. Espera-se também com essa pesquisa contribuir para o campo de estudos sobre a temática da resiliência comunitária no nosso país, bem como para a atuação de psicólogos em comunidades. Por fim, os conhecimentos adquiridos serão devolvidos à comunidade a fim de contribuir para o fomento de indicadores de resiliência comunitária.

### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Após a leitura da nova versão apresentada, não há recomendações por conta de pendências do projeto de pesquisa analisado.

### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Declaração de Instituição e Infraestrutura carta\_anuencia.jpg

**Endereço:** Av. Washington Soares 1321 Bloco da Reitoria  
**Bairro:** sala da VRPPG - Edson Queiroz **CEP:** 60.811-905  
**UF:** CE **Município:** FORTALEZA  
**Telefone:** (85)3477-3122 **Fax:** (85)3477-3056 **E-mail:** coetica@unifor.br



Continuação do Parecer: 1.444.545

Outros roteiro\_entrevista.docx

Folha de Rosto FolhadeRosto\_Tercila.PDF

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de

Ausência

TCLE.docx

Projeto Detalhado / Brochura Investigador projeto\_plataforma.docx

Cronograma Cronograma.docx

### Recomendações:

#### Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O colegiado acata o parecer de Aprovação do projeto e esclarece: Apresentação de relatório parcial e final; A pesquisa deve ser desenvolvida conforme delineada no protocolo aprovado; O CEP deve ser informado dos efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal da pesquisa; Emendas ou modificações ao protocolo de pesquisa devem ser enviadas ao CEP para apreciação ética.

#### Considerações Finais a critério do CEP:

#### Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_638390.pdf	02/03/2016 09:49:52		Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	02/03/2016 09:47:08	Ana Tercila Campos Oliveira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_plataforma.docx	02/03/2016 09:44:35	Ana Tercila Campos Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	02/03/2016 09:44:05	Ana Tercila Campos Oliveira	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto_Tercila.PDF	04/12/2015 14:48:11	Ana Tercila Campos Oliveira	Aceito
Outros	roteiro_entrevista.docx	03/12/2015 15:17:45	Ana Tercila Campos Oliveira	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	carta_anuencia.jpg	03/12/2015 15:13:30	Ana Tercila Campos Oliveira	Aceito

**Endereço:** Av. Washington Soares 1321 Bloco da Reitoria

**Bairro:** sala da VRPPG - Edson Queiroz

**CEP:** 60.811-905

**UF:** CE

**Município:** FORTALEZA

**Telefone:** (85)3477-3122

**Fax:** (85)3477-3056

**E-mail:** coetica@unifor.br





UNIVERSIDADE DE  
FORTALEZA (UNIFOR)/  
FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ



Continuação do Parecer: 1.444.545

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

FORTALEZA, 09 de Março de 2016

---

**Assinado por:**  
**ALDO ANGELIM DIAS**  
**(Coordenador)**

**Endereço:** Av. Washington Soares 1321Bloco da Reitoria

**Bairro:** sala da VRPPG - Edson Queiroz **CEP:** 60.811-905

**UF:** CE **Município:** FORTALEZA

**Telefone:** (85)3477-3122 **Fax:** (85)3477-3056 **E-mail:** coetica@unifor.br

## ANEXO C

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O ADULTO PARTICIPANTE**

**TÍTULO DA PESQUISA:** Resiliência Comunitária: Um estudo de caso de uma comunidade de Fortaleza, CE

**PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:** Ana Tercila Campos Oliveira

**Profa. Orientadora:** Dra. Normanda Araujo de Moraes

Prezado(a) Colaborador(a),

Você está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa que tem como objetivo compreender o modo como a comunidade Planalto Ayrton Senna enfrenta e supera as dificuldades encontradas no dia a dia.

Ao colaborar com esta pesquisa, você participará de uma entrevista individual, com duração média de uma hora. A entrevista deverá ser gravada e constará de questões que investigam aspectos da comunidade, tais como sua história, suas dificuldades e suas lutas por melhoria. Lembramos que a sua participação é voluntária, você tem a liberdade de não querer participar, e pode desistir, em qualquer momento, mesmo após ter aceitado realizar a entrevista, sem nenhum prejuízo para você.

Acerca das entrevistas, estas poderão trazer algum desconforto emocional, devido as lembranças sobre situações difíceis que você possa ter vivenciado na comunidade. O risco, portanto, de participação na presente pesquisa é mínimo e pode ser amenizado já que a pesquisadora é psicóloga, com formação clínica e conhece técnicas que podem reduzir possíveis sensações de mal-estar.

Os benefícios esperados com o estudo são no sentido de oferecer uma oportunidade de reflexão acerca dos desafios enfrentados e das estratégias de superação que a comunidade utiliza para lidar com esses desafios. Essa pesquisa é importante devido a necessidade de destacar os recursos e potencialidades da comunidade diante de tantas situações difíceis vividas por ela, o que será feito por meio da devolução dos resultados da pesquisa (à instituição onde será feita a pesquisa). Além disso, a pesquisa poderá contribuir para a elaboração, implementação e /ou avaliação de políticas públicas que favoreçam a vida comunitária do Planalto Ayrton Senna.

Todas as informações que você nos fornecer serão utilizadas somente para esta pesquisa. Todas as informações coletadas ficarão em segredo e o seu nome não aparecerá em lugar nenhum (entrevistas e gravações) nem quando os resultados forem apresentados.

Se tiver alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar a qualquer momento a pesquisadora responsável.

Nome da pesquisadora responsável: Ana Tercila Campos Oliveira  
Endereço: Avenida Washington Soares, 1321 - Edson Queiroz, Fortaleza - CE  
Telefone para contato: 3477-3219  
Horário de atendimento: Às segundas pela manhã (09:30h às 11:00h)

Se desejar obter informações sobre os seus direitos e os aspectos éticos envolvidos na pesquisa poderá consultar o Comitê de Ética da Universidade de Fortaleza, CE.

Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos – COÉTICA  
Universidade de Fortaleza.  
Av. Washington Soares, 1321, Bloco da Reitoria, Sala da Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 1º andar.  
Bairro Edson Queiroz, CEP 60811-341.  
Telefone (85) 3477-3122, Fortaleza, CE.

Caso você aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira. Por último se estiver de acordo em participar deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido que se segue, e receberá uma via deste Termo e a outra ficará com o pesquisador.

O **participante da pesquisa** ou seu representante legal, quando for o caso, deverá rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – apondo sua assinatura na última página do referido Termo.

O **pesquisador responsável** deverá, da mesma forma, rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – apondo sua assinatura na última página do referido Termo.

### **CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO**

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade \_\_\_\_\_, declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu **CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO** em participar voluntariamente desta pesquisa.

E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Fortaleza, CE \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Ou Representante legal



Impressão Datiloscópica

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador